

SESSÕES DO PLENÁRIO

3ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, abro a presente sessão extraordinária com o objetivo de votar a Proposta de Emenda Constitucional nº 136/2014, de autoria do Poder Executivo.

Antes, porém, há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, nos seguintes termos: (Lê) *“Com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 136/2014 de autoria do Poder Executivo.”*

Não há Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSDB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu falarei por cinco minutos e o deputado Bruno Reis falará pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna, nesta manhã de quinta-feira, onde teremos, sem sombra de dúvidas, uma longa sessão. Aqui, vários assuntos serão debatidos, também, sem sombra de dúvidas.

Venho falar sobre uma reportagem a que assisti.

Ontem, estava em minha casa vendo televisão. Ao assistir à *TV Record*, espantei-me com a apresentação de uma reportagem, de quase 40 minutos de duração, no programa das 22h15min, do qual não me recordo o nome, sobre o município de Pilão Arcado, município em que fui votado e tenho uma admiração, um carinho e um respeito. Realmente, ao que assistimos não foi nada agradável. A reportagem da *TV Record* mostrava a maneira como as pessoas vêm sendo transportadas naquele município; contratos suspeitos por parte da prefeitura. Foram quase 40 minutos de denúncias por parte da *TV Record*.

Subo a esta tribuna para lembrar que corre um processo no Poder Judiciário contra o atual prefeito do município de Pilão Arcado. Ontem, na reportagem da *TV Record*, foi apresentado um vídeo que comprova a compra de votos naquele município. Estamos na expectativa do julgamento para que o prefeito legítimo – se não houvesse, certamente, aquela compra de votos – assuma o cargo de prefeito do município de Pilão Arcado.

Fico com a certeza de que a justiça tarda mas não falha e que, logo logo, Raimundo Nonato assumirá a prefeitura de Pilão Arcado.

Digo isso porque, ontem, ficou claro o vídeo que comprovava a compra de votos naquele município. Ficou clara, também, a forma com que aquele município vem sendo conduzido. Quem está pagando o maior preço, sem sombra de dúvida, é a população de Pilão Arcado. A reportagem da *TV Record*, ontem, mostrava as péssimas condições em que os transportes estão sendo feitos; mostrava um contrato volumoso entre uma empresa de alugueis de carro com a prefeitura que, sequer, a população daquele município conhece.

Tais fatos não chamaram só a minha atenção, mas chamaram a atenção de outros parlamentares que, ainda hoje, me perguntavam, aqui neste plenário, se aquela

matéria era verdadeira. Afirmo a reportagem como verdadeira, porque há laudo de perícia técnica que comprova tal erro. Àquela ocasião, o prefeito alega ter sido conduzido a erro. Mas o erro está lá. A proposta financeira, para adquirir votos, aconteceu. Tais irregularidades estão na fita e no processo. Este último corre na Justiça.

Vamos cobrar que a Justiça acelere o julgamento, porque a população aguarda um julgamento para dizer se existiu ou não a compra de votos que está bem clara e evidenciada naquele vídeo.

Então, a gente fica com uma triste sensação, qual seja, a sensação de que o vídeo fala tudo e comprova tudo. Mas a Justiça está demorando neste caso específico. O que acarretará tal demora? Logo, vai-se chegar ao final o mandato do atual prefeito. E aquele, que deveria legitimamente estar à frente da prefeitura, não terá tempo de governar o município, porque os quatro anos estão sendo esgotados.

Então, fica, aqui, a minha lembrança para que o Poder Judiciário acelere o julgamento do caso do município de Pilão Arcado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, meus cumprimentos a todos das galerias, da imprensa, aos que nos assistem e nos ouvem através do *Canal Assembleia*, nobre deputada Luiza Maia, terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça, mais uma vez, imperou o rolo compressor do governo!

Ouvimos, o tempo todo, a Bancada do Governo dizer que este governo é republicano e democrático; que, no passado, nesta Casa, a Oposição tinha, apenas, o direito de falar, mas agora, no presente, são muito piores do que eles imaginavam que nós éramos! O presidente da CCJ estabelece a pauta da comissão sem se votar requerimento de preferência, sem ser uma convocação extraordinária com fim específico para apreciar a matéria. Enfim, colocou-se em votação o parecer da PEC, sobrepondo-se a todos os projetos que lá estavam, inclusive projetos que lá estavam em regime de urgência.

Questionamos, também, a questão do prazo. Não poderia ser votado na terça-feira na CCJ em virtude de o prazo ter-se encerrado na sexta-feira. Portanto, poderia ser votado somente na quarta-feira. E, aí, não há dúvidas de que foram infringidas as normas que regulamentam o trâmite desses prazos em relação ao Regimento Interno e em relação ao Código de Processo Civil. Mas, mesmo assim, o governo desconsiderou e passou por cima do prazo, pois desconsiderou o princípio da proporcionalidade, qual seja, para que deputados da Oposição, também, tenham direito de fazer proposições à PEC.

Suspenderam a sessão ordinária da comissão! Depois, retomaram e aprovaram, naturalmente, à revelia da Oposição, pois a Oposição não participou desta votação por considerar que todas as manobras praticadas na comissão, todas elas, ferem o

Regimento Interno da Assembleia Legislativa, portanto, ferem a Legislação.

E, com base nisso e nesses argumentos, iremos ao Judiciário já. Iríamos ao Judiciário caso a PEC viesse a ser aprovada. Faríamos isso somente ao final de sua aprovação. Nós iríamos ajuizar uma ADIn.

Bem, a partir do momento em que houve irregularidades na tramitação da PEC na CCJ por não respeitar os prazos e não respeitar o estabelecido no Regimento Interno, tal fato nos dá o direito de, imediatamente, como estamos fazendo, ajuizar uma ação. E a nossa expectativa é a de que, ainda hoje ou amanhã, ingressaremos com um mandado de segurança para ver a tramitação desta proposta suspensa, até porque esta PEC está eivada de vícios que impedem a sua tramitação.

E, aí, mais uma vez, o Líder do Governo, na ânsia de servir ao governador, na ânsia de aprovar esta matéria, com certeza, atropelou tudo. Hoje, há uma instabilidade política na base. Com certeza, hoje, não há a garantia de aprovação contando de 3/5 da base do Governo. A gente vê isso pela insatisfação entre os deputados e pela iminência de decepções políticas e partidárias na base do Governo. E só isso justifica correr o risco de ter esta tramitação suspensa.

Tenham a certeza de que quanto mais tempo se passe, maior será a possibilidade desta PEC não ser aprovada por não reunir o quórum suficiente para isto.

Pagou para ver o Líder do Governo.

Esperamos a independência do Poder Judiciário que, ontem, deu demonstrações claras na indicação de nomes tanto vindos do Poder Judiciário para o TRE como vindos da advocacia. O Tribunal de Justiça, hoje, é outro. Esperamos dele independência. Vamos ingressar na justiça na certeza de que a Oposição terá o seu direito garantido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/ PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Câmara:- Eu mesmo falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Pela ordem, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Não é justo o deputado Paulo Câmara ir à tribuna para tão pouca gente ouvi-lo. Acho esta uma sessão importante para se votar uma PEC. Portanto, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum de continuidade da sessão para que o deputado Paulo Câmara possa ser ouvido por uma plateia maior.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- V.Ex^a será atendido, deputado Elmar

Nascimento.

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Solicito a concessão dos 15 minutos para continuidade da presente sessão.

Convido todos os deputados, presentes na Casa, a comparecer ao Plenário para darmos número suficiente para a continuidade da presente sessão extraordinária. Temos, exatamente, 52 deputados presentes na Casa. Solicitamos aos Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas comparecer ao Plenário. Hoje, estamos, aqui, para votar o primeiro turno da Emenda nº 126 que trata dos *royalties*, que, renumerada a Emenda 001 de 2014... Então, fica aqui a minha solicitação, Sr. Presidente, que defira os 15 minutos e que possamos, então, chamar os deputados.

Peço já agora ao Sr. Deputado Kaká, a Ney, que convidem os deputados que estão no cafezinho, que estão ao redor do Plenário para que possam adentrar desde já este Plenário para que, rapidamente, possamos dar reinício à presente sessão. Temos em torno de 15 minutos: os Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes, solicito que se desloquem para o Plenário. Evidentemente, ao zerar o painel, estaremos já rapidamente recompondo esta sessão.

Estou aqui dentro dos meus 5 minutos, faltam 2 minutos para encerrar o meu tempo. Peço aos deputados que adentrem o Plenário. Estão aqui 11 deputados da base do governo e espero que possamos...

Peço aos deputados que estão no cafezinho que possam adentrar o Plenário. Peço ao pessoal da segurança que sintonize a televisão do cafezinho no Plenário porque às vezes estamos conversando com os deputados e ficamos sem poder comunicar-nos, porque tanto a televisão do Plenário quanto a televisão do saguão estão em Ana Maria Braga. Aí, paciência! Estamos sem poder nos comunicar com os deputados.

Sr. Presidente, peço que sejam conferidos os 15 minutos para que dê tempo aos deputados participarem da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Elmar Nascimento e Zé Neto.

Peço que zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Atenção, Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para dar continuidade à presente sessão. Os Srs. Deputados que estão neste momento na sala do cafezinho, por gentileza, compareçam ao Plenário. (Pausa)

Atenção, Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para darmos continuidade à presente, sessão feito pelo deputado Elmar Nascimento. Os Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos corredores atendendo às lideranças, nos gabinetes, também atendendo às lideranças, Srs. Deputados que estão atendendo o povo, que estão na biblioteca, pesquisando, há um pedido de verificação de quórum. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Já há quórum, Srs. Deputados!

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 11 minutos. (Pausa)

Não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o deputado João Carlos Bacelar falará por 5 minutos, e eu falarei pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, no discurso da classe política brasileira a educação sempre é colocada como prioridade. Infelizmente, isso não se reflete na prática.

No caso específico da Bahia, estado do Brasil com maior número de analfabetos absolutos, no ano de 2012 os professores ficaram 120 dias em greve, e até o momento as atividades letivas do ano de 2014 não foram iniciadas, Sr. Presidente, em função daquela malfadada greve.

O governo Wagner é um fracasso na área da educação.

Agora, os dados se mostram de forma mais avassaladora ainda quando, já próximo do mês de março, quando todas as redes educacionais brasileiras já estão funcionando – a de Salvador, inclusive, começou suas atividades no mês de janeiro –, Sr. Presidente, na Bahia as atividades letivas ainda não foram iniciadas. Esse é o retrato da prioridade que o governo dá para a educação na Bahia.

E o processo de matrícula remonta ao século passado.

Em Camaçari, filas e mais filas nas portas das escolas.

Em Luís Eduardo Magalhães, há mais de 4 ou 5 dias, deputado Paulo Azi, as famílias estão nas portas das escolas para garantir a matrícula de seus filhos.

Uma verdadeira humilhação! Um desserviço à educação. Por várias razões, por questões sociais e econômicas, as famílias já não priorizam a educação dos seus filhos, imaginem sendo submetidas a essas condições.

Desde quinta-feira da semana passada, no Município de Luís Eduardo Magalhães, famílias e mais famílias estão humilhadas nas filas.

Volto a dizer que na Região Metropolitana, em Camaçari, filas e mais filas nas portas das escolas por falta de vagas, em pleno século XXI, um Estado que precisa investir em educação, um Estado que precisa priorizar a educação, e o governo do Estado não dá a mínima atenção a essa importante função pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável essa situação, quero ver o que o Sr. Governador tem a dizer. Hoje, a Bahia foi matéria nos jornais nacionais, de todo o Brasil, pelo sistema atrasado de matrícula implantado no Estado.

Deputado Paulo Câmera, V.Ex^a, que foi um competente secretário de Ciência e Tecnologia, poderia ter sugerido ao governo do Estado, ao governador, que adotasse técnicas modernas, técnicas eficientes de matrícula, e não esse sistema que aí está humilhando as famílias, humilhando o filho do trabalhador. A elite brasileira falhou na tentativa de educar, na função de educar o filho do trabalhador, e na Bahia isso é levado ao extremo, numa incompetência tamanha que coloca o filho do trabalhador sem escola, que submete as famílias de trabalhadores a enfrentarem filas humilhantes

e degradantes. São comercializadas senhas na porta das escolas, tem-se que dormir, acampar na porta da escola para conseguir uma vaga numa escola pública do Estado da Bahia.

É uma vergonha, e é por isso que a Bahia ostenta esses índices deprimentes na área da educação, campeã nacional do analfabetismo. Usam um tal de um programa Topa que só existe na propaganda do governo, um programa ineficiente, e o governador chega aqui e diz que alfabetizou 1 milhão e 300 mil adultos. Um retrato da educação da Bahia está nas filas e nas portas das escolas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra pelo tempo de 6 minutos o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, logo após o governo ter sido derrotado no mês de janeiro com uma PEC idêntica, que procura viabilizar o futuro projeto de lei de antecipação do *royalties*, reapresenta-a numa total falta de compromisso com a independência dos Poderes, descumprindo todos os ritos processuais do Regimento Interno desta Casa e, sobretudo, propondo uma matéria que envolve recursos volumosos, de quase R\$ 2 bilhões, sem qualquer garantia de que a destinação seja feita efetivamente para cobrir o rombo da previdência, como alega o governador.

Aliás, os indícios apontam justamente em sentido contrário, já que na última sessão ordinária da sessão legislativa passada fizemos um acordo com o governo pela aprovação da proposta de emenda constitucional das emendas impositivas, a chamada PEC do orçamento impositivo, e para nossa surpresa, na redação final do relatório, o deputado João Bonfim, relator da matéria, que fez toda a construção junto com o Líder do governo e o secretário de Relações Institucionais do governo, inseriu no texto que os recursos que seriam tirados para o cumprimento das emendas impositivas, os R\$ 68 milhões, seriam justamente recursos do Funprev. O que resta demonstrado é que o Funprev não poder estar mal como alardeia o governo, ou seria uma insensatez muito grande tirar sangue do doente que já está anêmico. O governo reapresenta essa PEC e ultrapassa todas as barreiras regimentais sem qualquer tipo de cuidado. O governo, ao aprovar a prioridade, faz com que o prazo de recurso seja reduzido à metade, e isso fez com que, na sexta-feira passada, terminasse o período de pauta para que se pudessem apresentar emendas. Se o período de pauta se esgotava na sexta-feira, até o último minuto de expediente tem que se aguardar, obrigatoriamente, a ultrapassagem desse período de pauta para ver se recebe alguma emenda. E só em seguida, conforme nosso regimento, se encaminha o projeto à Comissão de Constituição e Justiça para que o presidente designe o relator. E o presidente o fez ainda na sexta-feira fora do expediente.

Pior e mais nebuloso: o relator designado já emitiu parecer na própria sexta-feira e este parecer foi publicado no sábado, desrespeitando novamente norma regimental que impõe que a relatoria das proposições tem que ser distribuída de forma proporcional à representação partidária nesta Casa. Em consulta que fiz sobre

as PECs apresentadas depois da formação da nova Comissão de Constituição e Justiça desde o ano passado, vi que já houve três: a PEC da Ficha Limpa, cujo relator foi o deputado Álvaro Gomes; a PEC do Orçamento Impositivo, teve como relator o deputado João Bonfim e a própria PEC dos Royalties, que foi derrotada aqui e agora reapresentada, descumprindo novamente mais uma norma regimental.

Não satisfeitos com tantas transgressões ao Regimento, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, ao invés de convocarem uma sessão extraordinária com pauta específica para votação dessa PEC, durante a sessão ordinária, o presidente daquela Comissão, deputado Joseildo, do PT, sem ter poderes para tal, antecipa e passa na frente da ordem cronológica de todos os projetos de lei, sem sequer submeter ao Plenário da própria Comissão, colocando na frente de todas as proposições que já vinham transcorrendo a votação. Depois, já que o nosso Regimento dispõe que não pode haver sessão plenária e sessão da comissão ao mesmo tempo, às 14h30min, novamente de forma arbitrária, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, atendendo ao requerimento do deputado Luís Augusto, sem sequer submeter à votação do Plenário, decide suspender a sessão para continuar quinze minutos depois da sessão plenária, sem deliberação do Plenário, sem consultar o Plenário e sem estar entre as competências previstas no art. 68 do Regimento Interno da Casa do presidente da Comissão de Constituição e Justiça que ele possa suspender ou convocar uma sessão extraordinária da Comissão. Aliás, nas competências do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, exatamente está bem definido: que ele tem o poder de convocar sessão extraordinária, suspender sessão, prorrogar sessão. Coisas que não foram determinadas como competência do presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, eivada de vícios e ilegalidades toda a tramitação do projeto através do qual o governo quer fazer caixa para a campanha eleitoral. Mais tarde, no tempo da discussão propriamente dita do projeto, voltaremos a tratar do projeto em si e mostrar quanto mal esse projeto faz à sociedade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, é lamentável que esta Proposta de

Emenda Constitucional esteja para ser votada com tanta sofreguidão.

Estamos a assistir à Ordem dos Advogados do Brasil impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade numa lei votada na Câmara Municipal de Salvador, achando que a proposta não foi discutida com a sociedade.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Não foram marcados 5 minutos, Sr. Presidente, para a minha questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Cinco minutos para a questão de ordem do deputado Elmar. Pode continuar.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem também, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Então, presidente, o apelo à Bancada governista, ao Líder do governo e aos Vice-Líderes que porventura se encontrem presentes é no sentido de que suspendamos a sessão e esta matéria possa ser discutida. Porque, se lá estão exigindo a discussão no âmbito de audiências públicas com a sociedade, como é que vamos votar em tão curto espaço de tempo uma Proposta de Emenda Constitucional que vai tratar da antecipação de quase 2 bilhões em *royalties* - recursos que seriam aplicados pelo futuro governo em obras de infraestrutura - para cobrir o Funprev sem sequer ouvir os servidores, o Conselho do Fundo e discutir esta PEC, demonstrando se realmente se precisa dela, que tem um rito diferente?

Outros projetos de lei têm de ser submetidos a cada uma das Comissões Temáticas da Casa, mas uma Proposta de Emenda Constitucional passa, única e exclusivamente, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça. Então, quanto ao mérito da matéria, não houve uma discussão. E com esta ficando restrita ao Plenário, é muito pouco para se mudar uma Constituição do Estado numa coisa tão importante.

A Oposição, mais uma vez, reitera o apelo: esta sessão poderia ser suspensa para que pudéssemos discutir, fazer uma audiência pública, ouvir aqui a explanação do secretário da Fazenda, porque do contrário é um desrespeito ao Parlamento.

Na segunda-feira próxima passada, o governador houve por bem fazer um encontro para tratar deste assunto com os deputados da sua base e também levar o secretário da Fazenda para fazer uma explanação sobre a antecipação dos *royalties* do petróleo, o que é uma falta de compromisso com a Oposição! Nós aqui representamos milhões de baianos, diferentemente do Executivo, que, quando ganhou a eleição, levou tudo. O Parlamento é feito desta forma. Aliás, a Oposição contribui muito mais para aquele Poder do que a própria Bancada governista, a qual, silente, aceita tudo que vem.

Nós queremos contribuir, aperfeiçoar, ter conhecimento dos dados. E para isso precisaríamos de uma audiência pública. Teríamos de ouvir os secretários da Fazenda, Manoel Vitória, e da Administração, que não sei o nome, porque são tantas Secretarias neste governo, que a gente não sabe nem o nome dos secretários. São 32! De 20 Secretarias passaram para 32!

É esse o motivo do rombo, governador! Se tem 20 secretarias e salta para 32, há um aumento de mais de 50% na sua quantidade no Estado. E ainda se amplia em mais de 2 mil o número dos cargos de confiança! Aí se cria um rombo numa receita

que hoje é 150% maior do que a que herdou o governador Jaques Wagner em 2007, quando assumiu o governo no seu primeiro ano. S.Ex^a aumentou também os PSTs, a quantidade de REDAs! Não tem governo, o dinheiro sai pelo ralo! E aí quem vai pagar a conta? São os trabalhadores da nossa Bahia, comprometendo a receita do futuro.

Precisamos discutir isso, porque aqui neste Legislativo a Oposição tem dado contribuições. Ela tem votado a favor dos projetos de empréstimo e da autorização dos convênios. Mas o que estamos a assistir são esses recursos sendo desviados pra cobrir o custeio, em vez de estarem reservados para aplicação nas suas finalidades: as obras. É para esse fim que nós aprovamos os empréstimos.

São as obras que autorizamos e aprovamos através dos convênios. Mas os recursos destinados para elas estão sendo desviados. Aí, o empreiteiro do nosso Estado que participa de uma licitação e o fornecedor que vende sabendo que tem recurso de saldo vinculado para pagamento não recebem, porque foi tudo jogado no Caixa Único e transferido para pagamento de custeio.

Portanto, presidente, para que haja reflexão, para que os deputados venham aqui, estejam presentes e a gente conheça o assunto, utilizo esta questão de ordem pedindo a V.Ex^a uma verificação do quórum de continuidade da sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, é impossível a gente suspender esta sessão, até pela importância do tema.

O deputado Elmar Nascimento pede uma verificação de quórum arguindo que neste momento o número de deputados presentes à sessão é pequeno. Daí fazermos um apelo para que todos os parlamentares da base se façam presentes a este recinto, já que existe uma solicitação de verificação do quórum para continuidade da sessão.

Portanto, pedimos a todos os deputados que estão nos seus gabinetes, no cafezinho, na biblioteca fazendo pesquisa ou em reunião com correligionários que se façam presentes, já que existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Elmar Nascimento para continuidade da sessão.

Então, Srs. Deputados que ainda não se encontram no recinto em que se realiza esta sessão plenária que vai votar uma PEC importantíssima, que fala inclusive do redirecionamento da aplicação dos *royalties*, venham a Plenário marcar suas presenças. Também lhe peço, Sr. Presidente, que zere o painel e dê os 15 minutos regulamentares para que o quórum possa ser restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^{as} serão atendidos.

Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Portanto, solicito a presença dos deputados que estão na sala do cafezinho, nos seus gabinetes ou em reunião com as diversas instituições para que compareçam imediatamente ao Plenário, porque existe este pedido de verificação do quórum de continuidade.

Então, Srs. Deputados, solicitamos a vossa presença imediata aqui no Plenário,

pois há um pedido de verificação do quórum feito pelos deputados Elmar Nascimento e Paulo Rangel.

Por favor, zerem o painel e marquem 15 minutos para a contagem do tempo.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, no dia 18, anteontem, comemorou-se o aniversário de uma das nossas entidades mais importantes. Ela é muito mais do que um bloco carnavalesco. É uma entidade cultural verdadeiramente mágica que tem uma participação das mais importantes, além de ser a mais bonita do Carnaval da Bahia. Falo dos 65 anos do Afoxé Filhos de Gandhi.

Essa entidade cultural tão importante foi fundada em 1949 por estivadores do nosso Estado, ali do Cais do Porto, com apenas 100 participantes. E hoje não tem mais limite, porque transforma aquela avenida num verdadeiro tapete branco.

De forma que quero aqui expressar a minha homenagem a essa grande entidade, que tem serviços prestados à história, à cultura e ao Carnaval, o maior e melhor Carnaval do mundo, com a participação dos Filhos de Gandhi. Vão aqui os nossos parabéns a essa grande entidade.

Aproveitar também para convocar todos os nossos nobres deputados que estão nos seus gabinetes, que estão na biblioteca e nas diversas áreas desta Assembleia para que venham imediatamente a este Plenário confirmar presença, para que nós possamos dar sequência a esta sessão, no sentido de votar uma matéria das mais importantes já votadas neste Parlamento. De forma que reafirmo a necessidade de todos os nobres deputados e deputadas comparecerem a este Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente Álvaro Gomes, Srs. Deputados e Srs. Deputadas, aproveito este momento de verificação de quórum para dar uma notícia triste: um servidor desta Casa, nosso querido Daladier, funcionário do gabinete do deputado J. Carlos, já vinha doente há alguns dias, internado no Hospital Aeroporto, acabou de falecer. Era um militante do Partido dos Trabalhadores, e em nome do nosso partido quero lamentar o falecimento precoce do servidor da Casa e prestar toda a nossa solidariedade à família. Sem dúvida alguma, o deputado J. Carlos, neste momento, deve estar angustiado, uma vez que era um servidor e um amigo do deputado J. Carlos de longa data, dirigente do Sindicato dos Rodoviários do Estado da Bahia. Em nome da nossa Bancada, gostaria de prestar toda a solidariedade e o nosso pesar à família e aos colegas do nosso querido Daladier.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Feitos os registros, tanto do aniversário do Filhos de Gandhi, 65 anos, um número muito simbólico, e da morte do sindicalista Daladier. Até o momento existem 19 Srs. Deputados no Plenário, e nós reforçamos o chamamento das questões de ordem dos dois deputados para que os

deputados compareçam imediatamente aqui ao Plenário, porque há uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Temos no momento 20 presentes, está faltando a presença de um deputado para que tenhamos quórum de continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Já restauramos o quórum.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, falarão, dividindo igualmente o tempo, os deputados Paulo Azi e Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por 5 minutos e meio.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, estamos reunidos, nesta manhã, em sessão extraordinária para iniciar o processo de discussão da polêmica PEC dos *royalties*.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que o açodamento com que o assunto está sendo tratado pelo governo nesta Casa, buscando utilizar-se de artifícios regimentais para impedir e evitar qualquer tipo de debate sobre o tema, já coloca sobre essa votação uma enorme suspeição.

Aliás, esse açodamento se iniciou com uma série de atitudes tomadas pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça na terça-feira que, em nosso entendimento, não encontram respaldo regimental nesta Casa. O entendimento da nossa Bancada é que a tramitação dessa PEC e a discussão da matéria na manhã de hoje estão eivadas de vícios regimentais. Por isso mesmo, a nossa Bancada haverá de ingressar com um pedido de mandado de segurança, solicitando que se interrompa o andamento da tramitação dessa PEC e se corrijam as ilegalidades que foram praticadas no início da discussão na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

E nós gostaríamos de perguntar ao governo o porquê desse açodamento? Todos sabem que a posição dos deputados da Bancada da Oposição, quando se começou a ventilar a proposta dessa emenda constitucional apresentada pelo governo, era favorável à PEC, porque entendíamos que o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia merecia um recurso adicional que viesse a capitalizá-lo.

Parece que estávamos analisando a questão com uma certa dose de ingenuidade, porque logo depois, pouco tempo depois, as reais intenções do governo foram explicitadas quando encaminhou a esta Casa um projeto, que será consequência da aprovação da PEC, para a antecipação em 5 anos dos recursos dos *royalties*, mas não para capitalizar o Fundo de Previdência, porém para tapar o buraco em que hoje se encontram as contas públicas do Estado da Bahia.

Como podemos, Srs. Parlamentares, discutir e votar uma matéria de tamanha relevância sem que um só secretário de Estado esteja presente nesta Casa, sem que o secretário da Administração tenha vindo a este Poder debater a situação do Fundo de Previdência e nos trazer as razões que fizeram com que esse ele estivesse, hoje, com esse buraco bilionário?

Como podemos avançar nessa questão se não nos foi dado o direito de debater

com o secretário da Fazenda as repercussões que esta mudança na aplicação dos *royalties* trará às populações que vivem no interior e verão recursos que hoje estão previstos no Orçamento do Estado para serem aplicados em Saúde, Educação e, principalmente, em ações de combate à seca, de eletrificação rural e de pesquisa mineral, sejam praticamente todos desviados para cobrir esse rombo.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Pela Ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o próximo tempo seria do deputado Bruno Reis, solicito que seja destinado ao deputado Paulo Azi para que possa concluir as suas palavras.

O Sr. Presidente (Álvaro Gome):- Então, mais 5 minutos para o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Muito obrigado.

Portanto, Sr. Presidente, é inadmissível, incompreensível que sejamos forçados a votar uma matéria de tamanha relevância como essa sem sequer ter tido a oportunidade de nos debruçar e discutir a fundo os números oficiais do governo do Estado da Bahia.

O Regimento desta Casa estabelece que um projeto como esse deva tramitar nas Comissões técnicas por um período de pelo menos 15 dias, Srs. Deputados. E essa emenda constitucional tramitou pelo prazo de apenas uma hora de relógio. Foi o tempo, que no nosso entendimento foi de maneira ilegal, que o relator escolhido fora do expediente normal desta Casa teve para preparar um parecer que foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

A pergunta é: Qual é o medo deste governo? Afinal de contas, este não é o governo que se diz democrático, que se diz transparente, que se diz republicano? Qual é afinal o medo que este governo tem de debater essas questões de frente com a nossa sociedade, apresentando seus números, razões e argumentos? Por que afinal o medo da contestação, Sr. Presidente?

Não estamos aqui discutindo um projeto qualquer. Aqui estamos travando uma discussão que vai se refletir pelos próximos 5 anos, que vai trazer consequências danosas ao futuro governador que o povo haverá de escolher nas eleições de outubro deste ano. O governador que irá assumir o mandato em janeiro já vai receber um Orçamento com a receita diminuída em quase 500 milhões de reais. E como é que esse futuro governador tratará o rombo que continuará existindo nas contas previdenciárias do Estado? Porque ao contrário do que diz o governador e seus secretários que os projetos não vêm, Sr^{as} e Srs. Deputados, para capitalizar e resolver os problemas do fundo de previdência, este projeto só vem para que o governo tenha, neste que é um ano eleitoral, o recurso disponível para ser utilizado na campanha eleitoral, na tentativa de eleger o seu candidato. Essa é a grande verdade.

É por isso que este governo não tem coragem de tratar essa questão com transparência, às claras. Não tem coragem de enfrentar esse debate, de trazer os seus representantes a esta Casa porque não tem respostas, não tem argumentos. E sabe,

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que foi desmascarado e que por isso mesmo volta a se utilizar da sua Maioria silenciosa na Casa, a famosa bancada lagartixa que só sabe balançar a cabeça, que mesmo insatisfeita, que mesmo reclamando nos corredores do maltratamento que é dado, da pouca importância que recebe das autoridades governamentais, foi constrangida, foi forçada por S.Ex^a o Governador a vir a sessão desta Casa. E de maneira silenciosa, de maneira absolutamente muda, votou e aprovou a ilegalidade e a excrecência dos projetos que esse governo apresentou a esta Casa e que vai comprometer - Sr. Presidente desta sessão deputado Álvaro Gomes - as futuras gestões do Governo do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Ordem do Dia.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Paulo Câmara, pelo tempo de até 20 minutos, para discutir a Proposta de Emenda Constitucional nº 136/2014 de autoria do Poder Executivo.

PROPOSTA DE EMENDA Nº 136/2014

**Dá nova redação ao art. 204 da
Constituição do Estado da Bahia.**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - O art. 204 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação e incisos:

“Art. 204 - Os recursos financeiros destinados ao Estado, resultantes da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais, serão aplicados, na proporção em que a lei estabelecer, em:

I - educação e saúde;

II - gestão e preservação de recursos hídricos e minerais;

III - geração de energia e energização rural;

IV - aporte em fundos de previdência dos servidores estaduais.

.....
.....”
.....

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PAULO CÂMERA:- Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o nobre presidente.

Gostaria de fazer algumas observações sobre as questões que envolvem, não diretamente, mas a PEC em si. A história que levou, em 98, por exemplo, à criação do Funprev que tem exatamente o mesmo conceito de agora, do Baprev, que significa, nobre presidente, retirar o nosso pessoal que se aposenta do buraco no qual a previdência nacional, seja ela também dos Estados, afunda-se.

Se nós lembrarmos que foi feita a venda da Coelba por 1,2 bilhão, dos quais foram destinados 400 milhões para a Previdência Social, vamos ver que num curto espaço de tempo esse dinheiro foi sugado, tragado, pelo dinheiro pago aos pensionistas e que estamos de novo no buraco.

E a aí houve um defeito crucial. Se V.Ex^{as} lerem a legislação, lá está dito que, a cada ano, 5% dos valores pertinentes aos nossos aposentados seriam passados para o Funprev. Isso significaria, Srs. Deputados, uma transferência anual de 5%. Em 10 anos, só para efeito de raciocínio, nós passaríamos 50%. Se V.Ex^{as} se lembrarem que a Previdência saiu de 6% para 11%, teremos aí o dobro. E, a seguir, a parte patronal foi dobrada em um pouco mais.

Então em aplicado o conceito do Funprev, não estaríamos hoje tirando, com essa PEC, os nossos pensionistas do buraco. E falo dos atuais, porque os novos já estão no Baprev. E qual é o problema disso? Os reflexos disso na sociedade? Tem um dado vital que é preciso ser considerado e o grande sofredor disso foram os professores. É preciso lembrar que o governo Wagner liberou a cada ano 6 mil novas aposentadorias. O que significa isso? É que, anteriormente, os professores davam entrada no seu pedido de aposentadoria e o governo não liberava.

E por que o governo não liberava? Aí é que entra a famosa injustiça social. A cada pedido de aposentadoria do professor não se fazia uma retenção de 12%. E aí ficamos com um monumental número de pessoas pedindo aposentadoria e o Estado

não liberando por um problema de caixa, por um problema de gestão previdenciária, por um problema de falta de estudo atuarial. E aí provocou esse caos que temos hoje.

Qual foi a filosofia do governo? Está aí claro, o Baprev não foi aprovado hoje. Por quê? Porque hoje fazemos gestão previdenciária. E esse dinheiro que se busca com a PEC é exatamente para diminuir esse rombo de 2.3 bilhões que V.Ex^{as} conhecem e que não podemos deixar de, gradativamente, transferir esses recursos para que esse dinheiro possa ser gasto exclusivamente no investimento. A nossa Fonte 100, antiga Fonte 00, tem problemas. Mas qual a diferença do Estado da Bahia para os outros estados? É o índice de captação de recursos feito pelo governo Wagner. Temos captados 5,3 bilhões. Agora, queria trazer um novo argumento para essa questão. Toda vez que temos uma posição inovadora, teremos sempre protestos. Esse dinheiro é como se tivéssemos tomando empréstimo de uma forma mais barata, mais ágil e que, de imediato, vai atender todos esses problemas que temos.

É claro que entendemos que toda vez que uma inovação forte chega há um protesto geral, mas não há como discutir que, se o Funprev tivesse sido aplicado ainda que parcialmente, não estaríamos com os nossos aposentados nesse sofrimento. Para passar a V.Ex^{as} a importância do Baprev, dessa nova forma de gestão previdenciária no Estado da Bahia, já se tem em caixa, nesses poucos anos, algo em torno de R\$ 600 a 7 milhões. O que significa que somente daqui a mais ou menos 30 anos poderemos usar esse dinheiro.

Então, teremos, vou usar uma palavra exagerada, um monumental volume de recursos para suprir esses novos aposentados em longo prazo. Esse foi o buraco, essa foi a falta de responsabilidade, diria social, com os nossos aposentados. Tenho amigos professores há três anos contribuindo com 12%, enquanto ele teria direito a sua aposentadoria. Esse dinheiro retido para que esse buraco não afundasse. E a visão social do conceito de governo? Como ficamos com essas pessoas, sempre acima de 55 anos, querendo se aposentar sem poder. Por quê? Por uma estratégia meramente mecânica, o Estado retém 12%. E aí entram os 12%, mais os 24% dele, mas acontece que ele já fica livre desse ônus de multiplicar 12 vezes n aposentados. E aí vamos falar dessa grande diferença que temos para discutir.

Gostaria de lembrar aos meus amigos que esses déficits são sempre voltados para que possamos mudar a filosofia do governo na área de gestão previdenciária. É preciso termos cuidado. Quero lembrar aos senhores que esse mesmo exemplo da Bahia foi feito em Minas Gerais. Foi feita a previdência igual a nossa, juntaram-se 3 bilhões e tanto. E agora, por problemas de caixa, vamos colocar assim de forma gentil, o governo mandou para a Assembleia de lá e acabou o nosso Baprev correspondente, e transferiu esse dinheiro, isso é que é loucura, eu chamo irresponsabilidade, pegou esse dinheiro específico, único e exclusivo da previdência e jogou no caixa único do Estado, como lá em Minas tem. Então, o dinheiro que era exclusivo de uso previdenciário virou dinheiro de caixa único do Estado, e assim ele incorporou, face ao grande rombo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele normaliza as questões dele e deixa os nossos aposentados, ou melhor, os aposentados dele totalmente desprotegidos. É isso que nós queremos? Qual é a diferença substantiva na

forma de governar? O governo não foi feito para dar lucro, o governo foi feito para melhorar as condições de vida da sua população. Mas nas questões específicas como é a questão previdenciária tem que ser cuidado.

Os senhores têm que se lembrar que esta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia acabou com as aposentadorias diretas em cumprimento a uma determinação da Constituição Federal de 1988, que diz, e poucos fizeram isso no Brasil, que a partir de 88 só pode receber previdência do setor público quem for concursado. Isso é dito de outra maneira. E a partir daí Fernando Henrique Cardoso, vamos ser justos, fez a aplicação desse artigo constitucional e a Bahia acabou com sua previdência direta na Assembleia Legislativa. Hoje, não temos mais aposentados pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Temos, sim, os residuais que se aposentaram, salvo engano, no dia 18 de novembro de 1988. A partir daí acabou, não há deputado que se aposente por esse caminho. Essa é a diferença, e respeitando isso temos o Baprev, respeitando isso só se aposenta pelo Estado quem for efetivamente concursado. E você moderniza a gestão previdenciária.

Essa é a diferença, a forma de ver como tratamos os diversos segmentos, um deles são os milhares de aposentados. Todos estão em nossa folha, todos estão saindo da antiga zero-zero, todos estão saindo do Tesouro, da atual chamada Fonte 100. Essa forma que é diferente. E aí você faz a inclusão dessas pessoas que passam a receber as suas aposentadorias em número altamente significativo, não visando somente o caixa do Estado mas entendendo que tem dezenas de pessoas, especialmente o contingente de professores, que precisavam se aposentar e estavam retidos e contidos por força dessa circunstância.

Colocada essa questão da PEC, quero fazer um breve comentário, que não é muito comum, salvo engano por erro ou omissão, fui possivelmente no governo Wagner o deputado estadual a ir para uma secretaria. Fiz uma pequena publicação que distribuí a alguns colegas desses três anos que passei lá na administração do setor de Ciência Tecnologia e Inovação. Um resumo muito bem claro, visível e factível de percepção foi um artigo do jornal *A Tarde* no qual cita com clareza e diz o seguinte: a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação foi a terceira secretaria, em porcentuais, de maior volume de investimentos para o Orçamento de 2014”. Isso saiu no jornal *A Tarde* no ano passado.

Se os senhores virem a dimensão da secretaria, que tem apenas 80 e poucos funcionários, pouquíssimos REDAs e alguns outros bolsistas, se olharem a secretaria em si, retirando-se os recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa - Fapesb, que são maiores do que o da própria secretaria, verão que houve um esforço monumental de captação, e na transformação da visão de como administrar o Sistema de Ciência e Tecnologia na Bahia. Fizemos o Tecnocentro, onde há cerca de 450 pessoas trabalhando. Tem um volume substantivo de investimentos e 40 empresas trabalhando lá dentro – grandes empresas e pequeníssimas empresas incubadas.

Temos projetos monumentais como o Centro de Biotecnologia da Bahia, que está com o projeto pronto, e a parte de equipamento é orçada em quase R\$ 40 milhões, já em finalização. Há a Escola de Iniciação Científica, e farei um comentário

a posteriori sobre o Museu de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.

Com isso, quero colocar que há no governo Jaques Wagner, pela primeira vez,... Eu diria que não podemos deixar de fazer história sem nos lembrarmos do antigo Ceped, um centro de excelência que chegou a ter cunho nacional e foi definindo ao longo dos anos, e é, hoje, um projeto em estado falimentar, incorporado pela secretaria agora, na minha gestão. Há um projeto pronto de reforma do local, para fazer a recuperação física e, a seguir, implantar uma incubadora e receber – convênio já assinado com a Universidade Federal – cinco cursos de Ciências Exatas no antigo Ceped, com 360 vagas, que deverão funcionar no próximo ano.

São essas iniciativas que, às vezes, não têm repercussão maior, mas que são trabalhos de formiga, que resultarão em frutos daqui a 5 anos, 10 anos. O meu perfil técnico, que é a minha origem, não me levou a fazer divulgações espetaculosas nem fazer política.

Entrosei-me com a magnífica reitora Dora, e estamos trabalhando nesse sentido. A Escola de Iniciação Científica é um passo fundamental para a integração da sociedade. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foi um sucesso que se repetiu três vezes na minha gestão, e chegou ao número de 27 mil visitantes agora. O que me leva a lembrar, meus amigos, que a nossa página, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, na internet, no *Facebook*, por exemplo, é a segunda mais visitada do Estado. A primeira é a da Secom, da Secretaria de Comunicação.

Isso é uma demonstração efetiva, real e concreta, com recursos orçamentários de R\$ 200 e tantos milhões, que precisarão ser ampliados ao longo do tempo para que possamos pegar todo aquele rol de projetos que foram detalhados e ficaram, a maioria deles, em estado de licitação e possamos desdobrá-los um a um daqui para a frente.

Essa é a minha proposta para me sentir responsável e responsabilizado com os avanços que aquela pasta deve ter com a nova secretária. Tenho certeza absoluta que ela deve ter visão de continuidade, porque a continuidade não é administrativa, no sentido do secretário, a continuidade é a secretaria seguir os parâmetros do nosso governador Jaques Wagner, e não da figura do secretário em si.

Há um escopo de trabalho em menos de 1 ano de governo, e, assim, pretendemos que aquela secretaria, com a competência inerente da equipe técnica que está lá e da que foi levada, possa ter esses desdobramentos comuns.

Há sistemas de inovação, por exemplo, deputado Nelson Leal, que desenvolvemos de conectividade digital para banda larga com inclusão digital. O que significa isso em terminologia não técnica? No Estado da Bahia, existem várias unidades dos chamados CDCs rurais, os antigos Infocentros, que não estão ligados à internet.

O sistema de CDC sem estar ligado à internet é apenas uma máquina de datilografar, a expressão é proposital. Mas na hora em que você liga esses 10 computadores à internet, teremos toda essa juventude da área rural, e eu estou me referindo, especificamente, à área rural, ligada à internet, e assim essas dezenas de CDCs que estão no campo passarão a ser, com seus alunos, com suas escolas rurais,

conectados à internet. Esse programa está em execução e temos certeza de que o governo Wagner poderá ainda incrementá-lo, mas com certeza o novo governo vai incrementá-lo.

Ainda assim, não poderemos deixar de dizer que o Orçamento deste Estado, com as dificuldades inerentes às quedas do FPE... Entendemos que essa redistribuição feita pela nossa presidente teve o objetivo de uma visão de economia, a chamada economia, digamos, de consumo, em que se estimulou fortemente... Mas temos a convicção de que o nosso próximo governador, com certeza... As pesquisas já indicam isso com facilidade, nobre deputada-presidente, que teremos um número significativo de avanços já agora nas próximas divulgações. Isso nos dá tranquilidade para que esses novos programas que estão em implementação possam ser desdobrados, aperfeiçoados e aprofundados. E aí teremos tempo para isso.

Teremos até dezembro para esses estudos, e quando o nosso próximo governador, Rui Costa, lá chegar, espero eu, possamos todos então continuar com toda essa visão que foi implementada a partir de agora e pela primeira vez na área de ciência e tecnologia. Obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a permuta, concederei a palavra ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Agradeço penhoradamente, minha nobre presidente, deputada Fátima Nunes, uma brava representante do sertão baiano e que, com certeza, quer ver o fortalecimento do Poder Legislativo, que é um Poder Legislativo baiano participativo, democrático, discutindo amplamente as questões do Estado. Hoje, estamos reunidos para alterar a Constituição do Estado. Alterar um artigo que o constituinte colocou na Constituição.

Estamos aqui, Sr^a Deputada-presidente, num momento nobre desta Casa, alterando a vontade popular, porque o constituinte, quando fez a Constituição determinou os setores em que os recursos provenientes da arrecadação dos *royalties* do gás, do petróleo, dos recursos minerais, seriam aplicados, e essa destinação está sendo alterada. Para isso, precisamos aqui de um grande número de deputados para discutir, para apresentar as suas ideias, e, notadamente, o Plenário está vazio. No Plenário, não há o número necessário de deputados para continuidade da sessão, para manutenção da sessão. Imagine V.Ex^a se fôssemos discutir aqui o número de deputados para alterar um artigo da Constituição. Por isso, solicito a V. Ex^a que preceda a uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a será atendido.

Concedo uma questão de ordem ao deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Deputada Fátima Nunes, que ora preside esta sessão, é uma honra para nós que fazemos parte desta Assembleia ter nesse papel uma mulher da competência política de V.Ex^a. Por isso, gostaria de que a nobre deputada, ora presidindo esta sessão, desse o tempo regulamentar, zerando o painel para convocar todos os deputados. Tenho 3 anos aqui e nunca se discutiu tanto e nunca se falou tanto de uma PEC como esta, que é uma questão tão nobre no sentido de garantir a aposentadoria dos nossos funcionários públicos. A forma como a Oposição coloca, desvirtua o centro da questão. Temos informação de todo Brasil como isso vem acontecendo. Tivemos uma publicação da *Folha de S. Paulo*, onde sai os Estados com os piores déficits, aqueles que não tem nenhum zelo pela administração. Vemos o Estado de Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Estados governados justamente por aqueles que aqui se manifestam no sentido de querer obstruir, atrapalhar a votação que, com certeza, nos ajudará, ajudará muito o Estado a resolver essa questão, que é garantir a aposentadoria desses funcionários que, durante a sua vida serviram a este Estado das mais diversas formas, na segurança pública, nas salas de aula, nos postos de saúde, e gastaram boa parte das suas vidas servindo ao povo da Bahia. Esta Casa tem de ter o devido respeito, e essa PEC é fundamental para garantir o que é essencial, que são os recursos.

Esse empréstimo que o governador propõem, sem dúvida nenhuma tem muita importância para essa matéria. O Estado da Bahia tem a sua situação financeira saudável, reconhecida e atestada por um jornal de grande circulação do nosso País, não é um jornal estadual nem regional.

Por isso, queria solicitar, convidar nossos nobres deputados, deputadas que estão no restaurante, para que apressem ou suspendam o almoço para que compareçam a este plenário. Solicito aos deputados e deputadas que estão nos seus gabinetes, para assegurarmos o quórum.

Gostaria que V.Ex^a zerasse o painel para contar os 15 minutos necessários para enchermos esse plenário, para fazermos esse debate. Sem dúvida nenhuma, hoje, seja a hora que for, ou amanhã, só sairemos daqui com essa PEC aprovada. Convoco todos os deputados, deputado João Bonfim, como contempla o painel, venham marcar presença, e todos aqueles que estão nesta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a, deputado Marcelino Galo, também será atendido.

Obrigada pelos elogios ao meu trabalho e à minha pessoa. Peço à técnica para zerar o painel e marcar os 15 minutos. Nesta oportunidade, convido a todos os deputados e deputadas que nos ouvem, neste momento, e se encontram nas salas das comissões, no saguão, em seus gabinetes, no restaurante, para que compareçam a este Plenário com a máxima urgência, para que possamos dar continuidade a presente sessão, tão importante e necessária para os trabalhos e para a nossa Bahia.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel enquanto aguardamos os deputados.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, quero renovar o apelo feito pelo deputado Marcelino Galo e convidar todos os deputados, principalmente da base do Governo, a se fazerem presentes neste Plenário já que existe uma solicitação de verificação quórum formulada pelo deputado João Carlos Bacelar, para continuidade da presente sessão. Sabemos que hoje discutiremos um projeto importantíssimo, uma PEC que diz respeito à modificação no encaminhamento de verbas dos *royalties* do petróleo e que servirá para aliviar a situação, hoje, da previdência dos funcionários do Estado da Bahia.

Portanto, é importantíssimo a presença de todos os Srs. deputados. Temos, até o momento, a presença de apenas 15 Srs. deputados e precisamos de 21 Srs. deputados para que possamos dar continuidade à sessão. Fazemos um apelo para que os deputados, rapidamente se encaminhem a este Plenário.

Quero alertar aos deputados que nós já poderíamos estar votando a PEC, caso tivéssemos 38 deputados do Governo. Não podemos entender porque não temos aqui 38 deputados do Governo, até o presente momento, para darmos continuidade a esta sessão. Isso é inadmissível. Estamos vendo o inusitado, deputados da base do Governo tendo que obstruir para que nós tenhamos quórum para votação.

Pedimos aos Srs. deputados que se façam presentes, o mais rapidamente possível, para que possamos dar continuidade a presente sessão, até porque, existem deputados que estão ansiosos para ver a base do Governo obstruindo, algo que nunca acontece. Já temos deputados inscritos e queremos que os deputados do governo, neste momento, retirem as suas inscrições. Não obedeçam mais à ordem já que existem deputados inscritos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Paulo Rangel, desculpe interromper, mas preciso que o deputado João Carlos Bacelar registre a sua presença.

O Sr. Paulo Rangel:- João Carlos Bacelar, só falta a presença de V.Ex^a para termos o quórum.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Já há quórum. Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 20 minutos...

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes.

(Barulho no Plenário.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Pessoal, silêncio! Estão atrapalhando o meu raciocínio.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Deputados, há um orador na tribuna. Peço que a reunião da Liderança seja ali ao lado. Deputados Paulo Rangel e Zé Neto, por favor, façam a reunião no Salão Verde para não impedirem o deputado Álvaro Gomes de fazer uso da palavra.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, estamos aqui discutindo uma PEC de extrema importância para a população. E nós precisaríamos desmistificar algumas questões levantadas pela Oposição. Em primeiro lugar, queremos deixar claro que o déficit da Previdência não foi provocado pelo atual governo, e sim por governos anteriores. Portanto, a responsabilidade não é deste

governo.

É importante a gente ressaltar que, quando se fala na questão da antecipação dos *royalties* para resolver um problema de governos anteriores, o atual governo está tendo a responsabilidade de evitar o caos na Previdência, inclusive por uma situação que, se não for resolvida, se teria que deixar de pagar aos aposentados. Não creio que seja isso que a Oposição esteja querendo, porque seria de extrema maldade e uma verdadeira estupidez com os aposentados da Bahia. Então, realmente, não acredito que seja isso que a Oposição esteja querendo.

Mas essa antecipação dos *royalties* do petróleo para a questão de Previdência é fundamental para resolver o problema criado por governos anteriores. Aliás, a forma como o governo está resolvendo-o é extremamente correta, absolutamente correta, porque se trata de antecipação dos *royalties* do petróleo. E como é que o governo passado tentou resolver o problema que criou? Entregando a Coelba ao setor privado, provocando um prejuízo extraordinário, e privatizando a Embasa! E aí foram 400 milhões da venda da primeira, mais os 400 provenientes da privatização da Empresa Baiana de Água. Então foi um método extremamente nocivo para a população essa privatização, que este governo revogou porque água é vida, água não pode ser privatizada, água tem de ficar sob o controle do Estado. Portanto, realmente não pode ser privatizada.

Este governo revogou a lei que privatizava a Embasa. E essa privatização aconteceu no passado, assim como a da Coelba. Portanto, ele se utilizou dum mecanismo extremamente nocivo à sociedade: as privatizações da água e da energia elétrica. E aí não foi antecipação. Privatizou, pegou o dinheiro e utilizou.

Aqui estamos discutindo uma questão séria, e não negociatas. O que discutimos neste momento é como foi no passado. Mas agora estamos a discutir neste Plenário um assunto sério, os *royalties* do petróleo, para resolver um problema que não foi criado por este governo, e sim pelos governos anteriores. Só que o atual está resolvendo-o com muita competência, seriedade e coerência.

Em vez de privatizar a água, como eles fizeram para receber 400 milhões - e esse dinheiro já está aí na Previdência? -, ou de privatizar outros setores importantes do Estado, este governo está buscando de forma correta antecipar os *royalties* do petróleo para que venha a resolver os problemas dos aposentados e para que estes recebam os seus salários normalmente.

Não creio que a Oposição queira provocar este caos e impedir que os aposentados recebam os seus salários. Não creio nisso, porque aí, deputada Fátima Nunes, se for esta a intenção dela... Não acho que seja, não. Talvez... Não posso entender assim porque, se fosse isso, seria uma maldade tão grande com os aposentados que se tornaria uma coisa inaceitável!

O governo está agindo de maneira correta para pagar aos aposentados, resolver o problema do déficit da Previdência na Bahia e para que a gente possa realmente ter uma situação confortável. Esse é o objetivo, o propósito dele. E esta PEC tem única e exclusivamente esta intenção.

Agora, a questão é a seguinte: muitas vezes as pessoas transferem para os

outros aquilo que fazem. Então, o antigo governo fazia todas essas negociatas e aí quer transferir para o atual. Não tem nada a ver. O atual governo é sério, tem melhorado a vida das pessoas, a educação, a saúde, a moradia. Enfim, vem reduzindo as desigualdades sociais. Só para vocês terem uma ideia, são duzentas mil casas populares na Bahia e mais de três milhões de pessoas beneficiadas pelo Programa Água para Todos.

Tínhamos aqui poucas Escolas Técnicas - em torno de cinco. Hoje temos 31 e podemos ampliá-las para 40. A questão da saúde também melhorou consideravelmente, apesar de precisar melhorar ainda muito mais. Na educação, temos hoje cinco Universidades Federais e o Programa Topa, Todos pela Alfabetização. Então, este é um governo realmente sério.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão:- Nobre colega deputado Álvaro, quero primeiro parabenizá-lo pelas falas e pela eloquência, mostrando as ações deste nosso governo.

No seu último período, em dois anos o governador Jaques Wagner colocou mais obras em Vitória da Conquista do que todos os outros governos que passaram nos últimos 20 anos pela Bahia. Falo do aeroporto de porte nacional, obra nossa que começou agora. E também do esgotamento sanitário, mais de R\$ 100 milhões. Agora mesmo, o presídio masculino e feminino, obra de mais de R\$ 70 milhões; uma grande barragem, que resolverá de todas as formas o problema de abastecimento de água de Conquista, em mais de R\$ 240 milhões.

Então, para complementar esse grande e importante discurso mostrando que só em Vitória da Conquista, nos últimos dois anos, recebeu dinheiro que a cidade nunca viu igual: Minha Casa Minha Vida, mais de R\$ 1 bilhão, colocando Vitória da Conquista num polo desenvolvido fantástico de crescimento e ação, mostrando a qualidade e o caráter deste governo, que pensa a Bahia, não só a partir de Salvador, mas a Bahia em todos os municípios de todas as regiões.

Então, também aqui, acrescentando no seu discurso a grande quantidade de ações e de obras que coloca Conquista hoje entre os municípios mais importante e desenvolvidos de todo o Brasil.

Era só isso para complementar sua fala.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso concordando com tudo o que V.Ex^a falou. Eu queria só, no processo de conclusão do meu raciocínio, já desmistifiquei a importância que os governos anteriores deram à privatização da Coelba e da Embasa e naquele processo que também privatizou o Baneb, trazendo sérios prejuízos para a população. Investiu R\$ 1 bilhão e 500 milhões mas vendeu por R\$ 260 milhões! Provocou um clima de terror... São tantas coisas complicadas no governo anterior que nem podemos citar aqui, passaria dias falando sobre os problemas dos governos anteriores. Então, já desmistifiquei essa questão, agora dizendo o que nós queremos é exatamente a antecipação dos *royalties* do petróleo para resolver um problema deixado pelos governos anteriores e para que

possamos pagar os aposentados – essa é uma questão. A segunda questão que a Oposição tem colocado é de que houve erro no processo de tramitação dessa PEC. Que absurdo! Que absurdo! É não conhecer o mínimo do Regimento Interno! É não conhecer nada do Regimento Interno! Ou, então, está achando que nós não temos noção. Não é possível! A tramitação dessa PEC se deu de forma absolutamente dentro do Regimento Interno, Constituição Estadual e da Constituição Federal! Não teve absolutamente nenhuma falha! Nenhuma! Nenhuma falha! Agora, é claro, a justiça não perdoa os que dormem. Dormiram ou não tiveram condições de protelar, aí, paciência, o governo não pode prejudicar a população porque a Oposição quer protelar, quer impedir a tramitação de um projeto importante para a sociedade! Ora, olhem que argumentos frágeis: levantaram uma série de argumentos. Entre eles o absurdo de dizer que havia projetos na frente da PEC! Ora, começamos o ano legislativo novo, a pauta estava zerada. Portanto, esse foi o primeiro projeto, não tinha nenhum outro. Se o raciocínio da Oposição valesse, sabe o que aconteceria? Meus projetos de 2003/04/05/06/07/08/09/10/11/12 e 2013, todos eles já teriam sido votados se esse raciocínio da Oposição fosse correto. Todos, e são 300. E tem projeto meu, de 2003, que não tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Concluindo mesmo, nobre camarada Paulo Rangel, meu raciocínio, porque essas questões precisam ser esclarecidas. O outro raciocínio é que a PEC está em regime de prioridade, que passa na frente de outras proposições. O outro raciocínio de que não está havendo proporcionalidade. Ora, não existe um raciocínio tão falso quanto esse. Em todas as comissões, são nomeados deputados da Oposição e da Situação, portanto, a proporcionalidade vem sendo mantida. E a proporcionalidade não é por tipo de matéria, o Regimento é muito claro: diz que a proporcionalidade é de matérias, e por matérias se entendem emenda constitucional, projeto de lei, indicações etc. Portanto, a proporcionalidade vem sendo cumprida rigorosamente.

Quero aqui concluir dizendo que com meus argumentos considero desmistificados os argumentos falsos da Oposição.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado José Raimundo pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr^a Presidenta, nobres colegas, deputados e deputadas, na verdade não vou usar esse tempo, quero apenas pontuar em 5 minutos 2 ou 3 aspectos desse debate. Em primeiro lugar, todos os governos estaduais estão passando por dificuldades orçamentárias, em particular com relação ao sistema previdenciário estadual. Esses governos estão buscando soluções via emendas constitucionais, aproveitando de um dispositivo federal que permite que os recursos dos *royalties* possam ser utilizados no setor previdenciário. PMDB, DEM, PSDB, todos os governos a que deputados estaduais na Bahia são vinculados nacionalmente estão fazendo em seus Estados. Então, aqui é um falso discurso da Oposição querer imputar ao governador Jaques Wagner uma medida unilateral. Esse é um fenômeno nacional para proteger os direitos dos servidores públicos e para garantir o seu futuro.

Segundo ponto, Sr^a Presidenta, é que, na verdade, a antecipação dos *royalties* é uma coisa boa para as finanças públicas, porque os recursos que o governador, em qualquer Estado, aplica na Previdência, significam um déficit no Tesouro, que se busca superar através de empréstimos muito mais onerosos para os cofres públicos. Portanto, a antecipação dos *royalties* é uma forma de garantir economia do dinheiro público para ser bem aplicado em outras obras para a sociedade. Por isso, Sr^a Presidenta, não tem sentido esse discurso. E os detalhes que a Oposição quer trazer aqui, regimentais, são detalhes que cabe ao Parlamento discutir independentemente do mérito da emenda constitucional, cujo cerne é garantir boas finanças públicas e os direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos.

Para concluir, quero dizer que a Previdência foi uma grande conquista da classe trabalhadora no mundo inteiro no final do século XIX, na Europa, e nos anos 20, na Bahia, com a primeira lei previdenciária Eloy Chaves, em 1923. Nos anos 30, Getúlio Vargas, nos anos 50, de novo com Getúlio Vargas, e nos anos 60, com João Goulart. E que nós, com muita luta, colocamos no sistema de seguridade social. Por isso, Sr^a Presidente, não cabe, absolutamente, a argumentação da Oposição.

Concluo dizendo que haveremos de votar essa emenda ainda hoje para dar maior celeridade, maior condições para que o governo do Estado possa fazer face a tantas demandas sociais no interior do Estado.

Era essa a minha intervenção, Sr^a Presidenta, e por aqui abro mão do tempo para que possamos dar espaço a outro debate.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigada, deputado Zé Raimundo.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, quero registrar que pela lista de inscrição desistiram de discursar os deputados Adolfo Menezes, Maria del Carmen, Zé Rainundo, Luiza Maia, Bira Corôa e Paulo Rangel. Solicito a V.Ex^a que restabeleça o meu tempo.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE(Fátima Nunes):-Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, a deterioração das finanças estaduais é um fato que qualquer cidadão baiano tem conhecimento, o governo do Estado não cumpre com suas obrigações financeiras, atrasa pagamentos, tem atrasado o pagamento das faturas causando uma instabilidade econômica causando sérios prejuízos à economia da Bahia.

Então, dizer aqui que as finanças do Estado estão em boa situação é tentar ludibriar a boa fé do povo baiano que sabe e que tem conhecimento da péssima situação financeira das contas estaduais. E o que causou essa deterioração das finanças estaduais, haja vista que a Bahia até 2006 era considerada como um exemplo no Brasil de uma administração do ponto de vista fiscal, modelo, a Bahia tinha suas

contas organizadas, na Bahia só se gastava o que tinha de recursos para cumprir com seus compromissos.

Essa situação, essa desestruturação e desequilíbrio nas finanças estaduais foi causada inicialmente pela incompetência na gerência das finanças. O governador escolheu para Secretário da Fazenda um quadro que não tinha nenhuma experiência na área, um quadro ligado aos sindicatos e que tinha como experiência na área pública ter sido delegado regional do trabalho. Lógico que isso não daria certo, liderar uma equipe técnica da qualidade dos auditores da secretaria da fazenda, uma pessoa que não tinha conhecimento, não teve o respeito dos técnicos e para fazer frente a esse quadro ele começou a se afastar desse pessoal considerado no Brasil como um dos melhores quadros da área fazendária.

E aí começou, do ponto de vista técnico o desequilíbrio das finanças estaduais. Aliado a isso, a gastança descontrolado do governo do Estado em perfumaria, porque se fossem recursos aplicados na área social, para o desenvolvimento do Estado, ainda poderia se admitir. Mas a gastança do governo foi na “perfumaria”, foi nas despesas de consumo, porque cada Secretaria é uma ilha, não há planejamento do governo do Estado. E nos lembremos que, nos dois primeiros anos do governo, o governador só mandava em 30% da máquina, outras lideranças governavam e mandavam no Estado mais do que o governador. Cada secretário indicado por um partido político fazia e agia da maneira que quisesse. V.Ex^{as} não de convir que uma máquina que não tem controle, uma máquina que não tem uma liderança única os gastos começam a sair por todos os buracos da máquina pública. Esta foi a segunda razão para que houvesse uma deterioração nas finanças do Estado.

Finalmente, a partidarização. Nunca na história política da Bahia, nenhum governador teve a coragem e o desplante de implantar dentro da máquina pública da Secretaria da Fazenda a politização, a partidarização. O governo do PT transformou a Secretaria da Fazenda num aparelho partidário. Infelizmente, o deputado Álvaro Gomes não está aqui, mas ele teve uma participação nisso, porque foi numa briga sindical do PC do B com os auditores fiscais que se fez o maior absurdo do ponto de vista técnico, do ponto de vista da gerência correta das finanças estaduais, alijando os auditores fiscais do Estado do processo da administração fazendária. Pegaram os técnicos fazendários ligados ao partido e colocaram na máquina pública do Estado.

Aliás, começou aí, e é bom que a gente toque nessa ferida e comece a chamar a atenção, inclusive a utilização da Secretaria da Fazenda para perseguir adversários políticos. O dito governo republicano, o dito governo democrático utilizou diversas vezes a máquina da Secretaria da Fazenda para perseguir adversários. E isso foi denunciado diversas vezes aqui nesta Casa. Então, Srs. Deputados, se nós levarmos em consideração a incompetência, se nós levarmos em consideração os gastos desnecessários, a partidarização da máquina fazendária, se levarmos em consideração a falta de controle no gasto da despesa pública, ninguém tem controle nenhum, a falta de planejamento, a falta de um norte para as ações do governo, está aí explicado o caos que se instalou na administração fazendária do Estado da Bahia.

Três secretários da Fazenda! Três secretários da Fazenda concorrendo para que

não houvesse a continuidade das ações. Pois bem, todo esse quadro faz com que o governo do Estado fique pontualmente mandando para esta Casa projetos que socorrem as finanças estaduais naquele momento, projetos que são casuais, casuísticos para resolver problemas específicos do Estado.

E esta Casa tem sido generosa, repito, generosa na concessão de autorizações de empréstimos para que o governo do Estado cubra o seu rombo, cubra o seu déficit. O governo do Estado procura a maneira mais fácil ou a maneira de colocar a Bahia em uma situação cada vez mais difícil em vez de consertar os seus erros e em vez de controlar as suas despesas.

Vejam, é esta a situação: “Casa que falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão!” Este ditado se aplica à atual administração estadual, porque a discussão começou a se refletir na base do governo.

Quando esta PEC veio a esta Casa pela primeira vez na sessão legislativa passada, a base do governo se negou a dar o quórum suficiente para aprová-la. Eles, a base do governo, têm maioria absoluta. Eles fazem o que querem nesta Casa, pois eles têm, aí, cerca de 46 deputados quando só precisavam de 38 votos a favor. Então, há número de sobra, repito, de sobra para se aprovar esta PEC.

Mas a briga interna da base do governo é tão grande que eles não vêm nem aqui votar. Deputada Fátima Nunes, tal briga chegou ao ponto de o governador convocar uma reunião de sua bancada na última semana para recomendar a urgência e a necessidade da votação e consequente aprovação desta matéria. E diversos deputados se negaram a comparecer à reunião com o governador.

E, aqui, hoje, mostramos, mais uma vez. Esta sessão já tem quase 4 horas de funcionamento. E eles não conseguem botar os deputados em Plenário para votar a matéria. Isso é o resultado da insatisfação dos deputados da base do governo. Deputado Carlos Geilson, o que se comenta, nos corredores desta Casa e na Bancada do governo, é que os deputados governistas sabem que esses recursos serão utilizados contra as suas bases e contra os seus interesses para eleger aqueles indicados pelo Partido dos Trabalhadores. É isso o que se comenta! É isso o que a base do governo diz!

Qual é o motivo ou qual é a razão para não termos, aqui, 39 ou 40 deputados do governo? O próprio deputado Paulo Rangel questionou este fato há pouco. Em uma das questões de ordem, o deputado Paulo Rangel perguntou: “Cadê esta Bancada que não está aqui para votar?”

A base do governo tem deputados suficientes, sim, deputado Sandro Régis. Eles têm 46 ou 47 deputados, ou seja, uma maioria esmagadora, repito, uma maioria esmagadora. Mas este é um final de governo triste, descontrolado politicamente e descontrolado financeiramente.

Pois bem, por que estamos hoje aqui? Estamos, hoje aqui, para votar uma emenda constitucional que permitirá, no futuro, a vinda de um projeto de lei que vai de encontro a tudo pregado pela Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada em 2000. Lei esta, aliás, que o Partido dos Trabalhadores foi contra, repito, foi contra. Esta Lei de Responsabilidade Fiscal organizou as finanças estaduais. Esta Lei de

Responsabilidade Fiscal deu um freio de arrumação na desorganização que existia no Brasil em 2000 na área das finanças estaduais e municipais.

O que o governo está pretendendo, aqui, é ressurgir o infamante instituto da antecipação da receita orçamentária. O que o governo do Estado está fazendo aqui? Darei uma explicação simples para os leigos. O que se pretende é como se fosse um cheque especial. O governo está voltando, novamente, à banca para tomar dinheiro de cheque especial, ou seja, antecipar receitas do futuro.

Imaginem!, o atual governador antecipa a receita dos próximos 4 anos. O próximo governo antecipa a receita de mais 5 anos. Onde isso vai parar? É uma desorganização total. É a quebra das finanças estaduais. É a volta das práticas condenáveis que existiam no Brasil até 2000, ou seja, antecipação de receita.

E se essa antecipação de receita fosse para uma obra de investimento que não pudesse ser adiado? Se fosse para resolver o problema da saúde do povo baiano, se fosse para resolver o problema da educação do povo baiano, aí, ainda, poderíamos discutir, repito, ainda poderíamos discutir, porque qualquer antecipação de receita é uma desorganização das finanças.

Ilustre telespectador, isso é como se V.S^{as} usassem o seu salário de daqui a 2 anos para comprar o café e o pão do dia de amanhã. É isso o que o governo do Estado está fazendo em outras palavras. O atual governo está pegando um dinheiro que ele só teria daqui a 5 ou 6 anos para cobrir o seu atual rombo e para cobrir o seu atual déficit. Volto a dizer, o atual déficit é causado pela incompetência, causado pela desorganização e causado pela politização da máquina.

Vejam, dois ou três deputados do governo discursaram aqui antes de mim. Eles dão como justificativa para esta situação o fato de que não é só o Estado da Bahia quem está nesta situação. Realmente, não é só a Bahia não, pois mais 14 outros estados estão nesta mesma situação.

Pergunta-se: quem causou isso? A incompetência do governo Dilma! Foi o governo da presidente Dilma quem autorizou e incentivou a que os estados ampliassem o seu endividamento. É a desorganização do Partido dos Trabalhadores nas finanças nacionais se repetindo nas finanças estaduais.

A inflação voltou ao País, repito, a inflação voltou ao País! A crise está batendo à porta do Brasil pela incompetência, pela partidarização das ações e pela transformação das finanças públicas em braço para atuação de partidos políticos.

Sabemos, sim, que a questão da Previdência do servidor público no Brasil é um caso seriíssimo. Isso acontece tanto em nível do governo federal quanto em nível dos governos estaduais e em nível de governos municipais.

Mas nós estamos combatendo o incêndio ao jogar mais gasolina no fogo! O governo Wagner não quer fazer o dever de casa. O governo Wagner não quer ter, repito, não quer ter a atitude de um estadista como a de enfrentar descontentamentos e tomar as medidas acertadas para resolver a questão da Previdência do servidor público.

E, aí, é fácil, reitero, aí é fácil, porque eles têm, aqui, a maioria avassaladora, a maioria do amém, a maioria silenciosa! Esta maioria não vem aqui, não discute e não

questiona. Como eles têm esta maioria, eles atropelam tudo! A maioria atropela o Regimento Interno desta Casa, atropela as disposições constitucionais e atropela as boas práticas de gestão das finanças públicas.

Esta é a situação! Este é um dia triste para ao futuro do Estado da Bahia, porque eles têm a maioria, eles têm, aqui, uma maioria avassaladora. Não estão conseguindo votar por causa da briguinha deles para ver quem é o vice-governador na chapa fadada à derrota em outubro. Eles colocam tudo, tudo a serviço dos partidos políticos que eles dão sustentação. Eles não estão aqui votando porque estão insatisfeitos com a distribuição de trator e de ambulância. Eles estão insatisfeitos com a escolha do candidato a governador, estão insatisfeitos com os rumos que o governador está dando na escolha do vice, e por isso eles não vêm votar. Só estão aqui o PT e o PCdoB, por quê? Porque foram contemplados com a escolha do candidato a governador, mas os outros partidos que querem indicar o vice estão, deputada Fátima, nessa briga, e ficam aqui fazendo muxoxo ao governador. E não foram nem na reunião com o governador, e aqui estão hoje. E nos dizem aí fora: “Não vamos dar quórum. Eles não vão votar hoje. Ou o governador liga para a gente ou eles não vão votar hoje essa PEC”, graças a Deus para o bem da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV-Assembleia*, o Líder do PT, meu amigo pessoal deputado Rosemberg Pinto, está um pouco desesperado, deputado João Carlos Bacelar. Primeiro, estavam aqui às turras vendo a que horas teriam o número de deputados para votar a PEC. Uma Bancada de 40 deputados, uma Bancada que se diz unida, que se diz sólida, corre o risco, novamente, de um papel vexatório. Eu acho que não vai acontecer isso, porque soube que no café da manhã o governador foi muito duro com os deputados. Chamou todos exceto o PP que não foi, isso a Bahia toda noticia e a Bahia política toda sabe. E precisou fazer um café da manhã, nobre deputado Rosemberg Pinto, para fazer um apelo para se votar a PEC. Nós começamos a sessão às 09h45min, já são 13h18min e até agora, nobre deputado Carlos Geilson, não tem 38 deputados para votar a PEC.

Imagine, deputado Paulo Rangel que é um deputado que nós sabemos da independência política dentro da estrutura do partido, se não houvesse esse café da manhã, seria pior do que a última tentativa de 2013. E aqui estão os deputados governistas fazendo obstrução à própria PEC, que é a vida do governo Jaques Wagner.

Eu acho que as coisas não estão boas, deputado Rosemberg Pinto. Eu acho que as coisas não estão caminhando bem, e V.Ex^a em vez de arrumar sua Casa quer opinar na sala da minha. V.Ex^a tem que trabalhar para ter deputado no Plenário. Já vamos para 13h20min, se entrar em votação agora, toma pau, porque não tem deputado na Casa. E olhe que o café da manhã no Palácio de Ondina, dizem que foi um café

robusto, um café luxuoso, um café de muitas promessas, mas os deputados, nobre presidenta Fátima Nunes, os deputados, eu acho que comeram e não vão voltar.

E aqui, deputado João Carlos Bacelar, esta Casa novamente, através do deputado Zé Neto, Líder do governo, atropela todos os pré-requisitos fundamentais da Comissão de Constituição e Justiça, para votar hoje, mesmo de uma forma ilegal, a PEC da vergonha do Estado da Bahia.

Imaginem que eles querem antecipar uma receita de 5 anos para tampar o rombo da ineficiência e da má gestão do governo Jaques Wagner. Aqui eu trago um estudo e uma análise da educação no estado da Bahia. É sua área, deputada Kelly, volte aqui para defender, volte aqui. Pior educação do Brasil, deputado Rosemberg Pinto.

(Lê) “Índice do FIRJAN. O Estado da Bahia ficou em último lugar entre os 27 Estados da Federação, na apuração do índice da Educação, atingindo apenas 0,6025. Estes dados tem como base o ano de 2010, de acordo com a Edição de 2012 do Sistema FIRJAN, que apura índices nas áreas de Saúde, Educação e Emprego e Renda nos diversos Estados e Municípios do Brasil”.

Cadê o dinheiro que o Governo Federal mandou para esse Estado, nesses quase 8 anos do Governo Jaques Wagner? Cadê os avanços que os deputados do PT e governistas cansam de falar na tribuna desta Casa? O discurso é um, nobre Líder do PTN, deputado João Carlos Bacelar. Mas os dados são outros e o café da manhã, meu Presidente Paulo Azi, parece que não surtiu efeito. Foram para o café da manhã luxuoso com o governador, café da manhã com muitas promessas e até agora nada de 38 deputados. Os deputados que estão aqui estão na obstrução, do Governo, porque não tem deputado nesta Casa.

É aquele velho ditado: governo acabando, o último que fechar a porta vai embora.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o nobre Líder João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Sandro Régis, parabéns pelo seu pronunciamento. Eu quero, deputado, chamar a atenção de uma coisa. Eles estão antecipando a receita de 5 anos para cobrir o rompo de 1 ano. Não é para capitalizar o Fundo de Previdência, não. Eles estão antecipando 5 anos de receita para cobrir o rombo de 1 ano. Aí, tudo bem.

Nós vamos ganhar o governo e por isso não vamos fazer isso. Mas, imagine, o próximo governador, em 2015, antecipa mais 5 anos. Onde isso vai parar, deputado? É um descontrole. E volto a dizer: antecipar receita para cobrir rombo, para cobrir déficit?

A insegurança ronda a cidade de Salvador e o Estado. Quero, só para terminar o meu aparte, deputado, registrar aqui e lamentar que agora há pouco, a violência invadiu uma creche da cidade de Salvador. A diretora de uma creche particular, no bairro da Fazenda Coutos, acabou de ser metralhada dentro da sala de aula, na vista de crianças de 4 e 5 anos de idade.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E o deputado Rosemberg Pinto ainda quer justificar.

Deputado, pelo amor de Deus! Eu sei que V. Ex^a é o Líder do PT. Sei que V.Ex^a tem uma história com seu partido. Admiro V.Ex^a porque V.Ex^a fala a verdade e não é submisso. V.Ex^a está sendo um deputado que tem se destacado, até pela sua origem, pela sua história. Mas V.Ex^a não pode querer tampar o sol com a peneira. Nesses 8 anos, deputado, quais foram os avanços desse governo? Vocês falam tanto em educação. A educação foi o TOPA. Está aqui, deputado Rosemberg Pinto, Índice do IDEB. Os índices do IDEB divulgados em 2012, com relação ao Estado da Bahia, são os seguintes: o Estado da Bahia tem o pior índice de Educação do País.

Baianos que nos escutam, o governo hoje quer cometer uma atrocidade: quer antecipar cinco anos para cobrir o rombo de um. Essa PEC é o carimbo e atestado de um governo incompetente. Essa PEC é o atestado de um governo que nunca teve compromisso com a Bahia e com os baianos. V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, foi muito feliz quando disse que o governo gastou dinheiro com perfumaria. O governo apresenta o Orçamento pífio mas quer gastar mais de meio milhão de reais no gabinete do governador. É essa a prioridade do governo Jaques Wagner. O governo, deputado Pedro Tavares, que perdeu a guerra para a violência.

A Bahia, hoje, é apontada como o Estado mais violento do País. Agora, para votar a PEC manda Leleto e todos os puxa-sacos da Governadoria para dar esporro em deputado, para querer vaquejar deputado. Está aqui Leleto que é a prova maior disso, fica o tempo todo ao telefone com o secretário Cícero. Relata sobre todos os deputados que chegaram ou não, os que estão dando piti, tudo é dito. Essa é a democracia do governo Jaques Wagner. O coronel Leleto está aqui com dois celulares, linha direta com Cícero. Para quê? Para que o deputado que não esteja aqui seja acionado pelo Líder Zé Neto e ele aciona o quartel do CAB. O secretário logo é avisado de qual deputado não está aqui. E aí toda a força governamental vai para cima dos deputados.

É essa, deputado Pedro Tavares, a democracia do governo Jaques Wagner. É essa a democracia do coronel Leleto, com a taca dando nas costas do deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Carlos Geilson, nobre Líder do PTN.

O Sr. Carlos Geilson:- Nobre deputado Sandro Régis, parabéns pelo seu pronunciamento. Lembro que o deputado Pedro Alcântara, antigamente, ficava com uma comanda, tirando os pedidos dos deputados para levar ao governador. Agora, nunca houve notícia de que alguma dessas comandas tenha sido atendida. Ele era uma espécie de *maître*, de garçom, ficava tirando os pedidos dos deputados em dia de votação. Com a saída de Pedro Alcântara o jovem Leleto assumiu essa função...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Leleto, o coronel do mato.

O Sr. Carlos Geilson:- Agora o interessante é que ele fica com os dois celulares. Ele liga para o secretário, relata qual o deputado apareceu ou não. Aí o secretário já aciona Zé Neto que solta o grupo que vai atrás e busca os deputados até onde não se pode imaginar, deputado Sandro Régis. Há um grupo à caça do

parlamentar até naquelas horas em que ele está descansando e Leleto faz esse papel. E faz muito bem. Ele é o olho, é o observador. Eu não diria que ele é o cagoete. Não. Ele é o apontador daqueles deputados que estão ausentes, ou que, de alguma maneira, estão reticentes em apoiar o governo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E tem o Nei também que fica o tempo todo ao telefone. É o Leleto, Nei, Cícero e a Governadoria. É o trio parada dura que fica vaquejando os deputados.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu não queria estar na pele dos deputados do governo não. A não ser os deputados do PT, porque esses eles não ficalizam, já são incorporados ao projeto, mas deputado adesista sofre uma barbaridade.

Sei do episódio de um deputado que estava num local repousando e havia um grupo batendo na porta e tal. E o deputado pulou da cama e teve que vir para aqui, às pressas, votar, porque o batalhão foi buscá-lo na sua residência. Veja a que ponto chegou.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O café da manhã, nobre deputado Carlos Geilson, não surtiu efeito. Já vamos para 1h30min, a sessão começou às 9h45min, meu presidente, e não há 38 deputados na Casa. E o Leleto dando pressão, o Nei dando pressão, Zé Neto dando pressão, está uma verdadeira caça aos deputados governistas, mas até agora, o tempo urge, e não se tem um deputado.

Eu acho, deputado Carlos Geilson, que os deputados estão constrangidos em votar uma PEC vergonhosa como esta. Os deputados do Governo que nada recebem, só lábia e promessa, estão constrangidos, porque se querer antecipar, Gaban, 5 anos de receita para o rombo de um ano, é o atestado, deputado Pedro Tavares, de que esse governo é incompetente, é o atestado de que esse governo nunca teve equilíbrio com as contas públicas, e o que é pior, nunca teve responsabilidade com os gastos.

Essa antecipação representa que se gasta mais do que se arrecada. O governo federal cansou de tapar o rombo do governo do Estado, e agora eles apelam para essa PEC vergonhosa que inviabiliza a Bahia.

Eles querem antecipar 5 milhões para tampar o rombo de 1 milhão. Esse é o retrato do governo Jaques Wagner que tem dito, deputado Zé Raimundo, que faz uma revolução silenciosa e um legado imaterial. Realmente, deputado Paulo Rangel, é uma revolução silenciosa, tão silenciosa que ninguém escuta. E é um legado imaterial que ninguém vê e que ninguém pega.

Infelizmente, o governo Jaques Wagner irá encerrar os seus 8 anos de uma forma lastimável para a Bahia, de uma forma triste, deputado Zé Raimundo, líder de Conquista. Eu imagino o deputado Rosemberg Pinto, um deputado independente, que veio da iniciativa privada, como é que ele deve sentar com os prefeitos dele e justificar: Eu sou Líder do PT e não consigo realizar nenhum avanço em seu município. Não deve ser fácil, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a que tem quase 40 prefeitos, conseguir segurar essa base sólida eleitoral só na lábia e na promessa. Porque parece que os deputados se cansaram, nem café da manhã tem resolvido.

Olha o pastor Ubaldino como chegou triste. Chega está definhando, o pobre do Pastor. O pobre do pastor, deputado Pedro Tavares, recebe a promessa e passa a

promessa para os fiéis, mas nada de realização. Ele chega a dizer que só Deus para resolver os seus problemas. E olhe que quando sobe à esta tribuna, o pastor faz cada discurso fervoroso, pedindo proteção divina, mas, infelizmente, este governo, deputado Álvaro Gomes, que V.Ex^a tanto protege e tanto fala bem, deve ser muito bom para V.Ex^a, porque para os baianos e para a Bahia é um governo que deixa um legado muito grande na violência, na falta de educação, no caos e na falência da saúde pública.

Para finalizar, quero aqui registrar a presença de Nei, assessor do capitão do mato Leleto, que fica o dia todo dando esporro em deputado, em linha direta com a governadoria. A prova está aí, o café da manhã, deputado Pedro Tavares, não surtiu muito efeito, porque até agora os 38 deputados da base sólida não chegaram no Plenário. Realmente, a Bancada governista está firme e forte na PEC da desmoralização da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido. Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que use de sua influência...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- (...) junto à Bancada do governo para que possamos garantir a continuidade da sessão. Estamos hoje aqui votando uma matéria importantíssima, uma matéria na qual o governo pretende antecipar a receita de 5 anos para cobrir o rombo de um ano. E, por coincidência, o último ano do mandato do governo do Estado.

Sabemos, Sr. Presidente, das sérias dificuldades financeiras da previdência no Brasil, da previdência do servidor público federal, da previdência do servidor público estadual, dos servidores públicos municipais. Admitiria até discutirmos essa antecipação de receita para o fundo de capitalização, mas para custear o *déficit* de um ano, de apenas um ano, não resolve nada. É um prejuízo que o governo Wagner está causando ao Estado. O governo Wagner pode passar para a história como o governo que desestruturou as finanças estaduais, que desorganizou as finanças estaduais, Sr. Presidente.

Há uma má vontade da Bancada do governo, à exceção do Partido dos Trabalhadores e do PCdoB. Olhamos agora mesmo no Plenário e não há um deputado de nenhum dos outros partidos que dão sustentação ao governo Wagner. E o governo continua a insistir nesse caminho. Essa PEC já foi derrotada aqui, já foi derrotada porque não teve o número suficiente de deputados no final da sessão ordinária passada, Sr. Presidente, e continuamos com essa situação. Por isso, Sr. Presidente, em

defesa das finanças estaduais, eu solicito a V.Ex^a proceder a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão para que discutamos com os demais deputados a responsabilidade por esse ato contra os interesses do Estado da Bahia.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria nesse momento de convidar todos os deputados, principalmente os deputados da base de governo a se fazerem presentes a este Plenário, já que existe uma questão de ordem, solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar, em que o mesmo pede uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Nota-se, Sr. Presidente, que já temos na Casa, já somos sabedores, mais de 38 Srs. Deputados, mais do que o suficiente para que possamos votar essa PEC.

Então, fica aqui esse apelo para que nenhum deputado se afaste da Casa nesse momento, que os deputados compareçam aqui o mais rapidamente possível para que possamos realmente restabelecer o quórum de votação para a continuidade da presente sessão, Sr. Presidente.

Por isso, estamos aqui fazendo esse apelo a toda a base do governo. Já temos, como coloquei, mais de 38 deputados presentes na Casa. O Líder Zé Neto pede, encarecidamente, que nenhum deputado se ausente desta Casa nesse momento para que logo logo possamos votar a PEC, tão importante para os destinos previdenciários dos trabalhadores do Estado da Bahia.

Portanto, renovamos aqui esse apelo para que os deputados que estão no cafezinho e pedimos que isso se dê o mais rápido possível, os deputados que estão no restaurante, apressem um pouco a sua refeição para que possamos realmente dar continuidade à presente sessão. Pedimos aqui encarecidamente a todos os deputados, principalmente os deputados do governo que se façam presentes a esta sessão.

Estamos votando aqui o primeiro turno da PEC, que dá uma destinação nova, sem alteração nas anteriores, aos encaminhamentos para os gastos dos *Royalties*. E precisamos, portanto, que os deputados compareçam o mais breve possível a este Plenário. Não podemos mais ficar adiando essa votação.

Portanto, é esse o nosso apelo, ainda não temos o número suficiente de deputados presentes para o restabelecimento do quórum. Por isso, estamos aqui renovando sucessivamente o nosso apelo. Pedimos aqui a todos os deputados, principalmente da base do governo que se façam presentes, já que existe uma questão de ordem na qual se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Está feito aqui o nosso apelo.

Ainda não há em Plenário deputados do governo suficientes para que o quórum seja restabelecido. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a zerasse o painel e marcasse os 15 minutos regulamentares para a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- V.Ex^{as} serão atendidos.

Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão

feito pelos deputados João Carlos Bacelar e Paulo Rangel.

Portanto, solicitamos a presença dos Srs Deputados aqui, no Plenário, para verificarmos o quórum de votação. Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, há um pedido de verificação de quórum.

Sr^{as} Deputadas e Srs Deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, que estão reunidos com lideranças do interior, lideranças de movimentos sociais, compareçam ao Plenário porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos, por favor.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Restabelecido o quórum.

Há sobre a mesa um requerimento:

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*

Sala das sessões, 20 de fevereiro de 2014”

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, não consegui ouvir sua leitura.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Eu lerei novamente.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*

Sala das sessões, 20 de fevereiro de 2014

Deputado Zé Neto.”

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Solicito uma verificação de quórum de votação, Sr. Presidente, para o requerimento. Solicito também, Sr. Presidente, conforme acordo na Casa, que seja estabelecido o prazo de 25 minutos.

Inclusive, Sr. Presidente, antes de completar a minha questão de ordem, gostaria de que V.Ex^a verificasse, por gentileza, e logo em seguida nos informasse, a que horas se encerra a atual sessão. Parece-me que foi iniciada um pouco antes das 11h.

Gostaria de que V.Ex^a confirmasse o horário em que se encerrará a presente sessão antes, naturalmente, de zerar os cronômetros, como é previsto, para que possamos verificar as pessoas que estão no farto almoço patrocinado pelo presidente da Assembleia.

Disse que há hoje um almoço especial porque, segundo alguns parlamentares da base do governo, estão todos monitorados por GPS. Muitas pessoas que há muito tempo não compareciam estamos vendo o registro de presença hoje. (Risos)

O deputado Zé Raimundo está confirmando. Colocaram GPS no telefone de todo mundo, não foi, Zé? Foi no celular? O deputado Zé Raimundo está confirmando

que o monitoramento da Bancada do governo está sendo feito hoje.

Todos que foram convidados no início da semana para um café da manhã, muitos saíram com indigestão, saíram de lá já com seus celulares grampeados. Foram colocados controles para, através do GPS, a Casa Militar monitorar hoje o posicionamento dos seus parlamentares.

Até o presidente da Casa, que está monitorado, também veio para o Plenário. O monitoramento está feio, presidente! Até o presidente da Casa está monitorado! Na hora em que eu lembrei que todo mundo estava monitorado, ele pensou: “Ó, deixa eu ir lá para o Plenário”.

Até porque, Sr. Presidente, queremos saber quem foi garfado, quem foi escanteado. O PT diz que V.Ex^a não tem o controle do PDT, e quem não tem controle de partido não pode ser vice. V.Ex^a, acredito, pela credibilidade que tem com os parlamentares, é um nome ideal, até pela seriedade, pela amizade, por tudo que V.Ex^a fez aqui.

Aliás, sei que a deputada Luiza Maia não apoia o presidente Marcelo Nilo. Fora ela, que está aqui presente, V.Ex^a tem o apoio de todos. Sobretudo a base do governo tem de apoiá-lo. V.Ex^a fez o papel de líder do governo, meu caro presidente Marcelo Nilo, muito mais do que o Líder, mostrando a sua lealdade, o seu comprometimento.

Eu, pessoalmente, duvido que o governador vá acatar o que o PP, Partido Popular estão dizendo. Já está feito para eles, são eles que têm direito ao cargo. Tem partido que eles controlam, tem não sei o que, mas ninguém controla uma lealdade como V.Ex^a teve.

Hoje vemos todos sendo monitorados, até o deputado Álvaro Gomes. Hoje V.Ex^a chegou um pouco atrasado, correndo, e eu ouvi uns colegas: “está monitorado. Álvaro Gomes sempre chega cedo, hoje que tem de dar quórum, quase que não deu”. V.Ex^a viu, deputado? Se V.Ex^a está monitorado, já imaginou se não chega uns 3 ou 4 minutos antes, não teriam 21 para dar quórum. E olha que a Oposição, mais uma vez, colaborou com o governo porque um dos nossos colegas e um dos deputados da base da Oposição deram quórum para ajudar o governo. Mesmo assim foi na tora, 22 no horário regimental, 22 com ajuda da Oposição.

Então, meu caro presidente, já que estou dando um tempo para ver se a Bancada do governo vem, já que estão todos monitorados, venham para o Plenário porque o deputado Zé Neto já ligou para a Casa Militar para dizer que o monitoramento não está funcionando. Ouvi V.Ex^a falando. Tragam os que não estão.

Concluindo, Sr. Presidente, solicito que seja dada a informação sobre qual o horário que termina... Até o PP já está chegando aqui. Quem foi garfado?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Gaban, já ultrapassou o tempo. O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. A informação será às 14h30min.

O Sr. Paulo Rangel:- Quero agradecer ao deputado Gaban por ter feito o papel da Situação. Fez a convocação e muitos deputados chegaram.

Quero dizer ao deputado Gaban que quem entende de grampo são vocês. Não entendemos de grampo.

O Sr. Gaban:- O governador era o aliado de V.Ex^as, César Borges. Não critique o PR, não. César Borges está na base de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- O que V.Ex^a falou de César Borges?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Está garantida a palavra ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Quem entende de grampo não somos nós, quem viola painel não somos nós, quem fiscaliza o deputado na garagem não somos nós.

O Sr. Gaban:- César Borges, César Borges, César Borges...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Gaban, por favor. Atendi o pedido de V.Ex^a, vamos contribuir.

O Sr. Paulo Rangel:- Quero agradecer ao deputado e dizer que essa coisa de monitoramento de deputado não é conosco.

Quero pedir a todos os deputados da base do governo a se fazerem presentes já que existe, neste momento, um pedido de verificação de quórum em que o deputado Gaban pede quórum de votação. Precisamos de 32 Srs. Deputados neste Plenário para que possamos prorrogar por 600 minutos o tempo desta sessão. Portanto, pedimos a todos os deputados da base do governo, mesmo sabendo que o deputado Gaban prestou um grande serviço fazendo a convocação dos deputados que não estavam presentes.

Já temos 32. Peço a V.Ex^a que zere o painel e marque 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Há pedidos de verificação de quórum de votação dos deputados Gaban e Paulo Rangel. Portanto, são 32 deputados.

Chamamos, mais uma vez, os deputados que estão nos gabinetes, na sala do cafezinho, nas reuniões com segmentos organizados, atendendo lideranças, compareçam imediatamente ao Plenário pois há um pedido de verificação de quórum de votação. São necessários 32 deputados. Zerem o painel, marquem 25 minutos, por favor.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa que o ministro do governo do PT, o ex-governador César Borges, foi denunciado neste momento pelo deputado do PT, Paulo Rangel...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- (...) dizendo que no governo dele houve grampo. A história do grampo foi na época do atual ministro do PT, do governo da presidente Dilma, César Borges. Ele foi sucedido pelo atual vice-governador. Então, V.Ex^a não pode, deputado Paulo Rangel, omitir nomes. Fala do passado, mas deve ver o presente.

V.Ex^a atacou César Borges e o vice-governador Otto Alencar, ou V.Ex^a, simplesmente, atacou um dos dois. Eu acredito que tenham sido os dois, porque um veio a suceder o outro, deputado Paulo Rangel. Então, tem que ficar claro. V.Ex^a

ataca o atual vice-governador, secretário e candidato, Otto Alencar – não sei se conseguirá manter a sua candidatura a depender de quem lançarmos como senador – e atacou também o atual ministro. Vocês não estão dando muito valor ao ministro César Borges porque o PR só tem um deputado nesta Casa, o qual tem sido prestigiado de várias formas, uma delas denunciada numa na rádio, hoje.

Não sei se a denúncia é procedente, vou pedir aos deputados Paulo Azi e Sandro Régis, que fazem parte da Mesa Diretora, que averiguem o que foi dito na rádio, hoje, a respeito do deputado do PR. É um voto só que vocês escanteiam quando não precisam. Mas escantear um pré-candidato ao Senado, atual vice-governador do Estado e atual secretário de uma das pastas mais importantes, ou seja, aquela que trará o *ferryboat* para funcionar no Carnaval...

A população da Bahia e os turistas que forem passar o Carnaval na ilha, podem ficar sossegados porque teremos *ferries* novos e atracadouros novos. Tudo funcionando para dar tranquilidade na travessia de baianos e turistas. Foram palavras do atual vice-governador. Há pouco, V.Ex^a acusou o ex-governador e atual ministro da presidente Dilma de ter grampeado, porque ele entende de grampo. Na época em que houve denúncia de grampo, ele era governador do Estado e foi sucedido pelo vice-governador Otto Alencar. Então, não se pode generalizar, deputado Paulo Rangel, tem que nominar; tem que dar nome aos bois. Já que V.Ex^a quis jogar lenha na fogueira, estou colocando querosene na fogueira de V.Ex^a para que ela incendeie; que venham os nomes. V.Ex^a fez referência ao atual ministro do governo da presidente Dilma, César Borges, e ao atual vice-governador do Estado, e que, também, assume a pasta, a secretaria que trará o *ferryboat* – como ele disse na época das denúncias de favorecimento de apenas uma empresa.

Não entendo! Só no governo de Jaques Wagner acontece isso. Para licitar a aquisição de um *ferryboat*, conseguiu só uma empresa. No Brasil inteiro, quando há licitação para a aquisição de *ferryboat*, várias empresas participam. Aqui, foi só uma. E mais um milagre, deputado Pedro Tavares: fez-se uma licitação para uma empresa, durante 25 anos, tomar conta dos atracadouros na Bahia. Sabem quantas empresas participaram? Apenas uma. Eta governo milagroso! Como é que consegue, rapaz? Uma concessão de 25 anos...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o tempo dele esgotou.

Quero uma questão de ordem.

O Sr. Gaban:-A deputada Maria del Carmen já foi gestora da Conder. Na sua época, não acontecia isso.

O Sr. Paulo Rangel:-Sr. Presidente, são 5 minutos a questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Só uma empresa participar de uma licitação! Ainda mais para uma concessão de 25 anos. Acho que as grandes empresas do Brasil estão com ciúmes da Bahia, porque aqui o milagre acontece. Agora, eles têm que encontrar a fórmula para uma só entrar e uma só participar e ninguém ter interesse.

Fica o registro do grampo anunciado pelo deputado Paulo Rangel.

Eu dei nomes aos bois, já que ele não fez, citei as pessoas responsáveis, segundo ele, pelos grampos do passado.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Gaban, V.Ex^a lembra de quando existia votação secreta aqui nesta Casa, e ia muito voto marcado de caneta? Foi na época de V.Ex^a. V.Ex^a lembra da fraude do painel? Não quero aqui nominar ninguém, quero falar de governos. E V.Ex^a apoiou o governo do grampo, o governo que tinha um chefe, e V.Ex^a sabe quem era esse chefe. Monitoramento e controle existiam, sim, naquela época. Hoje, nós vivemos um momento democrático, em que os deputados sentem-se bastante à vontade para se fazerem presentes às sessões.

Então, deputado Gaban, V.Ex^a é um deputado brilhante, um deputado que tem um trabalho bastante ativo, um deputado, inclusive, fiscalizador dos deputados, como nós sabemos, e que, infelizmente, não é candidato à reeleição – se fosse, se reelegeria. E vai fazer falta, realmente, a esta Casa. Agora, não se esqueça de que essa coisa de grampear, de monitorar, não faz parte deste governo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido. Estamos em processo de votação. Logo em seguida, V.Ex^a será atendido.

Em votação o requerimento de prorrogação da presente sessão por 600 minutos para apreciar as matérias constante na Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. Gaban:- Quero orientar a Bancada sobre como votar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Como vota a Bancada da Minoria?

O Sr. Gaban:- Vou orientar a Bancada, deputado Paulo Rangel, mas antes não posso deixar de dizer que V.Ex^a parece que não tem memória.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a não tem 5 minutos para...

O Sr. Gaban:- Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a vai querer cassar a minha palavra? Quem está presidindo é o deputado Álvaro.

Eu gostaria, deputado Paulo Rangel, de aproveitar que tenho 5 minutos para orientar a minha Bancada sobre como votar, e dizer que V.Ex^a não tem memória. Ou então... O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Gaban é regimentalista e sabe que isso regimentalmente não existe!

O Sr. Gaban:- Estou falando. Estou justificando a forma como vou orientar a minha Bancada. Deixe-me completar meus 5 minutos. Está com medo de ouvir a verdade, deputado Paulo Rangel? Peça questão de ordem e se pronuncie.

Gostaria de dizer, deputado Paulo Rangel, que V.Ex^a, no mínimo, não tem memória, ou não tem compromisso com a verdade. Porque, na época em que fui presidente da Assembléia, foi a primeira vez que se fez aqui na Casa uma chapa de consenso para assumir a direção da Mesa.

O Sr. Paulo Rangel:- Não falei que foi V.Ex^a quem fez.

O Sr. Gaban:- Não, V.Ex^a disse que foi quando eu era presidente. V.Ex^a tem que falar a verdade. Então, justifique no microfone, porque V.Ex^a falou uma coisa no

microfone, e na hora em que digo que V.Ex^a não tem memória, porque na época em que fui presidente, estabeleci a proporcionalidade da Mesa Diretora, foi uma chapa de consenso aqui na Casa... O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Gaban, oriente a sua Bancada.

O Sr. Gaban:- Por esse motivo, meu caro presidente, oriento minha Bancada, infelizmente, pelo procedimento de truculência do governo, de querer passar por cima de tudo, de ter um agente de informações, está tudo monitorado. Vi chegar uma informação, uma pessoa chegou para o deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Qual a orientação, deputado?

O Sr. Gaban:- Líder do governo, vai encerrar às 14h30min. Vamos tentar logo a prorrogação senão perde...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Orienta o quê, deputado?

O Sr. Gaban:- Orientação externa.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A orientação é a favor?

O Sr. Gaban:- Nesse sentido, por causa dessa truculência, do monitoramento externo – vieram orientar o Líder do governo para não comer mosca mais uma vez –, oriento...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Deputado Gaban, qual a sua orientação?

O Sr. Gaban:- Sou forçado, meu caro presidente, a orientar a nossa Bancada a votar o não.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A orientação da Minoria é pelo não.

Qual a orientação da Maioria?

O Sr. Paulo Rangel:- Quero dizer que não sou um deputado leviano e não acusei o deputado Gaban de ter usado essa prática quando foi presidente da Assembleia.

Agora, essa prática ocorreu várias vezes aqui, na Assembleia Legislativa, inclusive quando V.Ex^a era...

(O deputado Gaban se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado, eu não falei isso. E se tivesse falado, repetiria no microfone.

Mas oriento a nossa Bancada a votar Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Em votação. Os Srs. Deputados que concordam com a prorrogação...

A votação será no painel. A Liderança da Minoria orienta votar o Não, e a da Maioria orienta votar o Sim.

Então, em votação. Zerem o painel para a votação.

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Menezes.

Enquanto ocorre a votação, com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Enquanto ocorre a votação, deputado Paulo.

Quero responder ao deputado Gaban, porque em contato com o vice-governador, ex-governador...

V.Ex^a, deputado Gaban, já fez parte do grupo político dele, e naquela época, pelo que tenho conhecimento, nunca fez qualquer reparação ao comportamento do homem público Otto Alencar, que sugeriu que V.Ex^a arrumasse uma empresa para concorrer porque o edital do *ferryboat*, edital nacional, foi publicado na maioria dos jornais importantes do País. Quarenta e cinco dias da publicação de um edital feito em parceria com o Ministério Público. Agora, o secretário Otto Alencar, ex-governador, disse-me há pouco que ele não pode forçar as empresas da área a concorrerem e sugeriu que V.Ex^a arranjasse uma para concorrer para que não tivesse...

(O deputado Gaban se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Calma, deputado Gaban, que V.Ex^a responderá.

Quanto à demora na compra dos *ferries*, o pilantra que se dizia responsável no Brasil pela representação das empresas da Grécia já foi desmascarado. Era um pilantra e acabou a conversa.

Em relação ao tempo, o vice-governador, Otto Alencar, esperava que os *ferries* estivessem aqui antes do carnaval. Ele já sabia que a burocracia é grande, mas não esperava que fosse tanto. Ele me disse – é claro que estou falando, aqui, de dados que recebi, pois não entendo e não pretendo entender de barcos e *ferryboats* – que bandeira grega tem que ir ao Panamá para depois vir para o Brasil. Há Receita Federal, Banco do Brasil para transformar moeda, Marinha. Então, o vice-governador não esperava que a burocracia fosse atrapalhar tanto a vinda desses barcos.

Então, quero dizer a V.Ex^a, respondendo, aqui, em nome do Dr. Otto Alencar, que V.Ex^a, como bom deputado, pode passar o pente fino no edital e fazer uma denúncia procedente. Não adianta, aqui, como Oposição, querer bater no governador Wagner só por bater, sem material. O ex-governador Otto Alencar não tem culpa – edital feito em parceria com o Ministério Público. V.Ex^a pode até colher informações com o Ministério Público –, se não apareceram, outras empresas para concorrer nesse importante serviço à população da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem. Sr. Presidente.

O Sr. J. Carlos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Gaban, só pediria que V.Ex^a fosse breve para que possamos proclamar o resultado.

Estamos num processo de votação no qual 31 já votaram. Vou proclamar o resultado... São 32 deputados, mas vou aguardar pelo deputado Reinaldo Braga, que me pediu para fazê-lo. Há mais algum deputado aqui no plenário que ainda não tenha votado? Então, vou proclamar o resultado, mas, antes, vou esperar o deputado Reinaldo Braga votar, porque houve um problema no terminal. (Pausa)

Vou proclamar o resultado: sim, 35 votos; não, nenhum. Portanto, aprovado o requerimento para prorrogação da presente sessão por 600 minutos.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Adolfo Menezes, em momento algum eu disse aqui que não reconheço a figura do atual secretário e vice-governador Otto

Alencar como homem público. Em momento algum. Quem o acusou, e eu só citei, quem fez a acusação contra o atual vice-governador foi o deputado Paulo Rangel. Foi ele quem disse que havia grampo na época dele. Dele e de César Borges, só que não teve a coragem de dar o nome. Eu disse que ele tinha que dar o nome. Como ele não o fez, eu nomei, porque a referência que ele estava fazendo era do atual ministro dos Transportes, César Borges, que foi sucedido pelo atual vice-governador Otto Alencar. Então, vejam: foram eles que fizeram a acusação. O que eu falei e repito aqui, e agora com mais dados que V.Exª traz aqui, inclusive para ajudar no meu raciocínio, primeiro, não fui eu, estou dando fatos constatados.

Tem uma declaração do vice-governador e secretário Otto Alencar dizendo que no Carnaval os ferries estariam funcionando – está nos anais da Casa. Eu subi à tribuna e disse que não seria possível, até porque, naquela época, os atracadores estavam sendo licitados pelo Derba. Há pronunciamento meu dizendo isso. Eu afirmei! Mas o vice-governador, é lógico, tem mais elementos do que eu. Ele afirmou que estariam funcionando, e nós ficamos aliviados, tranquilos. Agora, o que admiro – não acredito que tenha saído da boca de V.Exª, muito pelo contrário, sabe que lhe tenho muito respeito e admiração, deputado Adolfo...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Tenho mais 3 minutos para concluir

(...) é essa informação de que depois que a empresa ganhar a licitação, e o edital não previa que a empresa de fora tinha de ter autorização para isso. Eu vi inclusive na imprensa...

V.Exª pode pedir uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concluindo, nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Tenho 2min42seg.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Sei que V.Exª tem. Mas até o momento não é uma questão de ordem. Até agora está um aparte.

O Sr. Gaban:- Quero meu horário de 5 minutos, tenho direito. Vou pedir prorrogação dele porque V.Exª está me interrompendo. Estou nos meus 5 minutos regimentais.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Desde quando for uma questão de ordem. Se for discurso, tem 20 minutos. Até agora V.Exª não fez nenhuma questão de ordem. Fez apenas um pronunciamento.

O Sr. Gaban:- Como todo mundo age aqui na Casa, não venha criar regra, que V.Exª nos possibilitou na Comissão de Constituição e Justiça entrar com mandado de segurança.

Então, deputado Adolfo, o que me admira é que até o momento o governo do Estado, através de Otto Alencar... E V.Exª que deu o nome novamente disse que agora descobriu que tinha de ter transferência de bandeira, que há um tempo pra sair da Grécia para cá, que era preciso pedir autorização burocrática atrasada. Aliás, o que li na imprensa é que tinham atacado o ministro dos Transportes, que imediatamente disse: “Cheguei no dia, autorizei no outro.” Aí, tiveram de vir a público para corrigir: “Realmente erramos. Chegou lá no dia e saiu no outro.”

Então, é V.Ex^a que está dizendo - não sou eu - que o vice-governador Otto Alencar, depois de a empresa ter ganho, é que foi ver que há as burocracias e que se gasta algum tempo pra vir da Grécia para cá. Porque de avião não dava para vir, é óbvio. Um *ferryboat* num avião! Só se fossem construir um especial para transportá-lo!

Então, as constatações que V.Ex^a traz aqui não contemplam nada! Como é que se faz um edital, meu caro presidente Álvaro Gomes, e a empresa que ganha não vê que ela tem um tempo para transferir, trazer o *ferryboat* de lá para cá?! E que tem de ter licença?! É óbvio! E é óbvio também que num edital bem feito tinha de estar tudo planejado. Tudo planejado.

Será - aí é a minha pergunta e uma dúvida que levanto - que com o prazo estipulado no edital muitas das empresas não participaram porque não tinham como cumprir todas as obrigações e não trariam o equipamento no devido tempo? Não sei, quem tem de responder são V.Ex^{as}.

É essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Indefiro-as, até porque não houve questão de ordem nem de um nem do outro.

O Sr. J. Carlos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- O deputado J. Carlos pediu uma questão de ordem, e o deputado Alan também. Primeiro, temos de resolver a do deputado J. Carlos e depois as outras.

O Sr. J. Carlos:-Sr. Presidente, hoje é um dia muito triste para nós. Queria reiterar aqui o que o companheiro Rosemberg já falou a respeito da perda de um dos maiores sindicalistas deste País. Às 9h45min. da manhã veio a óbito o companheiro sindicalista Daladier Nunes de Alencar, que a Bahia e o Brasil conhecem. Então, nesta quinta-feira, o movimento sindical baiano e brasileiro está de luto, pois perde uma das suas principais lideranças, alguém que sempre o esteve defendendo, assim como aos trabalhadores desta Nação. Daladier nos deixa, e com muita saudade.

Queria dizer a V.Ex^a, deputado Álvaro, que hoje dirige esta sessão, do sentimento que nós baianos e brasileiros temos neste momento, perdendo esse cidadão que contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores e também da CUT. Deus o chamou. Portanto, deixo aqui registrado o nosso apreço e o nosso carinho para a sua família, que tanto ele nos colocou à disposição para a disputa.

Era isso que eu queria registrar, presidente, dizendo mais uma vez que o movimento sindical baiano e brasileiro está de luto.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Fica registrado o pesar do deputado J. Carlos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, fui citado. Queria dizer ao deputado Gaban que respeito muito a figura do vice-governador Otto Alencar, assim como a do ex-

governador César Borges. Inclusive a este fiz críticas, por divergências políticas, quando da possibilidade da vinda dele para o governo para ser senador. Mas em nenhum momento ataquei o ex-governador César Borges ou o vice-governador Otto Alencar, acusando-os de ter usado do expediente do grampo.

Agora, uma forma covarde de dizer as coisas a quem queremos dizê-las é atribuir a outros palavras que não disseram. Se o deputado Gaban quer fazer qualquer colocação ofensiva ao vice-governador Otto Alencar, coisa que ele não tem coragem de fazer pessoalmente, faça-a. Mas não use a minha pessoa, não coloque palavras na minha boca, pois essa não é uma postura correta, não é a postura de um parlamentar que se preze. Se V.Ex^a está na fossa porque esses que hoje fazem parte do nosso governo contribuem, vá chorar as suas lágrimas em outro canto e não venha colocar palavras na minha boca.

Eu o desafio a, na presença do vice-governador Otto Alencar, se dirigir dessa forma a ele diretamente. V.Ex^a não teria coragem. Essa não é a postura de um deputado da sua envergadura. Se quer que eu dê nome a quem comandava o grampo na Bahia, era o senador Antonio Carlos Magalhães. Agora dei o nome, se era isso que V.Ex^a queria ouvir. O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pela ordem. Eu fui citado.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Há mais dois deputados querendo questão de ordem. Até agora não houve nenhuma, só pronunciamentos que devem ser feitos ali. O deputado Paulo Rangel também foi citado nominalmente. Vou ceder dois minutos para o deputado Gaban e outros dois ao deputado Alan Sanches.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches, por cinco minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Na verdade, Sr. Presidente, aqui tem de ser respeitado o direito da Casa dos iguais, mas diferentes em alguns momentos. Aguardei pacientemente. Os dois colegas falaram na minha frente, mas não é porque quem grita primeiro e não sei o quê... Pelo amor de Deus! Não vá por aí, presidente. Os direitos de todos têm que ser salvaguardados aqui, e não pode determinar para mim dois minutos. Não lhe pedi benevolência, mas quero o meu direito. Se eu quiser falar um, vou falar um, e não é V.Ex^a que vai determinar que vou falar dois.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Cinco minutos para o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, na verdade, estamos aqui acompanhando e percebo hoje o nervosismo da Oposição... A gente começa a perceber aqui, a nossa Bancada, que sempre foi questionada que tinha muita gente querendo espaço, e a gente viu que o discurso que havia na união das oposições começa a se desfazer, porque “eu quero ser o candidato e quero a união das oposições, mas só se eu for o candidato. Se eu não for, eu não quero, não. Só quero união seu eu for o escolhido o cabeça da pule.” Então isso começa a levar a esse tensionamento na Oposição.

E, meu querido amigo de quem gosto muito, ele sabe, Gaban, começa a faltar

discurso. Não é possível, um homem letrado desse jeito, que foi já esclarecido diversas vezes quando se fala em *ferryboat*. O *ferryboat* é um calcanhar de Aquiles para qualquer Estado que precise de transporte de balsa é assim. E não tenho dúvida de que o vice-governador Otto Alencar fez tudo na maior lisura possível que qualquer agente político poderia fazer, sempre sentando com o Ministério Público, que é o fiscal do rigor da lei, participou de todas as licitações. Sempre antes de lançar qualquer edital, foi apresentado ao fiscal da lei, o Ministério Público, para ver se haveria qualquer discordância no conhecimento deles. E foi aprovado pela lisura.

Então eu acho que tem faltado assunto para o deputado Gaban, porque é um homem letrado, um homem inteligente, foi presidente desta Casa, vai ser reconduzido a esta Casa porque merece, tem sido brilhante, mas a gente sabe que existem alguns trâmites que não dependem do desejo do gestor, uma burocracia estabelecida pelo governo federal. E a gente precisa desburocratizar, e tenho a certeza de que V. Ex^a vai me ajudar votando para senador em Otto Alencar, que não vai só resolver o problema do *ferryboat*, não. Esse já está resolvido, eu, Alan, estou dizendo que está resolvido por tudo que tenho acompanhado. E V. Exa tem que procurar outro assunto, esqueça meu senador, esqueça meu vice-governador e procure outro assunto aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Pedro Tavares.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu fui citado...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Gaban, V.Ex^a foi citado, mas o deputado Paulo Rangel também foi citado.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a falou antes: Alan e eu. Eu cedi por precedência, porque o deputado Alan pediu antes de mim.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Paulo Rangel, V. Ex^a pede um aparte ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. Gaban:- Não, não, não! O meu direito é inalienável. Fui citado e acusado pelo deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Não existe questão de ordem e direito de resposta porque foi citado. Não está previsto no Regimento.

O Sr. Gaban:- Eu tenho direito de responder. V. Ex^a me anunciou e eu cedi a precedência ao deputado Alan...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Não existe previsão no Regimento para direito de resposta porque foi citado. E o deputado Paulo Rangel foi citado, deputado.

O Sr. Gaban;- Não, não, não! Ele fez acusações!

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Ele foi citado também...

O Sr. Gaban:- Fez acusações, não foi citado, foi pior, ele fez acusações contra mim. O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Gaban, fale 2 minutos, por favor...

O Sr. Gaban:- Obrigado, vou usar os 5 minutos a que tenho direito. Espero utilizar menos...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- (...) porque não é uma questão de

ordem. O Sr. Gaban:- Fui citado nominalmente. V.Ex^a não tem... Não quero ser rude com V.Ex^a. Respeite o que aconteceu na Casa, me dê os 5 minutos. Está perdendo muito mais tempo com isso. Peça para zerar o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Após a questão de ordem, não vou ceder mais questão de ordem a ninguém se não for efetivamente uma questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, está zerado lá, eu tenho que falar.

Deputado Paulo Rangel, primeiro, tenho coragem para enfrentar qualquer um. Ouviu, deputado Paulo Rangel? Não é questão de coragem, pois coragem é uma coisa que não me falta, repito, não me falta. Não tenho medo de homem nenhum, reitero, nenhum! Ninguém me intimida! Ninguém! Disso, me orgulho. Eu duvido que alguém tenha a coragem de me desafiar e não tenha a resposta imediata em qualquer ramo e em qualquer sentido. Então, seja o que for, ou o tamanho ou o cargo, isso não me intimida como nunca me intimidou em minha vida. Ponto.

Segundo, V.Ex^a não queira fazer intrigas ao colocar palavras diferentes. Quem falou do grampo no governo passado foi V.Ex^a. Então, V.Ex^a não teve coragem...

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado...

O Sr. Gaban:- Espere, eu lhe ouvi, quietinho! V.Ex^a, deputado Paulo Rangel, não teve coragem de citar César Borges e Otto Alencar, mas falou do governo deles. Foi eu quem os nominou. Aliás, quanto a nominá-los, V.Ex^a não teve a coragem de fazer.

Gostaria de dizer a V.Ex^a que o senador Antônio Carlos Magalhães foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Quanto aos mensaleiros, V.Ex^a vá visitá-los na Papuda, porque eles estão no presídio! É diferente. Eles foram condenados.

Deputado Alan Sanches, gostaria de que V.Ex^a ouvisse. Com relação ao que V.Ex^a colocou, deputado Alan, sempre de uma maneira muito cordial, gentil como deve ser feito, acho que essas provocações políticas, aqui nesta Casa, têm de existir, pois isto faz parte do Parlamento.

Hoje mesmo, eu estava fazendo um pronunciamento usando o Grande Expediente. V.Ex^a fez uma provocação. Eu respondi à provocação politicamente falando. Digo-lhe, deputado Alan Sanches, independente da amizade que tenho, não só com V.Ex^a, mas com Otto Alencar, sempre foi do meu grupo político, como também César Borges. São pessoas amigas. Independentes de estarem, hoje, em outras posições, eles são meus amigos: tanto o ministro César Borges quanto Otto Alencar. Não escondi isso de ninguém assim como, também, eles não escondem. Então, ponto final. Eu, apenas, dei o nome que Paulo Rangel não teve a coragem de dar.

Eu lhe confesso algo. Independente da amizade que tenho com Otto Alencar, agora falando a coisa correta, sem brincadeiras e sem desafios políticos para procrastinar o tempo, se eu tivesse qualquer dúvida de processo licitatório lá, independente da amizade, entraria na Justiça e faria tudo o que fosse necessário.

Não o fiz. Já falei sobre isso com V.Ex^a em outros momentos e estou falando, publicamente, agora. Não entrei nessa área. Não me interessa essa área. Entendeu?

Então, fiz uma provocação política. V.Ex^a, deputado Alan, com cortesia, responde. Isso é diferente do que fez Paulo Rangel, porque ele acusa sem dá os nomes. Foi eu quem os nominou, porque ele não teve coragem. Aí é diferente.

Então, deputado Paulo Rangel, o discurso pode provocar outro. Isso faz parte aqui da Casa. As provocações fazem parte. Mas quando as provocações vêm dizendo que não tenho coragem.. Não houve um homem na vida para dizer que não tenho coragem! Ouviu, deputado Paulo Rangel? Não houve homem, na vida, para vir me dizer que eu não tenho coragem. Não tenho medo de nada, nem de ninguém! Então, pronto, ponto feito!

Se for necessário enfrentar Otto ou quem quer que seja, o que eu falo...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- (...) eu falo em qualquer ambiente, porque eu falo com convicção. Quando tenho de fazer as provocações políticas, eu as faço. Quando tenho de fazer as pessoais, também as faço. Estou deixando bem claro este assunto.

Obrigado, presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Dois para lá, dois para cá. Isso é mesmo que dança.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Paulo Rangel...

O Sr. Paulo Rangel:- Eu não disse que o deputado Gaban tem medo do deputado Otto. Eu disse, apenas, que ele foi covarde quando ele pôs palavras em minha boca quando eu não falei. Às vezes, ser covarde é ser corajoso também! O deputado deveria se dirigir ao deputado Otto Alencar e dizer que ele é responsável pelos grampos! Não me odeie. Quem comandou o grampo na Bahia foi o senador Antonio Carlos Ma-ga-lhães. Repito, foi Antonio Carlos Ma-ga-lhães quem comandou e inclusive era esse mesmo senador quem liderava o deputado Gaban.

Agora, o deputado Gaban apoiou o grampo. E nós assistimos, nesta Casa, à CPI dos Grampos ser encerrada em 45 segundos!

Agora, quanto a essa história de dizer que deputado não tem medo de homem, não tem medo de cara feia e não tem medo de tamanho, tudo bem.

Agora, quanto à forma como deputado se dirigiu ao colocar palavras em minha boca

Agora, quanto a essa história de dizer que deputado não tem medo de homem, não tem medo de cara feia e não tem medo de tamanho, tudo bem.

Agora, quanto à forma como deputado se dirigiu ao colocar palavras em minha boca que eu não disse, é uma forma covarde de se dirigir aqui dentro deste Parlamento. Reafirmo aquilo já dito anteriormente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, peço a atenção de V.Ex^a, porque me chega, agora, a informação de que temos uma sessão especial sendo realizada para entrega do Título de Cidadão Baiano ao Comandante da 6^a Região Militar, General-de-Divisão Racine Bezerra Lima Filho.

Faço a minha questão de ordem no sentido de que V.Ex^a suspenda ou encerre

esta sessão, pois acho não poder haver duas sessões ao mesmo tempo nesta Casa. Se formos levar à regra a questão de não haver uma sessão conjuntamente, por exemplo, com reunião das comissões, Sr. Presidente, acho que não podem ocorrer duas sessões ao mesmo tempo. Acho que temos de prestigiar o deputado Reinaldo Braga, já que esta sessão especial foi, previamente, marcada por ele. Acho que deveríamos encerrar esta sessão extraordinária, a fim de prestigiar o deputado Reinaldo Braga, que já marcou presença nesta sessão extraordinária. Esta sessão especial já estava marcada há algum tempo. O lógico seria, realmente, encerrar ou suspender esta sessão extraordinária para que os parlamentares possam prestigiar a sessão especial, anteriormente, marcada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Bem, vejam, é o seguinte. Eu não poderia suspender esta sessão extraordinária, nobre deputado Leur Lomanto, porque foi aprovado um requerimento de prorrogação desta mesma sessão por, até, 600 minutos. Tal requerimento foi aprovado, aqui, por 35 votos a favor, ou seja, por unanimidade.

Se o Líder da Maioria e o Líder da Minoria concordem em suspender e, depois, retornar, a Presidência suspenderia esta sessão extraordinária somente nesta condição. Como presidente da atual sessão extraordinária, este é o meu entendimento.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Faço um apelo a V.Ex^a. Peço para consultar os líderes. Faço um apelo ao deputado Zé Neto, porque acho que seria uma forma de homenagearmos, principalmente, o deputado Reinaldo Braga, autor desta sessão especial que concede o Título de Cidadão Baiano. Acho que seria uma justa homenagem para que os parlamentares possam acompanhar, também, a sessão especial que concede um título tão honroso a uma figura importante para o Estado da Bahia.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando que não há concordância do Líder da Maioria, indefiro a solicitação feita pelo deputado Leur Lomanto Júnior.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao deputado Elmar Nascimento. O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o Regimento Interno da nossa Casa dispõe que não se pode ser realizada uma sessão de comissão em concomitância com a sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Aí, eu lhe indago: quando o legislador criou este artigo no Regimento Interno, ele quis dizer uma coisa óbvia: nós não temos o dom da ubiquidade. Em outras palavras, eu não posso ser membro de uma comissão e participar desta mesma comissão como membro efetivo dela e estar, ao mesmo tempo, em uma outra sessão plenária!

E eu lhe pergunto: como é, humanamente, possível nós não temos o dom da ubiquidade, eu não posso ser membro de uma comissão, participar de uma reunião da comissão e, ao mesmo tempo, de uma sessão plenária. E eu lhe pergunto como é humanamente possível realizar duas sessões na Casa, pouco importa que uma seja especial e outra, ordinária. Eu quero participar da sessão especial em homenagem à autoridade que será homenageada, que é o comandante da 6ª Região Militar, em

homenagem ao meu companheiro Reinaldo Braga, e tenho a obrigação de estar aqui na sessão ordinária. Como se realizam duas sessões na Casa ao mesmo tempo? Eu lhe mostro no Regimento como isso é permitido, deputado Paulo Câmara. A sessão especial está marcada há tempo, isso é decisão do Líder do governo. Acho uma falta de elegância muito grande com o companheiro, não vai ser meia hora a mais, uma hora a mais, que vai rejeitar ou aprovar a matéria. Eu posso até ceder, mas acho um absurdo isso, vai abrir um precedente, é outra irregularidade na Casa. O Regimento não permite nem reunião de comissão concomitante com a sessão ordinária da Casa, quanto mais sessão especial.

Não pode. Eu sei que V.Ex^a vai impedir de realizar-se a sessão. Mas, está aqui, há mais de 100 soldados do Exército na Casa, vieram prestigiar o seu comandante, e é uma falta de elegância muito grande encerrar a sessão especial para não atrasar uma hora aqui.

A sugestão do deputado Leur, para suspensão, está correta, porque uma coisa está muito clara: realizar duas sessões ao mesmo tempo, isso não pode. Isso é questão regimental, é outra coisa que vai causar a nulidade da sessão. Agora, V.Ex^a não vai querer criar um constrangimento com o deputado Reinaldo Braga, que nem merece isso, é o deputado mais experiente desta Casa, mais correto, e não merece de V.Ex^a esse tipo de tratamento. Não vai ser meia hora, 40 minutos, 20 minutos a mais ou a menos, que vai mudar as coisas. Agora, sessão realizada fora daqui, duas sessões da Casa ao mesmo tempo, uma aqui e outra em outro salão da Casa, eu repito, isto é lei da física: eu não tenho o dom da ubiquidade, não posso estar em duas sessões ao mesmo tempo, é mais uma irregularidade que vai se cometer.

O Sr. Zé Neto:- Eu posso fazer uma sugestão aqui?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Essa questão eu já indeferi. Sendo uma questão omissa, a presidência da sessão indefere essa questão, portanto não vou aceitar nenhuma questão de ordem nesse sentido. Está indeferido.

O Sr. Zé Neto:- Já está indeferido, agora eu só quero fazer uma sugestão aqui ao deputado Elmar. Já está indeferido, isso aí é conversa para boi dormir.

Deputado Elmar, vou fazer uma sugestão aqui. V.Ex^a e o deputado Gaban são tão gentis com o deputado Reinaldo Braga, e também o deputado Leur foi muito gentil com o deputado Reinaldo Braga. Eu até concordo com as gentilezas que V.Ex^{as} fazem, o deputado Reinaldo Braga é um dos amigos que eu tenho nesta Casa, é uma figura distinta, é o nosso grande conselheiro. Vamos propor o seguinte: façamos um pacto para que nas próximas três falas V.Ex^{as} não peçam quórum, liberando-se todos para irem para lá, e nós ficamos aqui. Quem quiser falar, fala, acabou.

O Sr. Elmar Nascimento:- São duas sessões acontecendo ao mesmo tempo.

O Sr. Zé Neto:- Não são duas sessões, o que eu quero é que não se suspenda a de lá para não temos um problema maior.

Então, fica assim: de nossa parte, estaremos aqui, se a Bancada de Oposição se manifestar a favor, e em uma hora as falas forem acontecendo sucessivamente...

O Sr. Elmar Nascimento:- Suspenda a sessão.

O Sr. Zé Neto: Suspender eu não vou, excelência, não vou criar esse

precedente... aí V.Ex^a estará à vontade para fazer com que não se peça quórum.

Deputado Reinaldo, qualquer coisa eu vou lá buscar V.Ex^a. Siga em frente, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Essa questão de ordem, deputado Gaban, está indeferida. Se for com relação à sessão especial, está indeferida.

Questão de ordem do deputado Gaban, mas sobre essa questão, está indeferido. O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de, antes de V.Ex^a indeferir, de dizer o seguinte. Primeiro, o artigo 70 do nosso Regimento diz, no Capítulo V, dos trabalhos das comissões, das reuniões, artigo 70: as sessões das comissões serão públicas ou secretas. Artigo 69: as comissões fixarão os dias reservados para reuniões ordinárias, contanto que não coincidam com os horários estabelecidos para o funcionamento das sessões plenárias. Das Reuniões, perfeito? Artigo 69...

coincidam com os horários estabelecidos para o funcionamento das sessões plenárias. Das Reuniões, perfeito? Art. 69.

Se nós formos ao art. 87, está lá a que as sessões ordinárias terão duração de 3 horas e 30 minutos, não podendo tal período ser excedido nas extraordinárias, salvo prorrogação, admitidas em ambas.

Então, Sr. Presidente, quero dizer, com isso, que no artigo 87, efetivamente, não é vedado... Mas, se V.Ex^a não prestar atenção, não poderá responder...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Conclua, deputado Gaban. Conclua seu raciocínio.

O Sr. Gaban:- Mas se V.Ex^a não prestar atenção, como vou concluir...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estou prestando atenção, sim...

O Sr. Gaban:- O que eu estava dizendo?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a estava falando do artigo das comissões...

O Sr. Gaban:- Qual artigo?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado, conclua seu raciocínio.

O Sr. Gaban:- Que comissões? Estava falando das sessões. De comissões já falei antes.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Conclua o seu raciocínio e sua questão de ordem, porque sobre suspender esta sessão aqui, se for essa questão, já foi indeferida, e se V.Ex^a solicitar novamente, continuará sendo indeferida. A Mesa não vai voltar atrás. A decisão é indeferir. Está decidido.

O Sr. Gaban:- Então pronto. Já que foi, vou arguir agora, então, Sr. Presidente, já que, de uma maneira equivocada, V.Ex^a decidiu, o artigo 228: "As questões de ordem serão resolvidas pelo Presidente, com recursos voluntários para o Plenário". Eu questiono a decisão de V.Ex^a. Acho que está equivocada, e recorro ao Plenário para que seja deliberada a decisão equivocada de V.Ex^a. E, obviamente, Sr. Presidente, terá de haver o quórum de votação, para que seja apreciada a decisão equivocada de V.Ex^a e seja retificada no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A presidência acata o recurso de V.Ex^a.

V.Ex^a tem razão no recurso. A presidência indeferiu, e tem o direito de indeferir. V.Ex^a pede um recurso para ser votado em Plenário e, ao mesmo tempo, já pede verificação de quórum de votação.

Srs. Deputados, Líder do governo, Líder da Oposição, há um recurso do deputado Gaban sobre decisão da presidência. O recurso dele é no sentido de que seja suspensa a sessão plenária. O deputado Gaban pediu quórum de votação para votar o recurso do deputado Gaban.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a zerasse o painel e convocasse todos os deputados que estão nesta Casa a comparecerem a este Plenário, atendendo à questão de ordem para verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Há um pedido de verificação de quórum de votação do recurso do deputado Gaban sobre a suspensão desta sessão para a realização de outra sessão especial. Portanto, convidamos todos os deputados que estão nos gabinetes. Há um pedido de verificação de quórum de votação para o recurso do deputado Gaban, porque ele recorreu de decisão da presidência desta sessão, de indeferir solicitação dele.

Portanto, quórum de votação para o recurso. Deputado Zé Neto... (Pausa) Pediria para zerar-se o painel, tempo de 25 minutos, e ao mesmo tempo convido os deputados para comparecerem o mais rapidamente possível, porque há um recurso do deputado Gaban contra uma decisão da presidência sobre a suspensão desta sessão. (Pausa)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Vamos orientar a Bancada. Tem que refazer, porque está errado.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Primeiro, tem que se restabelecer o quórum. Porque há um recurso do deputado Gaban, em função do indeferimento da solicitação do deputado Leur. O deputado Leur fez uma solicitação para que encerrasse a sessão...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Então agora nós estamos restabelecendo o quórum. Precisamos de 32 Srs. Deputados, porque é quórum de votação.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Isso, precisamos restabelecer o quórum. Depois de restabelecer o quórum, vamos submeter à votação.

O Sr. Rosemberg Pinto:- É melhor restabelecer os prazos, porque aí fica todo mundo sem saber. Zerar para depois votarmos.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Está zerado, agora é o quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento, primeiro, para pedir aos deputados que se encontram fora daqui do Plenário para que compareçam marquem suas presenças, a fim de que possamos dar continuidade e fazer a apreciação do pedido do contraditório à presidência, colocado pelo deputado Gaban. Eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente, aos Srs. Deputados para que possamos realizar esse debate sem a personalização. Acho que acaba não ajudando... Sr. Presidente, assumo e oriento o Plenário.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Sargento Isidório:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- V.Ex^a está inscrito.

Deputado Rosemberg, só esclarecendo, o deputado Leur Lomanto solicitou o encerramento desta sessão, tendo em vista que há uma suspensão...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- É suspensão...

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Presidente, estou pedindo questão de ordem.

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Só esclarecendo, ouçam para que possam entender. Vou esclarecer o que aconteceu. Só um minuto aí...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Só um minuto aí.

Vejam só, inicialmente, prestem a atenção,...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu estou pedindo questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Só um minuto aí, deputado Isidório, só para esclarecer.

Inicialmente, o deputado Leur Lomanto pediu o encerramento da sessão. Posteriormente, os deputados Gaban e Elmar pediram a suspensão para depois retornar.

A presidência indeferiu a questão de ordem. O deputado Gaban pediu recurso dessa posição da presidência. O recurso que foi solicitado, porque inicialmente havia sido pedido o encerramento, mas, depois, foi solicitada a suspensão. O recurso que foi solicitado foi para a suspensão.

O deputado Gaban pediu recurso e pediu, ao mesmo tempo, quórum de votação. Então é preciso haver quórum para votar. (Lê) “Art. 228: As questões de ordem serão resolvidas pelo Presidente, com recurso voluntário para o Plenário.”

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Só um minuto.

O deputado Gaban pediu recurso para o Plenário e é obrigado submeter ao plenário. Ao mesmo tempo, o deputado Gaban pediu quórum de votação. Esse quórum de votação tem que existir, porque se não existir o quórum de votação é criado o impasse. E é preciso ter o quórum para votar.

Então é preciso que todos os deputados que queiram dar quórum, deem quórum, porque se não derem quórum o impasse está criado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, não, não. Questão de ordem, presidente.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Pastor Sargento Isidório:- Estou pedindo questão de ordem, Sr. Presidente, faz uma hora.

O Sr. Gaban:- Eu pedi antes.

O Sr. PRESIDENTE(Álvaro Gomes):- Deputado Rosemberg, V.Ex^a vai falar.

Deixa primeiro o deputado... Só um minuto.

Pela ordem, o primeiro a pedir...

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Deputado Isidório, questão de ordem para V.Ex^a.

O Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu agradeço a Deus a chegada de V.Ex^a. Primeiro, Sr. Presidente, que esta Casa está acostumada...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Só um segundo, deputado.

Eu cheguei aqui agora, quem está falando?

Eu só vou conceder a um de cada lado.

Deputado Isidório, questão de ordem para V.Ex^a, depois, o deputado Gaban. (Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a minha questão é técnica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas ele está com a questão de ordem, deputado. Só um segundinho.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Eu agradeço a Deus...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor. Volta o painel. (Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Volta o painel. Eu estou chegando agora. Volta o painel. O assunto para mim está encerrado.

Questão de ordem do deputado Isidório.

(Tumulto no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Esta Casa acredita, Sr. Presidente, na capacidade que V.Ex^a sempre teve de resolver crises como um homem muito equilibrado neste Parlamento. Não podemos deixar que a Bahia assista o que está acontecendo neste exato momento nesta Casa. Estamos aqui, a base do governo está aqui, a Oposição está compondo para aprovarmos um projeto importante para a base do governo e que a Oposição tem seu direito de trabalhar para que não seja aprovado. Agora, não poderemos dar um exemplo de insanidade ao Estado inteiro, por isso agradeço a Deus pela vida de V.Ex^a e por vossa chegada.

Gostaria, Sr. Presidente, de contar com a colaboração e o entendimento dos deputados desta Casa, que são deputados honestos, equilibrados, para entendermos que o deputado Reinaldo Braga, ex-presidente desta Casa, concedeu um título a uma autoridade militar e essa autoridade já se encontra aqui neste Parlamento.

(Tumulto no Plenário)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Estou falando com o presidente e é prerrogativa minha.

Então, Sr. Presidente, os poderes são harmônicos, porém independentes. Por isso que V.Ex^a está presidindo esta Casa até hoje por quatro mandatos. Entendo que a base do governo está aqui firme para votar o projeto dos *Royalties*. Queria pedir a V.Ex^a que usasse da sensibilidade normal de um Parlamento para considerar não só o deputado Reinaldo Braga, mas as autoridades que estão aí, o pessoal do Exército, Marinha e Aeronáutica. Eles estão aí para receber um prêmio e nós não podemos deixar isso que está acontecendo, porque é uma vergonha.

Acho que não incomoda a tramitação do projeto, porque a base está aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer que suspenda a sessão? Não vou suspender, não. Exceto se os líderes concordarem. Só se for por acordo.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Suspendesse por um minuto, pelo menos. Seria importante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, primeiro deixar V.Ex^a a par do que está acontecendo. Quando V.Ex^a chegou, não sabia o que estava ocorrendo na sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estava ouvindo no gabinete, deputado.

O Sr. Gaban:- Então, melhor ainda, formalizo até de uma maneira diferente. Se V.Ex^a chega e indefere o que foi deferido pelo presidente naquele momento, V.Ex^a está tirando a autoridade não só do deputado Álvaro Gomes, mas de qualquer deputado que assuma a presidência. Porque ou V.Ex^a preside o tempo todo, não sai do Plenário, o que é praticamente impossível, porque V.Ex^a como presidente tem outras atribuições – como eu também tinha – mas temos que delegar àquele que está assumindo a presidência a autoridade para deferir ou indeferir e tomar as decisões pertinentes. Na hora em que V.Ex^a chega e tira a autoridade de quem estava presidindo, tira a autoridade de qualquer um que assuma. Podemos tornar inválidas todas as sessões que ocorreram sem a presença de V.Ex^a porque se V.Ex^a toma uma decisão diferente do antecessor, que poder tem alguém para assumir? Na realidade, o que aconteceu, Sr. Presidente? Por isso é grave o que estou falando, gostaria da atenção, não do sorriso, é grave a decisão que V.Ex^a tomou. Já que V.Ex^a chega e tira a autoridade de quem estava presidindo, e agora também não quer me dar o silêncio, vou falar mesmo com outra pessoa falando.

Sr. Presidente, foi feito pelo deputado Leur Lomanto um questionamento para que fosse encerrada a sessão porque havia uma autoridade aqui, o comandante da 6^a Região Militar, recebendo uma homenagem, e segundo o artigo 69 do Regimento Interno da Casa, não deveriam ocorrer duas sessões ao mesmo tempo. O deputado Álvaro Gomes indeferiu. Eu tentei contra-argumentar a decisão do presidente e ele disse, na hora em que eu estava lendo os artigos pertinentes do Regimento, esse assunto está decidido, indefiro a questão levantada pelo deputado Leur Lomanto de encerramento da sessão.

Então, eu vou recorrer ao Plenário porque estou querendo complementar as argumentações feitas pelo deputado Leur Lomanto. Então, avocando o que determina o art. 228 do Regimento Interno, submeti a decisão dele ao Plenário. Pedi, inclusive, o quórum de votação, ele concordou e deferiu, e abriu o tempo; fomos atrás do tempo já correndo, V.Ex^a chega e manda zerar o painel. Tira a autoridade do deputado.

Eu disse, por não ter tido as informações corretas, que tomou a decisão equivocada. V.Ex^a, pelo conhecimento que tem, não tiraria a autoridade de quem estava presidindo, faltavam apenas 10 minutos para encerrar o quórum, não tinha mandado zerar. Voto o seguinte: o que foi definido por quem estava presidindo a sessão tem que prevalecer, porque senão ninguém, a não ser V.Ex^a, pode ter autoridade para presidir uma sessão nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, V.Ex^a sabe que quem está presidindo é quem decide a sessão. V.Ex^a viu recentemente no Supremo que o vice-presidente tomou uma decisão, quando o presidente sentou, fez diferente. A minha decisão é que não cabe recurso ao Plenário. Não tem sentido, esse assunto não cabe, exceto se for por acordo, nunca levei ao Plenário...

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, primeiro o deputado Leur Lomanto tinha pedido a suspensão. Depois, eu entrei com uma questão de ordem perguntando ao presidente e afirmando que não pode haver duas sessões na Assembleia ao mesmo tempo, Ordinária e Especial. Uma sessão Ordinária e uma Especial para outorga de Título de Cidadão, não podem ser realizadas ao mesmo tempo na Casa. A decisão é do governo. Propus ao Líder do governo, por conta desse impasse, que fosse suspensa por meia hora para a entrega do título à autoridade, porque é uma deselegância com a autoridade e com o deputado Reinaldo Braga, e voltaríamos para cá.

O Líder do governo não aceitou e fizemos a questão de ordem.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Deputado, vou deferir a questão de ordem de V.Ex^a. A sessão está suspensa por 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Reabrimos os trabalhos. (Pausa)

A sessão está suspensa por até 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não peça verificação de quórum agora.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Teve acordo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não foi acordo. Peço a compreensão de V.Ex^a. Eu liberei os deputados, gostaria da compreensão de V.Ex^a. Depois do deputado Adolfo Viana V.Ex^a pode pedir.

O Sr. Bruno Reis:- Em deferência à solicitação de V.Ex^a, foi atendido o pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É uma questão de bom senso. Eu não usei o bom senso anteriormente?

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, subo a esta tribuna, nesta tarde, para tratar de um assunto que vem preocupando muito todos os baianos, a análise da segurança pública do nosso Estado, o crescimento das taxas de homicídio no Estado.

O Estado da Bahia nos anos de 2010 e 2011 foi campeão em número de homicídio doloso no Brasil. Em 2012 foram contabilizados 5 mil 713 homicídios, com acréscimo de 23,68% em relação a 2011. Em 2013, o número chega a 5 mil 279,

contra 4 mil 439 em São Paulo, onde a população é três vezes maior do que no Estado da Bahia.

A Sr^a Luiza Maia:- Um aparte. É sobre os *Royalties*.

Sr. ADOLFO VIANA:- Calma, deputada Luiza Maia, vamos chegar nos *Royalties*. Teremos toda a madrugada para discutir. V.Ex^a que teve o prazer de desfilar no Senhor do Bonfim, no município de Mata de São João, ao lado do grande prefeito Marcelo Oliveira, ao lado daquele que vai compor a chapa da Oposição, João Gualberto, que fizeram uma verdadeira transformação no município de Mata de São João, V.Ex^a teve a elegância e o prazer de desfilar nesse município ao lado de pessoas que realmente tiveram a capacidade e a grandeza de mudar a vida das pessoas no município de Mata de São João.

Sei que V.Ex^a não foi lá apenas para o desfile, foi também para ver como se constrói escola de qualidade, hospital de primeira linha e, sem sombra de dúvida, naquele município temos todos esses exemplos. A gestão do ex-prefeito João Gualberto revolucionou, mudou a vida das pessoas e, de fato, hoje, Marcelo Oliveira dá continuidade e Camaçari pode seguir aquele exemplo que, sem sombra de dúvida, estará caminhando para o desenvolvimento. Não é isso, deputado João Carlos Bacelar? Concedo-lhe um aparte, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Adolfo Viana, quero também me associar a V.Ex^a neste registro importante sobre a administração do município de Mata de São João, um exemplo para a Bahia e para o Brasil, seja na educação, na saúde, no turismo, na geração de emprego. Enfim, em Mata temos um modelo de administração pública que gostaríamos que fosse modelo para o Brasil.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar.

Os investimentos em segurança pública no nosso Estado vem diminuindo.

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Se acalme, deputado Zé Neto, tenha tranquilidade. Permita que usemos a tribuna.

A Sr^a Luiza Maia:- Acordo é acordo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Acordo é acordo para ser cumprido que usemos a tribuna.

É o quê, deputada? Acordo é acordo e ele é para ser cumprido. Nós, sempre, fizemos acordo. E, por parte do PSDB, V.Ex^a pode ter a certeza de que todos os acordos serão cumpridos.

Mas voltando à questão dos investimentos em segurança pública, deputado Carlos Geilson, queria dizer que, infelizmente, o secretário da Segurança Pública não pode fazer mágica. Ele é um bom secretário, responsável, cumpre com as suas obrigações, mas não é mágico, deputado Leur Lomanto Junior, portanto, não pode fazer mágica. Se o governo não investe, como pode o secretário resolver o problema da segurança pública, Sr. Presidente? Fica difícil!

O Sr. Carlos Geilson:- Um aparte, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Com o aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana.

V.Ex^a toca em um ponto que, daqui a pouco, será base de nosso pronunciamento que é a questão da segurança pública.

Na história deste Estado, nunca se cometeram tantos crimes! Nunca, na história deste Estado, o crime organizado se proliferou e passou a dominar algumas comunidades, infelizmente.

Leio com muita preocupação esta notícia: “Uma professora, hoje, foi fuzilada em frente de seus alunos de forma brutal, estúpida, cruel.” Imaginemos essas crianças sentadas nas cadeirinhas assistindo à aula quando homens armados invadem e, *pê-pê-pê*, disparam contra a professora. As crianças estão em estado de choque.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Onde foi isso, deputado?

O Sr. Carlos Geilson:- Foi aqui em Salvador, na Fazenda Coutos.

Posso, até, precisar para V.Ex^a. O nome da senhora é Maria das Graças Santos da Silva, de 48 anos. Ela foi executada, hoje, por volta das 10h da manhã, quando dava aulas em uma localidade aqui em Salvador. Daqui a pouco, vou lhe precisar o exato local onde aconteceu esta execução na frente das crianças.

Este é o retrato triste do nosso Estado. Este é o retrato que nos deixa perplexos, boquiabertos, clamando por segurança pública. Enquanto isso, o atual governo faz pouco-caso. Se há um item que este atual o governo não dá nenhuma atenção é a segurança pública. Faça uma pesquisa com os baianos. Não vou dizer 100% do total, porém mais de 90% dos baianos estão insatisfeitos com a atual situação da segurança pública neste Estado, meu caro deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson.

Deputado Gaban, estou aqui a dizer ao deputado Carlos Geilson que o nosso secretário da Segurança Pública não pode fazer mágica. Ele é um bom secretário, mas não pode fazer mágica se o governo diminui os investimentos em segurança pública.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado, o crime foi cometido dentro da creche particular de nome Filhos do Rei, no bairro de Fazenda Coutos, em Salvador.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço, deputado Carlos Geilson.

Eu estava a colocar para o deputado Gaban que sabemos das dificuldades enfrentadas pela Segurança Pública em nosso estado. Estava, aqui, a elogiar. Eu estava a elogiar, sim, o trabalho realizado pelo secretário da Segurança Pública. Naturalmente, os números da Segurança Pública são assustadores, deputado Gaban. Mas o secretário não é mágico. Ele não pode fazer mágica. Se os números são ruins, o governo precisa investir. Se o governo não investe, como o secretário resolverá o problema?

É nesse sentido que trago os números que compravam uma diminuição nos investimentos da Secretaria da Segurança Pública, e, naturalmente, um aumento da criminalidade em nosso Estado.

Eu quero dizer que ficam a minha revolta e a minha indignação pela falta de investimentos no que diz respeito à questão da segurança pública.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer, deputado Gaban, o aparte de V.Ex^a, se o Líder do governo deixar. Eu não estou entendendo o deputado Zé Neto. Ele estava sentado...

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Adolfo, o Líder do governo está em um nervosismo! Este Zé Neto está fora do ar hoje, porque, até, a decisão da Presidência, ele está cobrando de mim. Eu não sou presidente da Casa e não presido sessões. E, ao invés de estar cobrando as decisões da Presidência dos Trabalhos, o deputado Zé Neto está cobrando da Oposição. O problema não é meu. Ele que cobre de quem está presidindo esta sessão extraordinária. E deputado Yulo Oiticica é da base do governo, pois é do PT. Eu não tenho nada a ver, deputado Paulo Rangel, com as decisões dele. Ele fica a cobrar de mim? Eu não estou fazendo nada!

Quem deu a palavra ao deputado Adolfo não foi eu. Depois, ele vem cobrar de mim por que ele está falando, pois o deputado Adolfo Viana não deveria falar. Não sei nem por que V.Ex^a não deveria falar. Quer dizer, é um desespero, uai! Cada um tem direito a falar! O deputado Zé Neto cobrando de mim, deputado Yulo, ao dizer: “Não, deputado Gaban, V.Ex^a não deveria permitir que o deputado Adolfo se manifestasse.” O que é isso? Eu vou tirar direito de um membro? Ele disse: “Não, porque ele está irregular” Eu, realmente, não sei, deputado Yulo, qual é a irregularidade. O Sr. Adolfo Viana é um deputado e, como tal, inscreveu-se para falar. V.Ex^a, naturalmente, tinha de chamá-lo e o chamou. E o deputado Zé Neto está dizendo que eu não deveria deixar ele falar. Ele está maluco e endoidou de vez. Eu sugiro, deputado Paulo Rangel, que chame alguém para assumir a Liderança e chamem uma UTI. Zé Neto, hoje, vai precisar de uma UTI. Ele é um colega. A gente gosta dele. Presidente Yulo, é sério o que eu vou falar para V.Ex^a. Eu gostaria de dar uma sugestão. É sério o que eu vou falar para V.Ex^a. Fazemos brincadeiras com algumas coisas aqui na Casa. Mas, deputado Yulo, estou sinceramente preocupado, hoje, com o deputado Zé Neto. Eu sei e entendo as pressões que ele vem sofrendo de todos os lados para aprovar esta PEC. Sei da dificuldade que ele está tendo, porque a Bancada do governo não quer votar esta PEC mesmo com a fala do governador. E o deputado Zé Neto está uma pilha de nervos. Então eu sugiro, sinceramente, que V.Ex^a entre em contato com o Serviço Médico para ficar de prontidão durante a noite de hoje. (Risos) Não, não estou brincando não. Entendeu, deputado Yulo? Estou falando sério. Avise ao pessoal do Serviço Médico para não irem embora às 18h. O Serviço Médico tem de ficar durante a noite, porque o deputado Zé Neto não está em seu equilíbrio normal. Tanto isso é verdade que ele está cobrando de mim uma decisão de V.Ex^a. Eu nem estava aqui. Não fui eu quem anunciou o deputado Adolfo. Como eu poderia ou não deixar o deputado Adolfo falar se foi o presidente da sessão quem o convocou? Não sei.

Deputado Adolfo, voltando ao assunto, V.Ex^a está coberto de razão. A Bahia está perdendo uma grande oportunidade. Temos, hoje, o secretário Maurício Barbosa, um técnico, oriundo da Polícia Federal, que tem, como sua característica principal, a parte investigativa. Para você combater o crime organizado, é preciso ter um serviço de inteligência extremamente preparado e competente. Essa é a formação do

secretário Maurício.

Tanto isso é verdade que ele deixará um legado para a Bahia que é este centro integrado que será instalado antes de Copa do Mundo, com monitoramento através de câmeras, uma parte integrada entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Precisávamos disso mesmo para termos uma política efetiva. Nós temos, hoje, o comandante da Polícia Militar, coronel Castro, que é um policial de respeito, pois conhece da área e tem o respeito de todos.

Agora, eles estão em uma encruzilhada muito grande. Não há dinheiro, como V.Ex^a muito bem colocou, em ano de Copa do Mundo, onde as demandas que vão ocorrer são muito grandes. Há a previsão de termos movimentos sociais, sobretudo à época da Copa. Deus ajude que isso não aconteça. Agora, imaginem: e se o Brasil for desclassificado durante a Copa do Mundo na primeira ou na segunda fase? Isso será desagradável.

Vejam, foram tantos os recursos que os movimentos organizados de rua organizaram. Não estou falando dos baderneiros, mas estou falando dos movimentos organizados que começaram a fazer o País. Agora, você imagine o Brasil fora da Copa do Mundo. Qual será o número de manifestações que vão ter? Então, quero dizer, com isso, concordando com V.Ex^a, que tinha que haver um Orçamento muito mais estruturado, com muito mais recursos para a segurança pública.

A Bahia termina mais um ano como recordista nacional em número de homicídios por cada 100 mil habitantes. Recordista nacional. Então, não adianta ter um excelente secretário, um excelente comandante da Polícia Militar se não dispõe dos recursos necessários. E pior, já circula pela tropa... Esta semana aconteceu uma reunião dos oficiais, 700 oficiais participaram, que estão aguardando o Plano de Carreira da Polícia Militar. Já está agendada e anunciada uma assembleia entre os oficiais e os praças para o mês de março, numa casa de shows na Avenida Paralela.

Imagine V.Ex^a a inquietação da Polícia Militar depois de não receber a URV prometida há 7 anos pelo governador Wagner. E não recebeu o reajuste do salário deste ano. Cadê o reajuste do servidor público? Onde estão os sindicatos? Mas a PM e a Polícia Civil, as duas corporações, estão mobilizadas.

Agora, V.Ex^a imagine que a inquietação maior – o Capitão Tadeu e o Sargento Isidório podem falar melhor do que eu, mas temos muitos amigos na Polícia Militar e também ficamos sabendo –, o grande problema, pelo que ficamos sabendo, é que estão achando que o plano de carreira tão esperado não atenderá à expectativa da Polícia Militar. Por isso que eles já têm a GAP. Não me recordo agora, mas me disseram que a assembleia está agendada, se não me engano, para o dia 20, 20 e pouco, 23 de março, não sei.

Então, o pronunciamento de V.Ex^a é extremamente oportuno. Trata-se de um assunto extremamente importante e preocupante não só para o governo – que parece estar-se descuidando mais uma vez. Por isso é importante o alerta de V.Ex^a –, mas, sobretudo, para o população da Bahia. Porque se a Bahia é recordista em número de homicídios, imagine se acontecer uma greve da Polícia Militar. Deus nos livre disso!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

São os números que mostram isso, deputado Gaban. Salvador, em relação à violência, está sendo comparada a São Paulo, que tem três vezes o número de habitantes de nossa cidade.

Deputado Gaban, o que mais me deixa preocupado é que esse governo que tanto gosta de propaganda é capaz de acreditar que, realmente, a Bahia, hoje, é um Estado seguro. Se observarmos as propagandas feitas, são dezenas e centenas de viaturas que eles anunciam, mas os números mostram que o Estado da Bahia é carente, e muito carente, de mais investimentos em segurança pública.

O Sr. Elmar Nascimento:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouvirei com muito prazer o Líder, deputado Elmar Nascimento.

Com o aparte o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- O caro deputado faz um pronunciamento muito correto e através de números demonstra a situação de descalabro que a Bahia enfrenta sob todos os aspectos administrativos, sobretudo na área da segurança pública, e o faz com comparativos entre a situação existente, hoje, na maior capital da América Latina, que é São Paulo, e Salvador.

É inadmissível que Salvador tenha, em números absolutos, a mesma quantidade de homicídios que São Paulo. Isso tudo é reflexo da falta de investimento, de compromisso e de prioridade. Afinal de contas, não se faz política de segurança pública sem investimentos. É uma questão de orçamento.

Em determinada época, o secretário da Segurança Pública, que ainda era Dr. César Nunes, ao assumir a secretaria, numa explanação aqui, na Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos, falou de uma série de projetos que pretendia implantar no âmbito da secretaria em nosso Estado.

Naquela ocasião, eu perguntei sobre a previsão da realização desses investimentos, e ele disse que tudo dependia da Secretaria da Fazenda, mas que o plano estava ali. O fato é que, até hoje, as operações previstas, os investimentos previstos não foram realizados por falta de recursos, porque, infelizmente, segurança pública não é prioridade no nosso Estado. O secretário de Segurança é um rapaz inteligente, preparado, e, tenho certeza, teria toda boa vontade e iniciativa de fazer um trabalho de melhor qualidade no nosso Estado. Agora, só não é mágico. Sem recurso, e quem prioritariamente pode destinar recurso é o governador, é impossível fazer-se alguma coisa.

Esse aparte é no sentido de parabenizar V.Ex^a pela lucidez com que traz esses fatos, que são tristes para a realidade do nosso Estado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e finalizo dizendo isto: infelizmente o nosso secretário não é mágico e sem recursos não há como melhorar a nossa segurança, sem mágica também não. Como ele não é mágico, vamos continuar pedindo a Deus que nos proteja, porque no que depender da Segurança Pública estamos fritos! Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Estamos, Sr. Presidente, discutindo hoje aqui uma PEC que vai transformar recursos que eram destinados a investimentos, recursos legalmente destinados a investimentos para cumprir despesas de pessoal.

Sr. Presidente, se o governo controlasse os seus gastos não seria preciso essa PEC. Por exemplo, despesas de serviços de terceiros foram, entre 2003 e 2006, na ordem de R\$ 217 milhões. Na administração Wagner, esses serviços passaram para R\$ 1 bilhão 370 milhões. Saltamos, no item serviços de terceiros, de R\$ 200 milhões para mais de R\$ 1 bilhão. O Reda, o famigerado Reda, que o nobre presidente deputado Yulo tantas vezes criticou aqui o que chamavam na época de “a farra do Reda”, pois bem, o Reda, de 2003 a 2006, foi da ordem de R\$ 900 milhões. No governo Wagner, temos hoje mais de R\$ 2 bilhões de Reda! Dois bilhões de locação de mão de obra, enfim, deputado Carlos Geilson, é um descontrole total. Estamos, volto a dizer, tirando recursos de investimentos em recursos hídricos, em pesquisa mineral e meio ambiente para financiar o custeio de pessoal de um governo que não controla suas despesas.

Por isso, Sr. Presidente, tendo em vista a gravidade da decisão que esta Casa vai tomar, é preciso aqui um número significativo de deputados, o que não acontece no momento. Por isso, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu sei que o deputado João Carlos Bacelar fez de forma até não intencional esse pedido de verificação de quórum, até porque há um acordo para se fazer questão de ordem de 30 em 30 minutos. Mas, como a sessão foi suspensão, entendi que nós aguardaríamos o segundo orador para que fosse feita uma outra questão de ordem. Mas já que ela já foi feita, queria chamar todos os deputados do governo e da Oposição também a se fazerem presentes neste recinto, já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto, Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes e corredores desta Casa, existe uma questão de ordem em que o deputado João Carlos Bacelar pede uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

Então, convidamos a todos os Srs. Deputados para que se façam presentes a este recinto, já que estamos apreciando um importante projeto do governo, uma PEC que diz respeito ao redirecionamento não total, mas a uma mudança no direcionamento dos *royalties* em relação à efetuação de algumas despesas voltadas para a suplementação das deficiências financeira e econômica encontradas no caixa previdenciário do governo do Estado. Portanto, Srs. Deputados que neste momento se encontram no cafezinho, na biblioteca ou em outros setores desta Casa, façam-se presentes a este Plenário. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que zere o painel e marque os 15 minutos regulamentares para o restabelecimento do quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não. V.Ex^a também será atendido. Gostaria de pedir que zerassem o painel.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há uma questão de ordem dos deputados João Carlos Bacelar e Paulo Rangel pedindo verificação do quórum de continuidade da sessão. Portanto, venham imediatamente ao Plenário para que possamos restabelecer o quórum de continuidade da sessão. E os deputados presentes, entre eles Paulo Rangel e João Carlos Bacelar, que pediram esta questão de ordem, registrem, por favor, as vossas presenças. Quero aproveitar para registrar, nas Galerias Deputado Paulo Jackson, a presença dos ilustres companheiros aprovados no concurso da Polícia Militar que vêm a esta Casa, mais uma vez, fazer o legítimo pleito da sua convocação imediata para essa tão importante instituição. Sejam muito bem-vindos, sempre!

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado João Carlos Bacelar, registre sua presença, por favor.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, 17 deputados presentes até o momento. Venham imediatamente ao Plenário. Há a necessidade de restabelecer o quórum de continuidade da sessão. Precisamos de 21 Srs. Parlamentares presentes.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Restabelecido o quórum da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Restabelecido o quórum da sessão.

Com a palavra o deputado Cacá Leão. (Pausa) Na desistência dele, com a palavra o deputado Pedro Tavares. (Pausa) Em permuta, com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Yulo Oiticica, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, inicialmente quero prestar a minha solidariedade ao deputado Álvaro Gomes, que presidia a sessão no momento em que o deputado Zé Neto o enquadrava aos gritos, urrando! O deputado Álvaro ficou mal na fita, e aí quero prestar-lhe a minha solidariedade. Provavelmente ressentido, acabou retirando-se do Plenário.

Hoje pela manhã, logo na abertura da sessão, o primeiro pronunciamento que se ouviu foi da deputada Kelly Adriana Magalhães, que disse que a aprovação desta PEC atendia a uma questão social do Estado. Fiquei conversando comigo mesmo, me questionando, olhando para o horizonte tentando subsídios para aclarar o que disse ela. Deputada, com todo o respeito, me permita ir por outra vertente. A aprovação desta PEC atende outros interesses basicamente, não os dos aposentados do Estado.

Caríssimos deputados e deputadas, se fosse para atender os assuntos dos servidores aposentados, o governo abriria o debate com os secretários da Fazenda e Administração. Na terça-feira, na CCJ, apresentamos um requerimento para que fosse suspensa a discussão da PEC e o presidente Joseildo Ramos convocasse os dois ao debate para explicarem aos parlamentares a necessidade da antecipação dos *royalties*. O governo não topou. E sabem por quê? Porque no fundo, no fundo fica a

interrogação: estes quase 2 bilhões de reais serão de fato investidos no Funprev? Não serão. Essa pressa toda do governo para abastecer o Tesouro estadual justamente em ano eleitoral e ainda dizer que é para injetar dinheiro no Funprev é conversa pra boi dormir, é história da carochinha!

Imaginem! Se fosse para atender o Funprev, o deputado Zé Neto não estaria tão nervoso, tão agoniado, dando esporro em presidente de sessão. Não estaria. Esse dinheiro tem outro fim. Já começo a achar que tal recurso de fato é para investir também na campanha do candidato do governador Jaques Wagner. Isso está claro. Fica evidente essa pressa porque temos ainda ao longo do ano... Estamos em fevereiro, e se poderia perfeitamente aprovar em março, abril, maio, junho. O problema não é esse, é que as eleições acontecem no início de outubro, e o governador do Estado, que tem seu candidato se arrastando nas pesquisas feito cobra, precisa de dinheiro mais ainda. Aliás, o Partido dos Trabalhadores se tornou especialista na compra de votos. Nunca na história deste Estado se comprou tanto voto, se aliciou tantos cabos eleitorais, se cooptou tantos deputados, nunca houve uma base governista com tantos adesistas como hoje na base do Partido dos Trabalhadores.

Ora, ora e ninguém vai para a base do governo pelos olhos azuis do governador! Pela sua barba e cabelos brancos! Ninguém vai para lá porque o governador é educado, é gentil, vai para lá buscando outros fins, espaços, cargos, obras. Mas uma coisa é certa, nunca se cooptou neste Estado tantos parlamentares, migraram rapidamente, deputado Yulo Oiticica.

E eu fico preocupado porque eles foram migrando e empurrando V.Ex^{as}, diminuindo o bolo de V.Ex^{as}, que ao longo do tempo comeram sal e tomaram poeira na cara, andaram de pau de arara. E agora chegou o pessoal de ônibus, logo nas primeiras poltronas, tomando o lugar daqueles que, ao longo do tempo, sustentaram essa bandeira.

De modo que fica muito evidente que essa agonia toda para a aprovação da PEC é para injetar recursos para a campanha do candidato do governador. É um fato de veras e profundamente lamentável. O próximo governador vai administrar sem esses recursos, porque o governador Wagner já quer antecipar.

Agora, você que assiste ao Canal *TV Assembleia*, você que está nas Galerias, colegas da imprensa, imaginemos um outro cenário, imaginemos o deputado Zé Neto na Oposição e que um governador nosso pedisse antecipação dos *royalties* pelos próximos cinco anos, vamos fazer essa imagem. Meu Deus do céu, quantas vezes ele já teria subido a esta tribuna para descarregar impropérios, ataques até kamikazes e suicidas. Esse é o cenário que nós estamos vivendo, a aprovação dessa PEC é irresponsável. Falta um pinga de amor por este Estado.

O projeto de poder do PT passa por cima de tudo e de todos. É uma locomotiva desgovernada, sai de baixo! É o governador Wagner pilotando essa locomotiva com os deputados da sua base, atropelando a tudo e a todos, porque o objetivo principal é chegar ao poder. Mesmo que isso custe a falência dos cofres deste Estado, mesmo que isso custe inviabilizar a administração deste Estado. O que está em jogo é chegar

ao poder. Nunca na história deste País um partido assumiu este Estado com a proposta clara de permanecer no poder, pelo poder, na busca pelo poder usando métodos não recomendáveis na vida pública. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, esta PEC é vergonhosa, é assustadora do ponto de vista ético, moral. Antecipar recursos do Estado que nós sabemos as dificuldades que estão aí aos olhos de todos os baianos. Um Estado onde a segurança pública vai mal. E eu desafio a fazer uma pesquisa. Este será o quesito onde o governo do Estado terá uma reprovação histórica, na área da segurança pública.

O crime organizado hoje dominou as comunidades mais carentes. Os moradores estão, infelizmente, ilhados, confinados. Os chefões dominando. Os policiais que moram nessas comunidades são obrigados a se retirarem e muitos têm vergonha de se identificar como policial. Não vestem a farda ao sair de casa.

Que Estado é este? E a morte? O assassinato, deputado Paulo Rangel, se tornou coisa banal. As pessoas perderam a forma de se indignar. Hoje uma professora foi fuzilada na Fazenda Coutos diante dos seus alunos às 10 horas. Enquanto ministrava aulas, a escola é invadida e a professora é fuzilada, deputado Bruno Reis.

Deputado Paulo Rangel, este é o retrato da violência em nosso Estado, seja qual for a forma. O que motivou o crime, mas isso leva a uma reflexão que é a questão da impunidade, porque falta, de fato, um policiamento, faltam investimentos na segurança pública.

A saúde vai muito mal. Você lê os jornais e o que mais nos entristece: baianos e baianas sofrem nas filas, mas o Partido dos Trabalhadores está preocupado é com a campanha. Não tem a sensibilidade de entender que o homem, que a mulher, o ser humano deve estar e deve ser prioridade. A prioridade é ganhar a eleição e para tal busca todos os meios.

Não é possível que um parlamentar governista, não lhe toque na alma e não fique sensibilizado de aprovar uma PEC como esta esdrúxula, onde visa basicamente abarrotar os cofres do Estado visando questões eleitorais.

Quem foi este partido? Quem mais falou de fisiologismo nas praças do que o PT? Quem mais reclamou da compra de votos do que este partido? Se ele fosse seguir a sua linha programática, com certeza, não apresentaria uma PEC como essa antecipando recursos.

Um outro assunto que é motivo de nossa preocupação é a questão do reajuste do servidor. A data-base, 01 de janeiro, não chegou aqui a Mensagem do governador, não chegou aqui o índice de reajuste do servidor.

E os sindicatos não reclamam. Os sindicatos não se manifestam. Cadê o outrora combativo PCdoB das ruas a reivindicar por esses servidores do Estado? Onde se escondeu o PCdoB? Onde estão as bandeiras que defendiam os servidores neste Estado, que nenhum parlamentar sobe nesta tribuna para cobrar o reajuste do servidor?

Deus dos céus! O que aconteceu com este Partido que sempre viveu a reboque do Partido dos Trabalhadores, que sempre viveu encolhido nas hostes do Partido dos Trabalhadores. Cadê esses sindicatos que não dizem, não falam, não publicam uma

linha sequer reivindicando o reajuste?!

É esta a Bahia que nós estamos vivendo! É esta a Bahia do faz de conta, de um partido que diz “a Bahia de todos nós”. Esta é a Bahia de “todos os nós”: é a Bahia do nó na saúde pública, é a Bahia do nó na segurança pública, é a Bahia do nó na educação pública. E, por falar em educação, este governo também é frágil na educação. Você sabe qual a peça principal dele para divulgar os feitos nessa área? O Topa. É ridículo! O governo deveria ter pelo menos semancol e esquecer essa questão, porque é pueril, é simplesmente tão frágil, tão tênue a sua tese de defesa do Topa!

Como é que num Estado como este o governo alega que seu principal investimento na educação foi este Programa do Todos pela Alfabetização?! Simples demais. Pelo amor de Deus! É um governo que não tem marca. É um governo que não tem posição. É um governo que impõe a sua vontade passando por cima do Regimento desta Casa, passando por cima de prazos, passando por cima da ética! Para o PT e para este governo o que importa é o poder, é o comando, é a chancela da força e da imposição.

Eu ouvia falar, deputado João Carlos, que o Partido dos Trabalhadores para buscar o poder passava por cima de tudo e de todos. Mas foi necessário viver no Parlamento, presenciar, observar que essa máxima é uma verdade. Aqui ninguém está preocupado... O governo não está preocupado com o bem-estar da população, e sim em encontrar os meios para se locupletar e se manter no poder, mesmo que para isso venha a depauperar e dilapidar os recursos deste Estado.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós há poucos dias assistimos aqui à reprovação desta PEC. Mas ela está de volta pela força, voracidade e fome deste governo em obter recursos para poder contrabalançar a fraqueza do seu candidato. O PT nunca foi um partido tão rico, tão milionário, tão endinheirado! Para isso faz qualquer negócio, o importante é chegar ao poder.

Encerrando as minhas palavras, ainda deixo um apelo meu por dever de consciência. Sei que na prática não vai adiantar, porque eles estão usando óculos de couro, não conseguem enxergar um palmo além do nariz. Mas, pelo amor de Deus, façam uma reflexão. Por mais que esse dinheiro possa de alguma forma beneficiá-los em suas bases eleitorais, reflitam. Esta PEC poderia ser melhor trabalhada, debatida.

A OAB questiona o aumento do IPTU em Salvador porque é inconstitucional. Não houve tempo de debater o assunto com a sociedade. Deus do céu! E nós nesta Casa não tivemos nem a oportunidade de debater e questionar os secretários da Fazenda e Administração sobre esta PEC. Será que a OAB vai entrar também na Justiça, indignando-se pela forma como esta PEC tramitou neste Legislativo, passando por cima dos prazos? Será que vai? Será que a OAB tem apenas um viés de prejudicar ou tentar inviabilizar a administração do prefeito ACM Neto? Ou a OAB tem uma visão ampla? Se tem, deve igualmente chamar para si esta luta, que precisa dos homens e das mulheres que querem o bem e torcem por uma Bahia melhor. E essa Bahia melhor passa pela não aprovação desta PEC.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Antecipar recursos por 5 anos? Isso é um crime, uma estupidez! E nós devemos deixar as nossas impressões digitais nesta PEC votando contra! Contra! Contra!

Obrigado, deputado Yulo Oiticica. E fica aqui a minha solidariedade, porque sei que V.Ex^a lá em Feira está sendo massacrado, pisoteado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Ouvi-lo é sempre um prazer, deputado.

Por permuta, com a palavra o próximo orador, o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, quero cumprimentar a imprensa e as pessoas que nos ouvem e assistem através da *TV Assembleia*. Estamos aqui discutindo a famosa PEC dos *royalties*, muito comentada por todos pela excrescência que é.

Pela primeira vez na história da Bahia... E aí o PT tem uma máxima: nunca antes na história da Bahia. Pois é, nobre Líder Zé Neto, nunca antes na história da Bahia nenhum governo teve a coragem de vender a receita do governo futuro. Este está tendo.

Eu me recordo muito bem quando um belo dia leio no jornal *A Tarde*, na coluna do renomado jornalista Levi Vasconcelos, que o deputado Gaban havia sugerido ao secretário da Fazenda que os recursos dos *royalties* fossem utilizados pelo Funprev. Concordamos, não há discordância em relação a este assunto. Pelo contrário. Apoiamos.

Porém, quando enviada a PEC para esta Casa, nós da Oposição sabíamos que paralelamente ao envio dela o governo da Bahia estava fazendo cotações em instituições financeiras, bancos por pretender antecipar a receita dos próximos 5 anos fazendo uma operação de crédito. Essa iria proporcionar que entrasse de imediato no caixa estadual algo em torno de 800 milhões, com um deságio na faixa dos 400, para que houvesse tal antecipação. Portanto, é um prejuízo para o Estado. Essa antecipação traz um prejuízo ao Estado.

Aí, todos nós ficamos de orelha em pé e resistimos à aprovação da PEC porque já sabíamos o que estava por vir. A intenção do governo era dar um golpe na Oposição, fazendo com que nós aprovássemos a PEC como se tivesse sido uma ideia da Oposição, e este governo, por se dizer republicano, aceitou a ideia de um deputado da Oposição.

Porém, Zé Neto, nós empurramos, empurramos, esticamos o prazo. Quando chega a última semana do ano de 2013, vem a esta Casa o projeto para autorizar o governo a realizar operação de crédito da venda da receita. Era esta a intenção do governo: dar um golpe na Oposição, alegando republicanismo, e iríamos aprovar a PEC, permitindo que usassem os recursos dos *royalties*. Depois, chegaria a esta Casa um projeto para antecipar a receita. Só que, o tempo todo, deputado Zé Neto, tivemos conhecimento, e conhecimento dado pelo então vice-presidente da Caixa, o ex-ministro, presidente do PMDB da Bahia, do nosso partido, Geddel Vieira Lima, que recebeu essa cotação lá.

E aí, nós fizemos nesta Casa, durante o final do ano, durante o mês de janeiro, um verdadeiro campo de batalha, que resultou, depois da insistência do governo, depois de mobilizar por diversas semanas consecutivas, varando a madrugada, até que naquele dia em que a PEC foi trazida ao Plenário, foi derrotada pela ausência de um deputado.

E a Oposição, pela primeira vez nesta Casa, conseguiu imprimir a primeira, a grande, a maior derrota que o governo Wagner teve na Assembleia Legislativa. Assembleia esta composta de ampla maioria da base do governo. Somos aqui bravos, resistentes, lutadores, corajosos, mas apenas 17 deputados da Oposição, enquanto a base do governo dispõe de 46 ilustres parlamentares.

Mas, naquela noite, o governo foi derrotado. Imaginávamos nós que não tivesse a coragem de enviar novamente esse projeto já neste período legislativo, mas assim o fez o governo. Encaminhou novamente a PEC. Varou-se madrugada já agora no mês de fevereiro para aprovar prioridade.

É tanta ânsia, é uma necessidade enorme, é algo tão inexplicável a aprovação desse projeto que nem sequer se respeita mais o Regimento, não se respeitam mais os prazos. Passa-se um verdadeiro rolo compressor. Mas isto, deputado Zé Neto, pode custar caro ao governo, a forma como o projeto tramita nesta Casa. Terça-feira, na CCJ, antes de concluir o prazo, realizou-se uma sessão ordinária na terça, quando deveria ter ocorrido na quarta.

O presidente, usando de poderes supra-regimentais, poderes esses impostos e delegados pelo Líder do governo, definiu a Ordem do Dia da comissão ao seu bel-prazer. Não havia aprovação de requerimento de preferência formulado por nenhum deputado. Não havia uma convocação extraordinária, feita pelo presidente, com fim específico de aprovação dessa matéria. Mas mesmo assim insistiram na aprovação. A Oposição alegou que dentro do princípio da proporcionalidade teria o direito à relatoria da PEC, não foi aceito.

A Oposição não concordou que a sessão fosse suspensa para a abertura dos trabalhos aqui no Plenário, mesmo assim o governo suspendeu a sessão. E aí, naturalmente, na hora da votação, depois de tanta ilegalidade, decidimos não validar esse processo. E isso nos permitiu que de imediato pudéssemos ir à Justiça, até porque todos os juristas que consultamos diziam que se não houvesse irregularidade na tramitação nem na forma, só restava ir à Justiça após a aprovação.

E o remédio jurídico para tal é a Adin. Se há erro de forma, aí cabe questionar a partir da realização e do cometimento do erro da forma. E o devido processo legal não foi respeitado nesta Casa. É justamente por isso que nós da Oposição vamos ingressar um mandado de segurança para tentar suspender a tramitação dessa PEC. Esperamos que a Justiça da Bahia, esta, sim, agora independente, agora sim, respirando novos ares, pode se posicionar com base na legalidade.

Temos como remédio último a Adin. Sabemos, nobre deputado Bira Corôa, da ânsia dos Srs. Deputados nos meses de janeiro e fevereiro, flagrante e evidente agonia da base para aprovar esse projeto. Deputados que ficaram aqui toda a semana, varando a madrugada, esperando o dia da apreciação da PEC. E diante dessa postura

dos deputados da base do governo, terça-feira, na CCJ, só há uma resposta para tanta angústia: este dinheiro da antecipação dos *royalties* não é para fundo de previdência nenhum, esse é o dinheiro dos convênios para cooptar o apoio dos prefeitos, para muitos deputados que já não tem mais o que dizer aos seus prefeitos puderem levar algum recurso para os municípios.

Todo dia passa um prefeito da base do governo em meu gabinete, dizendo que o deputado fulano de tal tem um compromisso de liberar a obra tal, o convênio tal, e se a obra não sair até junho, que posso ficar tranquilo pois serei o deputado dele. Não é só um, dois ou três, são vários. Essa é a explicação pela qual o governo quer tanto que esses recursos entrem nos cofres públicos.

Ora, pergunto a V.Ex^{as}: esta Casa já autorizou este governo a contrair operações de crédito da ordem de 15 bilhões de reais. E a gente pergunta: Onde está o dinheiro, Zé Neto? Cadê o dinheiro, Zé Neto? Que grande obra, que grande projeto, que grande realização esse governo fez com as operações de crédito que esta Casa autorizou? Ninguém vê, ninguém sabe, ninguém nunca viu.

Se você vai ao Oeste da Bahia, não há lá grande realização; ao Norte e Nordeste também não; ao Sudoeste, também não; ao Sul, também não. Chega em Salvador e Região Metropolitana, também não. São pouquíssimas obras para um governo que se diz aliado, parceiro, compadre de Lula, primo-irmão de Dilma. São poucas realizações, poucos investimentos.

Em vez de conversa, primeiro, faltou a esse governo projeto, depois, capacidade política para ir buscar os recursos junto ao governo federal. Tomou um verdadeiro olé, um verdadeiro banho, dos vizinhos Pernambuco e Ceará de partidos diferentes da presidente da República, quando optou pelo inchaço da máquina pública, dobrou os gastos com custeio a partir do momento em que se elevou os gastos com REDAs, com PSTs, com cargos comissionados, com locações de imóveis, de veículos, para atender as 31 secretarias que passaram a existir, quando apenas 19 eram a quantidade do governo anterior.

Desse dinheiro das operações de crédito, foram utilizados para custeio, para custear uma máquina pública que é evidente que está falida, com um rombo de mais de 2 bilhões e 600 milhões de reais.

Onde já se viu um governador do Estado ligar para um prefeito, como ligou para o prefeito de Feira de Santana pedindo para ele pagar os salários dos servidores do Hospital Clériston Andrade para o hospital não fechar porque estavam há mais de 3 meses sem receber o salário?

Tem empreiteiro que este governo já quebrou. Conheço empresários de terceirizadas, de empresas de terceirização de mão de obra, que entregaram já os contratos ao Estado porque estão sem receber a repactuação e sem receber os pagamentos há mais de 3 meses.

Infelizmente, essa é a triste realidade do Estado. Um Estado que era exemplo na área fiscal, um exemplo de equilíbrio fiscal das suas contas. Já aplicávamos a Lei de Responsabilidade Fiscal aqui na Bahia muito antes da sua existência. Quando a lei veio, não precisou se adequar nada porque aqui já estavam em prática os seus

fundamentos. Só foi esse governo assumir e virar um verdadeiro mangue, um verdadeiro desequilíbrio. Perderam a condição de gerir o Estado. Hoje, só fazendo milagre, só fazendo mágica, o governador Jaques Wagner vai conseguir fechar as contas desse ano.

Como se já não bastasse utilizar os recursos das contas vinculadas, das contas que foram abertas especificamente para celebração de convênios, esses recursos que foram desviados para o custeio, fizeram com que hoje na Bahia, por onde nós andarmos verifiquemos que é um celeiro de obras paralisadas. Triste Bahia, melancólico fim de governo!

E aí quer ter o apoio da Oposição para aprovar uma PEC que se de um lado dá prejuízo ao Estado, porque vamos perder receita, por outro inviabiliza a gestão futura. Chego a conclusão de que o PT está convencido de que este ano será derrotado nas urnas. Será derrotado e, para tanto, pretende inviabilizar a gestão do próximo governador. Só podemos fazer essa avaliação neste momento. Como é que pode, um governador que foi eleito para governar quatro anos, reeleito para governar por oito anos, e pretende administrar com recursos de 12 anos. Quer governar com a receita do gestor seguinte! Isso é uma vergonha, é lamentável, é um absurdo! Mas pensem num absurdo, a Bahia tem um precedente. E hoje estamos diante de mais um grande absurdo que será cometido nesta terra, Sr. Presidente.

E é por isso que nós, da Oposição, iremos votar não, não e não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado Carlos Gaban. V.Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos aqui mais uma tarde discutindo a tramitação de uma PEC. Mas na tramitação de uma PEC temos que analisar vários pontos. Não é a PEC, em tese, que incomodaria a Oposição. O governo foi derrotado pela sua base no final da legislatura passada na primeira tentativa de aprovar essa PEC. E foi derrotado pela base por uma razão muito simples. Porque com a aprovação da PEC, tinha já um projeto em tramitação que anteciparia os *royalties* do petróleo do futuro governo para tapar a Fonte 00, hoje chamada Fonte 100. O que é essa fonte? É onde todos os recursos arrecadados pelo governo são depositados.

E o governo se mostra, meu caro presidente Yulo, tão inseguro na sua argumentação que acaba fazendo deslizes irre recuperáveis. Senão vejamos. Primeiro, dizem, e é verdade, que existe um rombo na previdência. Conheço esse caso muito bem. Fui, durante vários anos, representante da Assembleia Legislativa no Conselho de Previdência do Estado. À época, inclusive, em que o próprio atual secretário da Fazenda era, como secretário de Administração, o presidente dessa comissão. Sei do problema existente. Tanto é que a sugestão, volto a insistir, para a utilização dos *royalties* do petróleo foi minha e acatada pelo secretário Manoel Vitória. Tentei dar a contribuição da Oposição ao governo para preservar o recebimento dos proventos daqueles que dedicaram sua vida ao serviço público do Estado da Bahia e na hora em

que mais precisam, que é a hora que estão aposentados, correm o risco, se nenhuma providência for tomada, de não receberem os seus proventos.

Qual a razão principal desse rombo da Previdência? O que mantém um sistema de Previdência é o equilíbrio entre os que estão aposentados e os que estão na ativa. A contribuição dos que estão na ativa deveria ser suficiente para pagar os proventos daqueles que se aposentaram. Temos que ser coerentes, esse rombo não é de agora, esse rombo vem de alguns governos, é óbvio e o governo Wagner contribuiu e muito para isso.

Primeiro, ele é o recordista nordestino disparado do Estado da Bahia em número de cargos de confiança. É o segundo lugar no Brasil em número de cargos de confiança. Para aqueles que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, o que são cargos de confiança? São aqueles de livre nomeação do Exmº Sr. Governador do Estado. A Bahia é o segundo lugar do Brasil, primeiro do Nordeste, disparado, e segundo do Brasil em número de cargos de confiança. Não bastasse isso, o governo do Estado da Bahia continua insistindo, ano após ano, na contratação dos REDAs e dos PSTs.

Não se faz concurso público no Estado da Bahia. E olha que estamos falando de 7 anos de um governo do PT, que quando estava na oposição defendia e era lógico, era prudente, era pertinente que se fizesse concurso público – até para dar a opção àqueles e a maioria dos quais com muita dificuldade de seus pais, sobretudo aqueles que vivem no interior do Estado, muitos pais não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, mas, repito, com muito sacrifício dos pais, deram essa oportunidade aos filhos – mas quando se formavam ficavam frustrados por não terem a opção de entrar no governo porque não há concurso público.

A população, em consequência, podemos assim chamar, dos servidores públicos do Estado está envelhecendo, é normal. Tinha que ter concursos públicos para ir renovando à medida que uns vão se aposentando. Com isso se teria um equilíbrio maior. À medida em que se contrata através de REDA ou PST, esses não contribuem com o sistema de Previdência e o rombo vai aumentando.

Se quisermos fazer uma análise, apenas como exemplo, a nossa assessoria fez um levantamento da saúde no Estado da Bahia, e conseqüentemente a precarização das relações de trabalho em termos de Secretaria da Saúde, a contratação de médicos e enfermeiros na administração do governo Wagner tem sido constante. Como é que ele tem feito? Ele inclusive contradiz com vários dispositivos legais resultando na má qualidade de atendimento à população. Por quê? Porque a Sesab vem desde 2007, início do governo Wagner, contratando ou pelo Reda, que já falei, ou através de credenciamento – aí é que está o problema – de pessoas jurídicas e com entidades beneficentes, que ele contrate os médicos e enfermeiros. Essas contratações de credenciamento de pessoas jurídicas como entidades beneficentes têm o prazo máximo estabelecido pela legislação de 180 dias. E teria que ser precedido de uma medida emergencial que justificasse essa contratação.

Mas acontece que esta urgência não tem havido. A forma excepcional não tem sido respeitada. Ao arrepio da lei, a Secretaria da Saúde do Estado, desde 2007, vem

ampliando, irregularmente, os prazos para ter mais 365 dias, ou seja, um ano. Quando se encerra esse um ano, eles renovam o contrato por mais um ano.

Não há a preocupação com a qualidade e com a legislação em vigor. Repito, a lei é muito clara! O prazo máximo é de um ano! Meu caro deputado Mario Negromonte Júnior, V.Ex^a é advogado e sabe que o prazo máximo, estabelecido em lei, para essas contratações, para entidades filantrópicas ou pessoas jurídicas, é de 180 dias. Não sou eu quem está dizendo. Isso está dito na lei em vigor em nosso País. E o governo desrespeita esta lei. Desde 2007, a Sesab faz isso irregularmente.

A política da Sesab é terceirizar tudo, ou seja, não só a gestão dos hospitais, mas, também, a contratação, como eu disse, de profissionais da saúde pelo credenciamento de clínicas, através de cooperativas e entidades, tal qual a recordista Fundação José Silveira. Essa fundação é a recordista, é a que abocanha maior número de contratações do Estado e sem licitação.

O Tribunal de Contas não faz nada, quer dizer, aponta, mas não penaliza.

A Bahia, infelizmente, foi citada, de maneira que nos envergonha, em matéria do *Fantástico*, na qual uma dessas empresas terceirizadas, cuja gerente foi flagrada e presa e disse que tinha muitos contratos com o governo do Estado da Bahia.

O que aconteceu? Nada, porque não se pune na Bahia!

A esperança que temos é com a atual renovação do Tribunal de Justiça, muito boa por sinal.

A ex-ministra e corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, disse, textualmente, sobre isto. E ela conhece isso muito mais do que nós, porque ela teve acesso a muitas documentações de todos os poderes constituídos em nosso Estado. O Poder Executivo, ou seja, o governo Jaques Wagner, cooptou, segundo a ministra Eliana. O Judiciário, de alguns anos atrás, cooptou. O Ministério Público cooptou o Tribunal de Contas. A ministra Eliana Calmon tem todos os dados necessários para fazer esta afirmativa. Quando vemos essas defasagens, nós nos assustamos. Por quê? Porque eles aplicam dinheiro. E, em muitas dessas, digamos, contratações do governo, sabem o que eles fazem? Eles pegam o médico e o transforma de pessoa física para pessoa jurídica. Assim é fácil! Qualquer pessoa pode constituir uma empresa jurídica pessoal. Isso é facilíssimo! Consegue-se isso em poucos dias. E, assim, contrata-se.

Mas, ao mesmo tempo em que se contrata, eu pergunto: cadê o cuidado com os hospitais? Qual o critério ético que o médico tem para chegar ao hospital sem ter a UTI necessária? Qual a estrutura que se tem para operar com condições de higiene para os pacientes?

Chegamos ao ponto de observarmos que o próprio Ministério Público entrou com uma ação bloqueando recursos do governo para que a Secretaria da Saúde pagasse os 220 milhões que estavam devendo aos fornecedores de medicamentos.

Então, os médicos são contratados de maneira equivocada e irregular, desrespeitando a lei. Tais contratações deveriam ser de, apenas, 180 dias. A Fundação José Silveira é a recordista dessas contratações, pois elas já vêm desde 2007. Na realidade, são 180 dias! E parece que ninguém sabe fazer conta.

Passam-se os anos e as irregularidades continuam.

Os médicos não têm os hospitais, na maioria dos casos, em condições de atender à população. Não há medicamentos adequados! Quem paga o pato? A população. Quem é o prejudicado? O fundo de previdência dos servidores.

A medida que o governo contrata essas entidades elas não têm contribuição para o fundo de previdência. E essa inconsistência do governo fica mais evidente, mais notória e contraditória na medida em que o Plenário desta Casa aprovou, como foi aprovado no Congresso Nacional, as emendas impositivas no valor de 1 milhão e 200 para cada parlamentar, como somos 63 e multiplicando dão 75 milhões e 600. De onde o governo retirou o dinheiro?

Tivemos uma reunião a qual participei representando a Oposição. Participaram também o subsecretário de Planejamento do Estado da Bahia, Sr. Cláudio e dois técnicos; o Líder do governo, deputado Zé Neto; e o deputado Paulo Câmera. Lamentavelmente, esqueceram-se de avisar o deputado João Bonfim. Eu que liguei para o deputado João Bonfim, que estava na estrada. Deputado, V.Ex^a não participará da reunião? O relator das emendas impositivas do orçamento do Estado! “Deputado Gaban, eu ouvi falar, mas não me chamaram para participar da reunião”.

Vejam como o governo do Estado trata as questões importantes. O relator do orçamento do Estado não foi chamado para participar da reunião com o subsecretário de Planejamento e técnicos daquela área. Essa é a maneira como o governo tem tratado o Legislativo, com falta de respeito. Não se chama o relator!

Mas mesmo com a ausência do relator, ficou decidido por aqueles que participaram da reunião que as emendas impositivas, no valor 75 milhões e 600, seriam retirados de onde os recursos? Da Fonte 100, antiga Fonte 00. Por quê? Porque é onde todos os recursos arrecadados pelo governo são depositados. Então, as emendas impositivas deveriam sair de lá, e foi isso o acordado.

Para a surpresa, a hora em que vem o relatório pronto da Casa Civil, porque os relatórios da administração do governo Wagner, que chegam à Casa, nenhum é elaborado pelo Legislativo. Nenhum relator teve a oportunidade, no governo Wagner, de emitir seu parecer. Todos os pareceres vêm prontos, de última hora, elaborados pela Casa Civil do governo Wagner.

O deputado João Bonfim ler aqui o que vem pronto da Casa Civil, como todos os relatores que são designados, de última hora, pelo presidente da Casa. O deputado João Bonfim na hora em que leu nem ele próprio sabia, coitado! Viu que estavam as emendas impositivas e o governo mudou de ideia. O chefe da Casa Civil provavelmente, porque veio de lá, tirando do Fundo de Previdência. Pelo amor de Deus! Se há rombo, por que tirar 75 milhões e 600 de emenda impositiva de deputados do Fundo de Previdência? E está querendo justificar, com essa PEC, recursos para cobrir esse Fundo.

Se há rombo, o governo aumenta o rombo por emendas impositivas de parlamentares! Pelo amor de Deus! Muito mais importantes do que nós 63 são os milhares de aposentados, inativos, que prestaram seus serviços ao Estado. E agora contribuímos para aumentar o rombo. É contraditório!

Eu me assusto ainda mais quando vejo, e aí afirmo, que se o secretário da Fazenda e o governo Jaques Wagner tivessem segurança, a mínima segurança ou a mínima consistência nos seus argumentos...

Eu pergunto: por que o Exmº Sr. Governador, em vez de chamar só a Bancada do governo para o café, para dar um puxão de orelha, como vários deputados me disseram, um apertão, uma dura, uma ameaça, inclusive de não ceder legenda para concorrer nas próximas eleições aos deputados que não viessem votar a PEC...

Ele não admitiria outra derrota, porque é importante para o governador ter esse dinheiro para cobrir o seu rombo.

Mas, com o secretário, realizou uma reunião fechada, o que deveria fazer, se tivesse segurança, com os 63 parlamentares. Ele, se tivesse argumentos, poderia convencer-nos. Mas, não, fez uma reunião fechada com a base.

Aí, eu pergunto: Quem está mentindo? É o Líder do governo, deputado Zé Neto, que leu algumas das planilhas que, parece-me, foram apresentadas pelo secretário da Fazenda na reunião fechada, num café da manhã com o governador, e apresenta um rombo no sistema de previdência de R\$ 2 bilhões e 400 milhões.

Quem está errado? Porque se pegarmos as contas e o balanço do governo publicados no *Diário Oficial*, o demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime dos servidores públicos de janeiro a dezembro de 2013, o relatório diz que o rombo na previdência no ano de 2012 era de R\$ 1.067.691.507,00. Então, o rombo, conforme publicado no *Diário Oficial*, para dezembro de 2013 não é os R\$ 2 bilhões e 400 milhões relatados pelo Líder do governo, Zé Neto. Está publicado aqui que é de R\$ 1.290.992.618,00.

Quem está mentindo? É mais um relatório inconsistente como os demais que o governo publicou nos 1º e 2º quadrimestres de 2013? É isso que está errado, ou está errado o Líder do governo?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- É isso, meu querido deputado Yulo Oiticica, que o governo tem que explicar. Como é que o Líder do governo apresenta um rombo duas vezes maior do que o publicado pelo próprio governo em janeiro de 2014? Não pode!

E o secretário da Fazenda, que é um técnico – reconheço a competência dele –, deveria ter feito, se tivesse segurança, uma reunião com os 63 parlamentares e apresentaria para todos nós o que apresentou só para a Bancada do governo. Haveria o contraditório e ele teria a oportunidade, se fosse o caso, de nos convencer. Mas perdeu a oportunidade. Eu só posso entender que fez isso porque não tem segurança do que está falando.

E os dados apresentados pelo Líder do governo, totalmente diferentes daqueles publicados, mostram a inconsistência do próprio governo ao admitir a necessidade de cobrir o rombo da previdência, necessidade que é contraditada por retirar do Fundo de Previdência recursos para as emendas parlamentares impositivas, aumentando o rombo de R\$ 1 bilhão e 200 milhões.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Antes, deputado Gaban, permita-me registrar a presença do companheiro Erisvaldo Vieira nas Galerias Paulo Jackson, ele que é representante da cidade de Medeiros Neto, no Extremo Sul da Bahia. É um prazer tê-lo aqui, meu companheiro.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Paulo Rangel: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Quer falar antes de mim, deputado Paulo Rangel?

Para V.Ex^a não ficar bravo, porque hoje está meio bravo comigo, não sei por quê, se quiser falar antes de mim, eu permito.

Deputado Paulo Rangel, acho que temos que manter o respeito entre nós, parlamentares, independentemente das posições político-partidárias, das provocações, que são normais.

Eu entendi, por isso contestei V.Ex^a várias vezes, que V.Ex^a teria dito que eu, quando presidente da Casa, mandei marcar os votos. Por isso fiquei chateado com V.Ex^a, porque fui eu quem inaugurou a participação proporcional dos deputados na Mesa Diretora quando fui presidente. Fui eleito presidente numa votação de consenso na Casa, porque dei oportunidade para a Oposição.

Entendi que V.Ex^a teria dito que foi na minha gestão a marcação de votos. Mas V.Ex^a teve o cuidado, por isso quero parabenizá-lo, de pegar as notas taquigráficas. E V.Ex^a apenas citou que eu fazia parte da votação, como deputado, quando se fez a marcação aqui, mas não que aconteceu na minha gestão. Então, peço-lhe desculpas, apesar de V.Ex^a dizer que não é necessário, porque eu havia entendido errado. Mas fica feito o registro.

Meu caro presidente Yulo, a minha questão de ordem, na realidade, é porque sabemos das dificuldades. Por isso solicitei a V.Ex^a, de uma maneira séria, que deixasse o pessoal do corpo médico da Casa de prontidão hoje. Essa votação vai até tarde. O Líder do governo, deputado Zé Neto, está fora de si, está desequilibrado, a pressão dele deve estar estourando.

O que ele fez com o deputado Álvaro Gomes hoje!... Eu pensei que fosse bater no deputado Álvaro Gomes, que estava presidindo a sessão. Bateu a mão na Mesa, apontou para o presidente.

Ele está transtornado. Ele passou por ali e eu fiquei meio de lado, porque se não sair da frente ele atropela. Brigou com o deputado Paulo Azi, com o deputado Elmar. Ele está transtornado, até entendo, por causa do puxão de orelha que o governador deu na Bancada.

Essas coisas vazam, porque aqui, independentemente de posições político-partidárias, somos companheiros, colegas e os próprios deputados se sentiram constrangidos pela chamada que o governador lhes deu: “Vocês têm que votar. Se não votarem, os partidos não vão dar nem legenda para vocês concorrerem a deputado”. É o que eles dizem.

Então, por isso que hoje são monitorados por GPS, deputado Paulo Azi e meu querido Coronel Santana. Com o monitoramento, a Casa Militar fica sabendo onde

cada um dos 47 deputados da base do governo está hoje. Alguns desligaram o celular, outros deixaram o aparelho em um lugar e foram para outro, já me disseram. Nem aqui estão, mas, para não serem localizados, fizeram isso.

Então, até entendemos a posição do Líder, Zé Neto, porque é uma tremenda pressão. Imaginem todo o desgaste que ele já teve, não por culpa dele, naturalmente, mas pelo descontentamento da base do governo, que não se sentiu em condições, por dever de consciência, de pegar um dinheiro que deveria ser para o Fundo de Previdência e utilizar para tapar o rombo das contas do governo.

Até porque, se pegarmos o próprio balanço publicado pelo governo do Estado, a Fonte 100 mostra um rombo de R\$ 2,180 bilhões... arredondando, R\$ 2,2 bilhões. No fim, a contabilidade está zerada. Então, de onde está tirando dinheiro? De *royalties* do petróleo, de convênios e outras coisas que vimos denunciando.

Então, o apavoramento e a situação desesperadora do Líder do governo é extremamente compreensível. Não tem como ele convencer alguns deputados com consciência a virem aqui votar uma coisa que não é para salvar os inativos, é para salvar as contas do governo Wagner agora, no ano de 2014.

E como o descontentamento é muito grande, vemos a ausência constante dos parlamentares. Nesse sentido, meu querido presidente Yulo, eu solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticia):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticia):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, em virtude do pedido de verificação de quórum do deputado Gaban, queria convidar todos os deputados da base do governo a se fazerem presentes a este Plenário. Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, em seus gabinetes, nos corredores, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, feito pelo deputado Gaban.

Solicito que V.Ex^a zere o painel e marque os 15 minutos regulamentares, prevendo o restabelecimento do quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticia):- Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas que se encontram em seus gabinetes, por favor compareçam ao Plenário imediatamente.

Peço que zerem o painel para que possamos verificar o quórum para a continuidade da presente sessão.

Solicito, portanto, que o deputado Gaban e o deputado Paulo registrem suas presenças.

Os Srs. Deputados presentes ao Plenário que queiram registrar suas presenças, por favor, o façam.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticia):- Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, quero aproveitar esse período para fazer uma comunicação inadiável, como Líder do PSD, que seria também um convite a todos os colegas deputados. Quero convidar todos para o primeiro pré-Carnaval que acontecerá no Bairro de São Cristóvão. Isso nunca aconteceu lá, um bairro que as pessoas questionam muito sobre violência, então, é importante levarmos esse entretenimento para toda a comunidade local. E convido V.Ex^{as} que puderem participar. Será no domingo, às 14h.

Contamos com a colaboração da prefeitura – Guilherme Bellintani, da Saltur, que promove o carnaval em diversos bairros, está ajudando a comunidade de São Cristóvão –, e do governo do Estado da Bahia, fazendo o policiamento. Alguns parceiros do próprio bairro também estão colaborando.

Então, quero convidar, aqui, V.Ex^{as} que queiram participar. Estará lá a Banda Raça Pura, de braços abertos, para todos aproveitarem esse primeiro pré-Carnaval, que começa a ser inscrito na história da cidade, do Carnaval de Salvador. Com certeza, no ano que vem já estará sendo oficializado no circuito de pré-Carnaval.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Feito o registro de V.Ex^a, deputado Alan Sanches.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, pedi a questão de ordem para fazer um apelo, mais uma vez, aos deputados, para que possamos ganhar tempo.

Existe, aqui, um projeto importante para o governo, uma PEC, a ser votado e é necessário que os deputados venham ao Plenário para que possamos dar continuidade à sessão. Temos que manter, no mínimo, 21 Srs. Deputados em Plenário para que possamos agilizar o processo de votação.

Portanto, Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos corredores, foi feita uma questão de ordem pelo deputado Gaban, que pediu uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Falta apenas um Sr. Deputado para que a sessão possa continuar.

A deputada Neusa Cadore está chegando.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Restabelecido o quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado Coronel Gilberto Santana, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Exm^o Sr. Presidente, deputado Yulo Oiticica, Srs. Deputados, mais uma vez estamos discutindo esse projeto da PEC, que já foi desautorizada, não foi aprovada no exercício anterior, e o governo insiste em apresentá-la novamente. E apresenta de uma forma que nos deixa preocupados sobre o porquê dessa urgência do governo. Houve a tramitação ao chegar na Comissão de Constituição e Justiça. Os prazos seriam encerrados ao meio-dia para esperar as emendas que seriam apresentadas. E, após isso, haveria a indicação do relator. Surpreendentemente, a Casa muda o expediente desta Assembleia, porque o

normal é toda às sextas-feiras encerrar às 13 horas. Especificamente nesse dia foi prorrogado o expediente para 18h, qual a razão não sabemos. Depois é que foi indicado o relator. E o que é impressionante, é que em poucas horas o relatório já estava pronto, e foi publicado no Diário Oficial do dia seguinte.

Vê-se que existe uma pressa, e essa pressa é que deixa os deputados de Oposição preocupados. Até porque é de grande responsabilidade essa mudança do artigo da Constituição onde o governo vai comprometer o outro governo que assumirá a partir do ano de 2015, porque as receitas normais que o Estado tem – e esse governo quer captar recursos antecipadamente, no valor de R\$ 2,710 bilhões, dizendo ele que esses recursos seriam para injetar na Previdência do Estado.

Surpreendeu este deputado que quer aqui dizer aos senhores que, após a aprovação da emenda impositiva, o governo vem dizer que faltam recursos para a Previdência e retira-os dela para atender o que foi decidido por esta Casa sobre a emenda dos deputados. E aí vem a interrogação: por que o governo quer recursos já que ele tirou da Previdência? Por que colocou em outro destino? E hoje diz que a Previdência está falida. Precisamos ter um pouco de cautela nesses projetos que o governo envia. Sabemos que aqui existem 46 deputados que cumprem as determinações do governo, mas temos compromisso é com o Estado da Bahia, com os baianos, não é com o governo. É por essa razão que devíamos discutir mais esse projeto. Precisa abrir mais o leque desse projeto para se ver o alcance disso e por que isso, porque tem consequências sérias. Primeiramente precisamos saber se vai ser aplicado nesse fundo mesmo, porque traz dúvida, a partir do momento em que o governo retirou recursos da Previdência para atender a emenda impositiva. Então, já há suspeita de uma situação que não deixa claro o que é para o fundo realmente.

A outra, é o comprometimento de um próximo governo que começa em 2015 e que vai ter uma receita comprometida nos quatro anos do próximo governo. Então, precisaria ser mais discutida e analisada.

Esta Casa tem atendido várias demandas do governo – acredito que quase R\$ 15 bilhões já foram autorizadas por esta Casa, pelos deputados para buscar investimentos, recursos, empréstimos, mas o governo continua insaciável. É um governo que não se satisfaz com o que chega, com o que tem. Sempre são poucos os recursos que chegam a ele. O Orçamento do Estado, que é um grande orçamento, é pouco. E ele vai captar mais recursos fora, através de empréstimos, e ainda é pouco. Vê-se que o governo não tem gestão séria na parte orçamentária, na parte financeira.

A gestão do governo está provada que é uma gestão duvidosa, até porque na Secretaria da Fazenda já houve a mudança de vários secretários, e até hoje não acertou com eles. Algo está errado nesse governo. Algo existe de errado. E os deputados estão aqui para fiscalizar, para acompanhar, para ver qual a finalidade desses recursos, mas preferem se calar, preferem fechar os olhos, preferem cumprir ordem do seu superior, o governo do Estado e, cegamente, aqui aprovar o que ele manda sem sequer analisar o que vai trazer de consequências para a Bahia e para os baianos.

Qual é a missão os deputados desta Casa? Deixa de existir. Deixa de ser,

obviamente, aquela missão para a qual fomos eleitos para estarmos aqui. Fomos eleitos para fiscalizar o Poder Executivo, para ver os recursos serem aplicados com transparência, para ver o povo mais feliz e os recursos sendo multiplicados, estendendo-se para outros investimentos. Ao contrário, o governo gasta de uma forma rápida, chega ao ponto de perder até o controle, tendo de empenhar recursos além do que está previsto no Orçamento. Quando vai baixar as contas, vê que empenhou bem mais. Aí, desfaz o empenho, a liquidação, para fazer o equilíbrio receitas-despesa, deixando pessoas que trabalham para o Estado, como os PSTs e empresas que prestam serviços, sem receber seus pagamentos. E vejam, senhores, quantas empresas devem ter falido em razão de o governo não cumprir suas obrigações.

Por outro lado, estamos vendo obras iniciadas pelo governo sem continuidade. O governo prometeu construir uma ponte em Ilhéus, assinou a ordem de serviço, mas está lá somente uma placa, e a obra nem sequer começou. O governo autoriza a construção de uma barragem para o abastecimento de água em Itabuna, e a obra está lá paralisada porque não cumpriu o contrato assinado com a empresa.

Tudo o que se passa com esse governo é débito. Dizem que tem um débito de mais de R\$ 2 bilhões com serviços já prestados ao Estado, e o governo continua a dever a essas empresas. E isso traz multiplicação de problemas, porque, para pagar aos seus funcionários, elas deixam de pagar a outros fornecedores, não cumprem outras obrigações que têm, e o governo fica paralisado, sem nem sequer cumprir o que foi acertado nos contratos.

Em relação à barragem de Itabuna, a empresa teve de entrar na Justiça para devolver as obras, porque o governo não queria recebê-las nem queria cumprir as suas obrigações, assumidas no contrato. Repito, não queria receber a obra de volta nem cumpriu as suas obrigações contratuais. A empresa recorreu à Justiça para que esta autorizasse o Estado a receber a obra de volta por quebra de cláusula do contrato.

Nós, deputados, diante da pressa desse governo... E aí vem a questão: se são interesses políticos ou pessoais, o que é que está ocorrendo com isso? Porque , quando se fala em política, leva-se à dúvida.

Temos aqui dois partidos disputando a vaga de candidato a vice-governador – um deputado do PP e outro do PDT –, por isso a necessidade de se votar urgentemente esse projeto. Se deixarem para aprovar depois da decisão, da escolha, com certeza vai haver uma insatisfação daqueles que não foram escolhidos, e aí vai ter um basta neste governo. E este quer, realmente, agilizar os seus projetos para que amanhã não dependa mais de ninguém. Quer recursos, quer dinheiro para fazer política ou até mesmo dar outros destinos, como vemos, duvidosos.

Quantas ONGs recebem recursos que não têm cabimento. Vemos a saúde sofrida, pessoas morrendo. Vi na televisão uma senhora, em Queimadas, passando mal no hospital, e esse hospital fez a regulação para trazê-la para um centro maior, porque lá não havia condição de atendê-la. E essa senhora morreu naquela cidade sem nem sequer o governo providenciar a sua transferência para uma cidade maior, onde ela pudesse ter a sua vida salva.

Vemos como as pessoas morrem por aí por falta de atendimento, por falta de

uma atenção que o governo devia ter dado à saúde. Mas há dinheiro para desviar para as ONGs de que ninguém conhece a origem, ONGs que ninguém sabe se estão investindo, realmente, na finalidade a que foi destinado o dinheiro. E aí se deixa o Estado da Bahia passar por esta situação que estamos vendo.

Se é a segurança, da mesma forma. Hoje mesmo, tive de dar uma entrevista a uma rádio de Teixeira de Freitas, onde o clamor é contra a violência que está por lá. Se é em Itabuna, na semana passada, fechou-se o comércio, paralisaram-se escolas pela violência que está campeando lá. Se é na cidade de Buerarema, está lá o governo incentivando pessoas que se dizem índios a ocupar propriedade de pequenos produtores. A inquietação está lá naquela cidade, naquela região, e o governo se omite de tomar decisões sérias, equilibradas, sensatas, que venham, realmente, engrandecê-lo, engradecer a nós, políticos, que estamos aqui para ajudá-lo e fiscalizá-lo. Mas o governo não se preocupa com isso, é um governo que está tranquilo, nada faz e nada pretende fazer. Vemos estradas que ele fala que fez recentemente. A estrada que liga Ponto do Astério a Ibicuí, feita por esse governo, já está lá, intransitável, cheia de buracos. Uma empresa ganhou uma fortuna para fazer e fez uma estrada sem colocar um material de qualidade, está toda esburacada. Essa estrada é fácil fazer, ele fala que construiu quilômetros de estrada, mas vai durar quantos meses ou quantos anos?

É fácil fazer obras dessa forma, obras políticas que vão apenas buscar o voto do eleitor, e o governo vive a plantar o sonho nessas pessoas que têm uma aspiração e o desejo de ver uma Bahia melhor.

Fala-se agora em construir a ponte Salvador-Itaparica. É um sonho dos baianos, do pessoal que reside no Recôncavo, que mora na capital, mas o governo apenas vende sonhos, começa a se aproximar a eleição e começa a levar os sonhos para os baianos, prometendo mundos e fundos, e nada é cumprido.

E o que mais me surpreende é que esses recursos o governo usa de forma desequilibrada com publicidade, e de coisas que nem ele fez, que vêm do governo federal, é a ferrovia, Minha Casa, Minha Vida, e o governo do Estado divulga como se fosse uma coisa dele, uma ação dele. Pelo amor de Deus! Como é que vamos ficar aqui calados e esperar esse governo a vida toda fazer essas promessas, essas divulgações, essa enganação, e 46 deputados aqui calados, só dizendo amém. Será que os baianos estão satisfeitos conosco, os deputados? Com a ação desses deputados que vieram aqui para defendê-los e levar ao governo as propostas das suas regiões? Eu, como deputado, entendo que estou aqui para ser um porta-voz de uma comunidade, da região que represento, junto ao governo do Estado, levar as suas ansiedades e os seus desejos, mas o governo não dá importância.

Várias reivindicações foram feitas ao governo do Estado, mostrando o que aquela região deseja, e o governo nada faz, não se preocupa em mostrar que o baiano tem que estar feliz. O governo quer fazer política e ganhar na tora como diz a história, impondo o candidato da forma como ele quer, sem critério, sem escolha, há pessoas de bem na política, mas ele escolhe um em que ele vai mandar, pessoas que sabemos que têm capacidade de governar o Estado, que já passou pelo governo, mas

não têm opção. Ele vai colocar o que vai ser um teleguiado, e aí temos que ver o quê? O que o baiano vai esperar deles? A resposta virá, teremos como dar a resposta em outubro, o baiano vai dar resposta a esse governo que não tem amor pela Bahia, que não tem respeito pelo baiano, que faz vender apenas sonhos e ilusões, promessas, e a gente a esperar, a esperar e a esperar.

Esperamos que esta Casa possa ter sensibilidade, que não venha a aprovar um projeto desses, que não venha a deixar o governo com essa fome de recursos, com essa insaciável fome de dinheiro, e vamos avalizando esses recursos e vamos ver o Estado no fundo do poço, vamos ver o Estado passando por dificuldades que, com certeza, o governo que chegar – que não será desse governo que aí está – vai sofrer dificuldades, porque vai encontrar um governo cheio de débitos, cheio de compromissos e coisas absurdas, que vai demorar 3 ou 4 anos para poder organizar sua casa.

Então, precisamos reunir os deputados, não só da Oposição, mas os que amam esta Bahia, que não são deputados apaixonados por partidos nem por cargos, deputados que estejam realmente comprometidos com suas regiões e que estejam a defender aqui o nosso Estado, a nossa Bahia. Façam uma avaliação desse projeto, dessa PEC, porque é um absurdo mudar a Constituição para favorecer o governo do Estado, captar recurso, receitas antecipadamente e deixar o nosso estado endividado.

Esses recursos que o governo busca deveriam ser investidos na segurança também. Inclusive há proposta da Oposição que contempla a segurança pública, que parte desses recursos possam ir para a segurança pública. Mas tenho certeza de que aqui nenhuma emenda vai ser aceita, porque aqui tem que ser obediência cega mesmo. E sabemos que a Bahia vai continuar em crise. Policiais fazem concurso e não são aproveitados, mais de 150 municípios sem delegados, sem agentes para investigar crimes. É um Estado que tem uma investigação e elucidação de crimes muito baixa, perante os outros estados é insignificante. E o governo fala que investe recursos em segurança pública, como? Locando carros com valores absurdos, e se quisesse comparar uma frota, com certeza daria para comprar e renovaria a frota com os recursos que o governo gasta de aluguel. Há lugares que a viatura policial tem ar condicionado, itens de conforto que o policial não vai usar. Mas o governo paga por aquele recurso que vem no carro. O baiano está pagando por isso, mas para a Polícia Militar não tem necessidade de carro com ar condicionado, porque o policial tem que andar com vidro aberto para ouvir as pessoas que lhe pedem socorro ou a solicitação da sua presença em alguma outra situação.

O governo paga uma fortuna de locação de veículos e esses veículos estão aí para serem devolvidos quando poderia esse patrimônio ser incorporado ao Estado e, quem sabe, ser renovada a cada quatro meses a frota. Mas o governo prefere o mais prático e fortunas são gastas com locação.

Será que é só locação? A gente vê o caos pelo interior da Bahia. O governo coloca lá os carros e acha que os carros não precisam de combustível, não precisam de manutenção, o policial não precisa de alimentação, não precisa de instalações físicas, tudo isso sobrecarrega uma prefeitura que já está pobre, com dificuldades

financeiras, mas tem que arcar com responsabilidades do Estado, porque senão o povo é que vai sofrer. Os recursos que chegam para os municípios já são insignificantes, mas estes têm que assumir obrigações do Estado. E, aí, precisamos rever a segurança pública do Estado.

Paulo Souto começou a implantar o programa Polícia-Cidadã, e São Paulo veio copiar esse projeto da gente como outros Estados também. Hoje, criaram uma unidade base de segurança que é uma vergonha, não funciona. Está lá o Rio de Janeiro com as UPPs. É apenas resposta política momentânea, não é solução definitiva. Vamos tentar colocar a coisa devagarinho, com praticidade incorporando mais efetivos na Polícia e atender gradativamente para as coisas acontecerem. Não é fazer, destruir, e começar de novo. Isso é um estrago com os recursos públicos. É desperdiçar os nossos recursos financeiros de forma desrespeitosa. A luta que a população tem para pagar seus impostos, as dificuldades para arranjar o dinheiro, e o governo gasta sem critério, sem responsabilidade, sem pensar no sacrifício de cada baiano para pagar seus impostos.

Precisamos de um governo mais sério, mais respeitoso, um governo que tenha mais critério, que faça acontecer devagar, mas que seja sempre, de uma forma coerente. Isso é que falta a esse governo, que está sem gestão. O governo não sabe fazer gestão, vive só a dever e sem concluir as obras. Tudo que faz é paralisado, porque não faz os seus acordos, seus ajustes financeiros e não acompanha a aplicação dos seus recursos de uma forma séria e transparente.

Esperamos que os deputados desta Casa possam realmente acordar, porque ainda há tempo para reavaliar esse projeto e ver se realmente interessa e é bom para a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por permuta o próximo orador, Elmar Nascimento. (Pausa) Por permuta, mais uma vez, com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presentes às Galerias, imprensa, quinta-feira, 18h, e a gente aqui ainda discutindo esta PEC dos *royalties*. Até hoje eu queria entender por que tanta pressa deste governo Wagner, que perdeu, foi derrotado, teve a sua maior derrota nesta Casa. Mas logo que começa o novo período legislativo já apresenta novamente esta PEC passando verdadeiramente o rolo compressor por cima de tudo e todos, sem discuti-la nas Comissões para aprová-la de qualquer forma.

Eles ficaram com tanto medo da primeira derrota, que o governador foi obrigado a chamar a Bancada na segunda-feira para num café da manhã pedir-lhe empenho. Mesmo assim sinto que ela está meio reticente, a toda hora vendo Leleto de um lado e outras pessoas do outro chamando os deputados, e o deputado Zé Neto fiscalizando-os para não saírem, o que mostra realmente que não está satisfeita, mas vai seguir a orientação do governo do Estado para aprovar esta PEC.

Deputado Gaban, a famigerada Proposta de Emenda Constitucional dos

royalties em questão não teve uma discussão prévia, porque não trouxeram os secretários da Administração e Fazenda para um debate efetivo feito de forma clara com a Assembleia e a sociedade. Deve ter algo estranho. Com certeza, tem algo estranho no ar.

Por que não aceitaram a emenda da Oposição? Por que não aceitaram a nossa emenda que protegia os trabalhadores exigindo que esse recurso fosse usado, sim, para o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos? A preocupação da nossa Bancada oposicionista é protegê-los, é cuidar daqueles funcionários que trabalharam tanto durante sua vida e no período da sua aposentadoria merecem ter a garantia dos seus proventos todos os meses. Afinal, repito, trabalharam para isso.

É um governo que pensa exclusivamente em fazer política. Todos os dias, deputado João Carlos Bacelar, se vê na imprensa: o vice é tal, é fulano, é beltrano. A toda hora é uma notícia nova. O governo só pensa em fazer política, reunião e se perpetuar no poder. Esta é a forma de o PT baiano fazer política. Eles querem passar por cima de tudo e todos para se perpetuarem no poder, mantendo um governo em que realmente falta gestão. É um governo que tem deixado muito a desejar à Bahia e aos baianos. Falta mesmo gestão. Vimos que no Orçamento aprovado nesta Casa há pouco tempo a prioridade não é a infraestrutura nem o turismo, isso num ano importante como este da Copa, quando vários turistas virão a Salvador para conhecer a Bahia. Não vemos investimentos nessas duas áreas. Ao contrário. Eles diminuem a cada ano. Na questão da infraestrutura tão propagada pelo governo do Estado, o Orçamento deste ano igualmente mostra que os investimentos diminuíram porque, na verdade, não têm prioridade.

Aliás, deputados aqui presentes, gosto sempre de fazer um comparativo, uma análise detalhada pelas minhas viagens, deputado Adolfo Viana, interior da Bahia. E nesse último final de semana estive em Jacobina, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a que também representa tão bem aquela região, assim como o deputado Bruno Reis. A estrada Capim Grosso/Jacobina, passando por Lages do Batata, Ourolândia e Umburanas, não existe. Apesar de ter sido federalizada e de o governo ter tido 6 anos e 8 meses para consertá-la, ele nada fez. Estão lá os buracos. Naquela estrada as pessoas sofrem todos os dias, os estudantes, os enfermos, os trabalhadores que têm de utilizá-la para ir ao trabalho. Todos os dias! E o governo, repito, demorou 6,5 anos e não fez nada.

Espero que agora, com a estrada já federalizada, o governo federal tenha sensibilidade para recuperá-la, pois ela é de fundamental importância para aquela região de Jacobina, hoje tão importante, um polo de faculdades. A de Medicina vai chegar àquele município. Há também várias e várias empresas se instalando, algumas de energia eólica, mas realmente não se tem como andar por lá.

Falarei igualmente da minha última visita à cidade de Botuporã, que fica ali entre Paramirim e Guanambi, onde existe uma estrada também importante, a BA-156, que chegou a um estado tamanho de deterioração, deputado João Carlos Bacelar, que as pessoas têm de andar pelas estradas vicinais. Afinal, por essa BA elas não passam. E o governo promete, promete, promete e nada! O pior é que agora, quando vimos a

aprovação do Orçamento, no qual a infraestrutura teve os seus investimentos diminuídos, tivemos a certeza absoluta de que infelizmente o governo não vai tomar nenhuma providência em relação à 156.

Uma outra estrada importante e pela qual devem passar vários e vários turistas, a que vai de Nazaré até Valença, é um importante corredor do turismo na Bahia. Ali você vai para Guaibim, Barra Grande, Itacaré, Ilhéus, enfim, diversas cidades baianas. Mas ela também se encontra em condições vergonhosas, o que mostra que este governo não dá mesmo prioridade à infraestrutura. A prioridade dele realmente é a propaganda.

Na propaganda os investimentos não diminuem. Na propaganda o governo do Estado parece que está às mil maravilhas. Quem olha aquelas propagandas governamentais imagina estar vivendo no paraíso. As pessoas até dizem: “Eu queria morar na propaganda do governo da Bahia, porque nela está tudo bem, tudo bom.” Só que a realidade das estradas é outra, é totalmente diferente onde você anda e aonde vai, como eu já disse aqui e faço questão de frisar, de ser repetitivo.

Quanto à questão das barragens, choveu muito em dezembro e novembro. Porém agora a seca começa a assolar de novo a nossa região, o nosso Estado, que tem grande parte do seu território no Semiárido e está sofrendo muito. Choveu, choveu, choveu, mas a água não teve onde ser armazenada, o que verdadeiramente leva mais preocupação e mais sofrimento ao povo nordestino.

Essa é a política do governo do Estado!

Concedo o aparte ao nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Quero parabenizar o deputado Pedro Tavares pelo brilhante discurso e lembrar-lhe que estamos hoje aqui, mas poderíamos estar dedicando este tempo a encontrar uma solução para a Previdência. Essa é uma questão séria, um problema brasileiro. Não é nem um problema do governo da Bahia. É um problema nacional, é um deficit crônico que a Previdência tem em função do crescimento do número de inativos e da estagnação do número de ativos. Então, essa conta não fecha nunca. Essa é uma coisa.

O governo da Bahia poderia aproveitar esse momento para encontrar uma solução estrutural para a questão da Previdência. Mas, a Previdência na Bahia não é esse vilão que o governo quer fazer, quer mostrar, não é a causa do deficit do Estado. A causa do deficit do Estado é o descontrole das despesas do governo.

Eu disse há pouco aqui, deputado Pedro, que o REDA aumentou, entre 2007 a 2013, saiu de 900 milhões para R\$2 bilhões; serviços de terceiros, pessoa física, são os tais PSTs, saiu de 217 milhões para 1,370 bilhão. Aí está o buraco, o deficit, o descontrole do governo do Estado na questão. Não é a Previdência, não é o Planserv a causa disso.

E nós estamos hoje, aqui, se o governo conseguir botar o conjunto da sua Bancada aqui, nós iremos cometer um crime contra as finanças estaduais. Vamos tirar dinheiro de investimento para jogar em despesa de pessoal, vamos deixar de investir em pesquisa mineral, vamos deixar de investir, e acho que foi por isso que o deputado Marquinho Viana não veio, porque o Partido Verde não ia permitir que se tire

dinheiro do meio ambiente para jogar em cobertura de deficit de pessoal.

Parabéns pelo seu pronunciamento e fica aqui um apelo ao deputado Zé Neto, um homem do entendimento, um homem com uma cabeça bem larga e aberta para que retire hoje a proposta e a gente discuta na próxima semana uma saída para a Previdência.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Agradeço e incorporo o seu aparte, deputado João Carlos Bacelar.

Realmente, esse governo não quer discutir uma solução para a Previdência. O que eles querem é antecipar a receita, querem antecipar a receita num ano eleitoral e não se sabe para quê. Será que é para fazer uso eleitoral desse recurso? Será que esse recurso vai ser usado de forma correta? Por que não se discute, por que não se debate, por que não se fala sobre isso? Esse é o governo, um governo que procura antecipar uma receita futura antes do fato gerador, antes da geração dos *royalties*. É isso que eles querem, querem recurso para fazer eleição, querem recurso não só para cuidar dos servidores públicos, mas querem recurso para usar de forma aleatória, como bem quiserem.

Esse é o governo que aqui nesta Casa, deputado Adolfo Viana, V.Ex^a, graças a Deus e vai ter orgulho disso, V.Ex^a, como todos os deputados da Bancada de Oposição que foram contra os empréstimos tomados por esta Casa, uma farra de empréstimos que foram tomados nesta Casa, estão aí os empréstimos endividando o nosso Estado. Eu tenho orgulho, junto com a Bancada de Oposição, de amanhã não fazer parte, de estar aqui na Assembleia, mas não fazer parte, não ter contribuído para o endividamento da minha Bahia, do nosso Estado.

Um Estado que, realmente, como diz o deputado Bruno Reis, um Estado que falta gestão, um Estado que tem 31 Secretarias, um Estado que gasta muito mais, deputado, do que arrecada, um Estado que, realmente, não faz seu dever de Casa, que é a gestão, o que gosta muito, o que faz muito mais frequentemente, para não dizer permanentemente, é política. É o Estado que faz política, é o governo que faz política, mas não faz gestão.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com o aparte o meu nobre amigo, representante do Norte da Bahia, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado Pedro Tavares, e quero aproveitar para parabenizá-lo pelo belíssimo pronunciamento que V.Ex^a faz neste início de noite. V.Ex^a que depois de ter, por mais de 10 minutos, levantado diversos problemas do nosso Estado da Bahia e também por ter colocado de forma precisa, o motivo do nosso Estado se encontrar numa situação financeira muito ruim.

E aproveito aqui para dizer que não foi por falta de dinheiro, porque 14 bilhões em empréstimos é um número que, se fosse de fato investido em obras de infraestrutura, investimentos que melhorassem diretamente a vida das pessoas, sem sombra de dúvida, o nosso Estado estaria em outra situação.

V.Ex^a traz esse assunto, esse empréstimo, essa antecipação agora, dos *royalties*. É realmente lamentável perceber que tanto dinheiro já foi desprendido por parte do

Governo de forma desorganizada. A gente fica a lamentar, deputado Pedro Tavares. Se eles conseguirem a antecipação desses *royalties*, será mais dinheiro jogado no ralo, porque se já usaram 14 bilhões e a população não sentiu as melhorias desse investimento, não serão com os *royalties* que o nosso Estado vai avançar.

Então, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo belo pronunciamento que faz. Dá uma demonstração de que conhece todo o Estado da Bahia. Cita algumas regiões e aponta as deficiências de cada região. Então, quero parabenizar V.Ex^a pelo belo pronunciamento que faz nesse início de noite.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Agradeço, deputado Adolfo Viana e incorporo também seu aparte. Dizer que realmente é isso. O Governo toma empréstimos, antecipa *royalties*, mas não faz seu dever de casa. Veja a questão da segurança pública. A segurança pública já se tornou rotina. Acho que ninguém mais se surpreende com assalto a banco. Ninguém mais se surpreende com explosão de caixa eletrônico. Todos os dias tem assaltos a banco, infelizmente, ou então explosão de caixa eletrônico. O que mostra, realmente, um Governo que não investiu em segurança pública. É um Governo que não tem a segurança pública como prioridade. Agora, durante o discurso de um colega, o deputado João Calos Bacelar pediu um aparte e falou, se não me engano, de uma creche que tinha sido invadida e tinha sido metralhada uma pessoa que estava nessa creche. O que mostra, realmente, a insegurança que tomou conta da Bahia.

E não é só na nossa capital. É no interior da Bahia, também. O interior da Bahia que era tão tranquilo, hoje sofre muito. O interior que era tão tranquilo, hoje as pessoas vivem com medo de sair para seu trabalho, para suas atividades, para seu lazer e não voltar. Infelizmente, é essa a Bahia onde vivemos. Esta é a Bahia que, repito, é mostrada de forma bonita nas propagandas. É mostrada de forma perfeita, mas na realidade é totalmente diferente.

Mas, eu pergunto ao nobre deputado Sandro Régis, deputado combativo na região Sul da Bahia, qual é a marca deputado Sandro Régis, qual é a grande marca desse Governo? Qual é a marca que este Governo vai deixar como legado para a Bahia e para a sociedade?

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Pedro Tavares, quero aqui lhe parabenizar pelo seu grande discurso e vou fazer das minhas palavras as palavras do governador Jaques Wagner, “que fará uma revolução silenciosa e um legado de obras materiais.”

Esse será o grande legado do Governo Jaques Wagner. A revolução silenciosa que ninguém escuta, e o legado das obras e material que ninguém vê. Este é o grande legado do governo Jaques Wagner.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Muito obrigado pelo aparte, deputado Sandro Régis.

E fica, aí, o apelo do deputado Zé Neto, Líder da Bancada, que, mais uma vez, utiliza o rolo compressor do governo e passa por cima de tudo. E este é um governo que se diz democrático e republicano. Mas, na verdade, este governo mostra a sua

face, mais uma vez, aqui na Assembleia Legislativa, como um governo autoritário que passa por cima de tudo e de todos para se manter no poder.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Presidente (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior.(Pausa)

Na ausência do deputado Leur Lomanto Junior, com a palavra o deputado Elmar Nascimento em permuta com o deputado Luciano Simões.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, lamentável a forma como foi conduzida a votação desta Proposta de Emenda Constitucional que dá nova redação ao art. 204 da Constituição do Estado da Bahia. Nasce de forma equivocada, *ab initio*. Esta é uma proposição rejeitada há menos de 30 dias por esta Casa. No entanto, o governo a reencaminha e, sem qualquer pudor, ultrapassa todas as normas regimentais, de forma abrupta e truculenta, sem permitir que a Minoria exercite o seu dever de poder auxiliar a discussão na votação da matéria e, quiçá, na aprovação, se entendêssemos fosse bom para o Estado.

Esta é uma mudança na Constituição do Estado da Bahia que tem uma única finalidade, qual seja, a de possibilitar que, ao final da sua aprovação e consequente promulgação pela Mesa Diretora desta Casa, seja encaminhado, pelo Poder Executivo, um novo projeto de lei para autorizar a antecipação de *royalties* do petróleo, sob o discurso de cobrir um suposto rombo no Funprev que não está devidamente esclarecido e cujos indícios não vão nessa direção.

Senão, vejamos os fatos.

No último mês, quando da última sessão legislativa, no dia da votação do Orçamento nesta Casa, através do acordo entre as Lideranças e de aprovação por mais de 3/5 desta Casa, uma votação quase que unânime, aprovamos uma Proposta de Emenda Constitucional que torna impositiva as emendas de parlamentares. Esta foi a chamada PEC do Orçamento Impositivo.

E, àquela ocasião, o relator do Orçamento, deputado João Bonfim, redigiu seu relatório a quatro mãos com a Secretaria de Relações Institucionais, a Secretaria da Fazenda e a Liderança do governo. E houve por bem – para fazer frente ao recurso do pagamento das emendas parlamentares – retirar recursos, justamente, do Funprev.

Ora, senhores, como poderia o mesmo governo que, há um mês, retira quase 70 milhões do orçamento do Fundo de Previdência, para fazer frente ao pagamento de emendas parlamentares, dizer, hoje, que está em dificuldades de caixa que o obriga a lançar mão de uma mudança na Constituição?

E, ainda, este mesmo governo envia consequente projeto de lei com autorização para captar, no mercado financeiro, a antecipação dos *royalties* do petróleo que beneficiaria algo em torno de R\$ 400 milhões/ano para o nosso Estado.

Esta é uma conta que não fecha! E esta conta não por quê? Vejam, se, por um lado, retira-se dinheiro para pagamento das emendas parlamentares, esta é a prova

efetiva de que não havia necessidade da antecipação desses recursos. E este é o indício de que esses recursos são para serem desviados para caixa de campanha.

O maior indício é que nós apresentamos uma emenda tentando contribuir com o andamento desta Proposta de Emenda Constitucional no sentido de que todo o dinheiro oriundo da antecipação de receitas dos *royalties* fosse disponibilizado em um fundo específico e que, durante 5 anos, não poderia ser mexido.

Ora, se esses recursos ficariam sendo disponibilizados em um fundo da própria Previdência do Estado da Bahia, tais recursos cobririam o déficit de caixa. Qual seria, então, a necessidade de utilização dela?

Tal argumento mostra que há alguma coisa por trás, ou seja, há um jabuti, como diz o ditado popular. E o jabuti é o antigo caixa único do Estado no qual todas as receitas, sejam elas provenientes de onde vierem, são, sempre, colocadas nele, no caixa único do Estado. E o Estado utiliza este dinheiro ao seu bel-prazer.

Aliás, reiteradas vezes em que temos oportunidade de vir a esta tribuna, temos denunciado, repetidas vezes, que os recursos que esta Casa, com toda a boa vontade do mundo, aprovou ou autorizou, e mediante convênio aprovou, no caso de captação de empréstimo, ou simplesmente autorizou a celebração de convênios para aplicação em obras de infraestrutura do Estado, na hora em que são jogados no caixa único do governo, estão servindo, apenas, para cobrir o rombo do custeio, o rombo da Fonte 00.

Em consulta feita à Secretaria do Tesouro Nacional, ficou demonstrado que tal prática é ilegal e que, por via de consequência, afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal e coloca o governador em curso, juntamente com o seu secretário da Fazenda, nas infrações elencadas nos crimes de responsabilidade.

A nossa preocupação é a de que o governo do Estado, ao se omitir, ao invés de procurar fazer uma reforma decente no Estado em que houvesse a redução do custeio ou a redução da quantidade de secretarias que eram 20 e são 32 hoje, promovesse uma redução dos cargos em comissão.

Seria, assim, uma política fiscal mais equilibrada ou um ajuste financeiro para a recuperação financeira do Estado.

Não! O governo é como aquele devedor que, ao invés de tentar negociar o seu débito e diminuir a sua despesa para poder honrar os seus compromissos, prefere lançar mão do crédito especial, do cheque especial, do crédito pessoal ou de outro tipo de arrecadação e vai pagando juros atrás de juros. Assim, não se resolve o problema.

Tudo isso era passível de discussão ao longo da tramitação da PEC. Uma Proposta de Emenda Constitucional à Constituição do Estado leva meses para ser realizada, pois ela é estudada, sistematizada, promulgada. Uma PEC não pode ser modificada como se modifica uma simples resolução que vigora no âmbito da economia interna da Assembleia Legislativa ou no âmbito de um Poder Legislativo qualquer.

E é exatamente por isso que, para a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional, criaram-se regras próprias, quais sejam, como a tramitação própria

prevista na Constituição do Estado ou no regimento interno do Estado, com um quórum qualificado de 38 deputados e votação em dois turnos.

Vejam, a Constituição do Estado da Bahia, apenas, repete o que já existe na Constituição Federal. O legislador constitucional federal teve a preocupação de que não fosse, a todo e a qualquer momento e sob qualquer motivo emendada a Constituição Federal, e, em nosso caso, aqui, a Constituição do Estado da Bahia.

Portanto, a minha preocupação, aliás, a preocupação da Oposição é com a forma açodada com que essa emenda está sendo votada, porque, dentro da tramitação especial prevista para a votação de uma Proposta de Emenda Constitucional – diferentemente, por exemplo, de um projeto de lei –, discute-se apenas a constitucionalidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhamos o projeto, sem discutir o mérito. Nas demais matérias, o mérito segue em discussão.

E eu pergunto a V.Ex^{as}, se o legislador exige discussão de mérito, e para isso existem uma série de comissões temáticas em que discutimos os aspectos legais para uma simples aprovação de um projeto de lei oriundo de deputado, será possível que a Comissão de Constituição e Justiça, ao se reunir, trate apenas da questão da legalidade da Proposta de Emenda Constitucional? Não, é claro que não!

Poder-se-ia até, num entendimento equivocado, proceder como se faz com a reunião conjunta das comissões: discutir-se a questão da legalidade, mas emitir parecer também em relação à parte temática da Proposta de Emenda Constitucional.

Mas nunca vi parecer tratar única e exclusivamente do aspecto da constitucionalidade e da legalidade, com o relator se abstendo de se pronunciar sobre o mérito da mudança, se ela é boa, se é ruim e o que se quer atingir. Impedindo, inclusive, que isso seja discutido nas comissões. E se não há discussão nas comissões, aqui, no Plenário, muito menos, pela forma açodada...

Veja, Sr. Presidente, que, infelizmente, até a presidência da Assembleia Legislativa do Estado se agacha de forma submissa, de forma subserviente aos interesses do governador, ao ponto de ter o entendimento de interpretar o Regimento quando estabelece o regime de prioridade. Nunca pode haver isso para reduzir um prazo, que de 5 dias passou para 2 dias e meio, porque prazo processual não se conta por horas, mas por dias.

E assim o fazendo, sabendo que cairia numa sexta-feira, quando o expediente acaba às 12 horas, o presidente da Assembleia Legislativa, num casuísmo absurdo, prorrogou o funcionamento. Foi a única vez que vi nesta Casa uma prorrogação de funcionamento.

Ele prorrogou o funcionamento da Assembleia Legislativa até as 18h para que ainda no dia 14 essa Proposta de Emenda Constitucional fosse encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça. E fosse designado um relator que imediatamente fizesse o parecer e o encaminhasse para a publicação no sábado. Isso tudo com o único objetivo de impedir que fosse pedido vista no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Sequer tiveram o cuidado, e poderiam tê-lo feito, de publicar na segunda-feira. Fizeram a publicação ainda no sábado. Eis, aí, a primeira grande

ilegalidade.

A segunda ilegalidade decorre de um princípio constitucional, que é o princípio da proporcionalidade da representação partidária. Aqui, no Poder Legislativo, diferentemente do Poder Executivo, em que quem ganha leva tudo, é necessário que se observe a representação partidária. É assim que disciplina a Constituição. É por isso que, mesmo sendo Minoria, temos direito a eleger e participamos não só da Mesa Diretora, mas de todas as comissões, inclusive presidindo algumas delas.

E fiel a esse princípio é que o legislador do Regimento Interno impôs que ao se designar os relatores das matérias pertinentes à Comissão de Constituição e Justiça se deve observar o princípio da representação partidária.

Tivemos tramitando, desde a presidência do deputado Joseildo Ramos, quatro PECs. A primeira, a PEC da ficha limpa, da qual foi relator o deputado Álvaro Gomes, da base do governo. A segunda, a PEC do orçamento impositivo, que teve como relator o deputado João Bonfim, da base do governo. A terceira, a PEC dos *royalties*, que foi rejeitada há menos de 30 dias, teve também como relator um deputado do governo. É lógico, é de uma clareza abissal que essa quarta proposta de emenda constitucional, para se obedecer ao comando constitucional e do Regimento Interno, no seu artigo 68, teria de ter sido distribuída para um deputado da Oposição relatar.

Mas não pararam por aí os atropelamentos a essa questão. Veio o terceiro, que ocorreu ao iniciar-se a sessão ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Mesmo havendo projeto tramitando em regime de urgência de forma monocrática, ditatorial, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça houve por bem antecipar a votação, como se lhe fosse dado o poder de pautar a reunião, estabelecendo a ordem de votação contra o Regimento, contra a Constituição e contra a praxe desta Casa, que é de observar a ordem cronológica da chegada das proposições. Nem sequer tiveram o cuidado de fazer uma convocação extraordinária com aquela pauta específica para a votação. Não, simplesmente atropelaram e votaram daquela forma. E não pararam por aí os equívocos na tramitação legislativa dessa proposta de emenda constitucional.

Veio a quarta: às 14h30min, havendo disposição regimental que proíbe a realização concomitante de uma sessão ordinária da Assembleia Legislativa e uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, ou de qualquer comissão, o presidente, sem que tenha esse poder, suspendeu a reunião da comissão, como se a reunião fosse *ad infinitum*, não tivesse horário para terminar, determinando a retomada dos trabalhos para 15 minutos depois.

O Regimento é muito claro quando estabelece as competências do presidente da Comissão de Constituição e Justiça. No art. 68, não diz que ele tem o poder de suspender a reunião e não diz que ele tem o poder de convocar uma sessão extraordinária da comissão. E, se quisesse, o legislador teria feito isso, porque quando dispõe sobre as atribuições do presidente da Assembleia Legislativa, que é o maior, ele o faz também de forma muito clara. Está dito lá, no inciso II do artigo que prevê as atribuições do presidente da Assembleia Legislativa, que ele tem o poder de

convocar, suspender, prorrogar a sessão da Assembleia Legislativa.

Portanto, não prevê esse poder para o presidente da comissão. É claro que ele não quis dar esse poder ao presidente da comissão, que poderia, pelo menos, através da maioria dos membros da comissão, ter feito um requerimento e aprovado o requerimento, através da maioria, de prorrogação, de suspensão ou de convocação de uma extraordinária. Mas nunca o fazendo de forma indireta.

Por todos esses vícios agora apontados, por não ter tido condição de discutir uma proposta de emenda constitucional que não pode ter uma tramitação mais célere ainda, com menos discussão do que se tem um projeto de resolução, nós havemos por bem, há meia hora atrás, protocolar um mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para que seja assegurado à Minoria o direito à participação, o direito a apresentar emenda, o direito a discutir, o direito a poder indicar relatores das matérias, não serem estes indicados somente pela Bancada do governo, o direito a que sejam respeitadas as normas regimentais.

Por todas essas questões que foram colocadas, não nos resta outra opção senão votar contra a aprovação dessa PEC, com a consciência tranquila de que todas as propostas, todos os projetos de lei que chegaram a esta Casa quando enxergávamos que poderiam ir ao encontro do progresso do nosso Estado e dos interesses do povo baiano. Mas não nos deixaram contribuir, não nos deixaram assegurar que esses recursos antecipados que vêm do suor do povo baiano ficassem num fundo que se destinasse a garantir a sustentação da Previdência, já que é essa a norma, a finalidade que o governador apontava.

Por tudo que falei, encaminho contrariamente. Portanto, a nossa Bancada votará de forma contrária à aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há mais nenhum orador para discutir. Encerrada a discussão.

Para encaminhar, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Paulo Rangel:- Retirou. Eu sou o Líder, pedi para ele retirar, e ele retirou. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já pode botar em votação?

O Sr. Paulo Rangel:- Pode botar. É acordo entre os Líderes. Pode botar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou perguntando se tem alguém para encaminhar. Estou querendo ser generoso com a Oposição.

Já encaminhou? Tudo bem.

Srs. Deputados, há do Poder Executivo a Proposta de Emenda Constitucional nº 136/2014, que dá nova redação ao art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.

Tem que haver quórum de votação qualificado. Não adianta ninguém pedir, não, porque sou obrigado a colocar.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, tem que colocar em votação primeiro.

Bote em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zerem o painel e marquem 25 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quero pedir quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não precisa pedir, não, porque vou colocar.

Quórum de votação.

Marquem 25 minutos, zerem o painel.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estão marcando os 25 minutos.

Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Convoco todos os deputados da base do governo. Passamos o dia neste Plenário discutindo a PEC dos *royalties*, e neste momento existe um pedido de quórum de votação. Precisamos de 38 deputados aqui, já que se trata duma PEC. Pedimos então aos Srs. Deputados que não se encontram ainda no recinto, principalmente os da base governista, que se façam presentes ao Plenário da Assembleia.

Deputados que se encontram no cafezinho, nos corredores ou onde quer que seja, façam-se presentes, porque precisamos de 38 Srs. Parlamentares aqui presentes. E que nenhum deputado se afaste desta Casa neste momento, pelo amor de Deus!

Queremos pedir a todos os deputados que se encontram na Assembleia que compareçam neste momento, já que existe um pedido de quórum de votação.

Srs. Deputados, pelo tempo regulamentar de 25 minutos, solicitamos a todos que compareçam ao Plenário para a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por gentileza, marquem as suas presenças para iniciarmos a votação. Vou esperar 25 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. O quórum de votação é de 38 Srs. Deputados, neste caso.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Houve o quórum, mas não existiu o voto. V.Ex^{as} votaram “não”. O quórum houve, não existiu o voto, companheiro. V.Ex^{as} votaram “não”. Inclusive, isso beneficia V.Ex^{as}.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se quiserem, tudo bem!

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas para votar, só posso com 38 Srs. Deputados. É quórum qualificado.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches. Srs. Deputados, ao chegarmos aos 38, colocarei em votação.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Leur, por favor, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já existe quórum. Chamarei um por um.
Assunto encerrado.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum. Colocarei em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Não, senhor! Não, senhor! Não, senhor!

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não esperarei. Os 25 minutos regimentais já estão sendo contados.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só colocarei em votação... Não, querido, não há mais como. V.Ex^{as} estão perdendo tempo.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os 25 minutos já estão marcados.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não concederei questão ordem a ninguém. (Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não concederei questão de ordem. Eu não concederei. Eu não concederei. Eu não concederei...

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Paciência, paciência!

Como recomenda à sua Bancada, deputado Elmar Nascimento? (Pausa)

Recomenda o não.

Como recomenda à sua Bancada, deputado Zé Neto? (Pausa)

Recomenda o sim.

Em votação.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso ficar, aqui, ensinando missa a vigário.

Como vota o deputado Aderbal Caldas?

Deputado Zé Neto, V.Ex^a está perdendo tempo. Eu não vou dar questão de ordem. V.Ex^a está perdendo tempo.

Já estão sendo contados os 25 minutos e o deputado Zé Neto quer questão de ordem.

Vamos colocar em votação, deputado Zé Neto, pelo amor de Deus!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Repito, já estamos contando os 25 minutos.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} estão atrapalhando.

Como vota o deputado Aderbal Caldas?

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, um.

Já está contando o tempo.
Como vota o deputado Adolfo Menezes?
O Sr. Adolfo Menezes:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dois.
Como vota o deputado Adolfo Viana?
O Sr. Adolfo Viana:- Não.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, um.
Deputado Zé Neto, V.Ex^a está obstruindo os trabalhos. Os 25 minutos já estão sendo contados... Eu estou calmo.
Faltam 15 minutos.
Como vota o deputado Alan Sanches?
O Sr. Alan Sanches:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, três.
Como vota o deputado Álvaro Gomes?
O Sr. Álvaro Gomes:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, quatro.
Como vota a deputada Ângela Sousa?
A Sr^a Ângela Sousa:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, cinco.
Como vota o deputado Angelo Coronel?
O Sr. Angelo Coronel:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, seis.
Como vota o deputado Augusto Castro? (Pausa)
Ausente.
Como vota o deputado Bira Corôa?
O Sr. Bira Corôa:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, sete.
Como vota o deputado Bruno Reis?
O Sr. Bruno Reis:- Não.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, dois.
Como vota o deputado Cacá Leão?
O Sr. Cacá Leão:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, oito.
Como vota o deputado Capitão Tadeu? (Pausa)
Ausente.
Como vota o deputado Carlos Geilson? (Pausa)
Ausente.
Como vota o deputado Carlos Ubaldino?
O Sr. Carlos Ubaldino:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, nove.
Como vota o deputado Coronel Gilberto Santana?
O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Não.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, quatro.

Como vota o deputado Delegado Deraldo Damasceno?
 O Sr. Delegado Deraldo Damasceno:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dez.
 Como vota o deputado Elmar Nascimento?
 O Sr. Elmar Nascimento:- Não
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, cinco.
 Como vota o deputado Euclides Fernandes?
 O Sr. Euclides Fernandes:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, onze.
 Como vota o deputado Fabrício Falcão?
 O Sr. Fabrício Falcão:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, doze.
 Como vota a deputada Fátima Nunes?
 A Sr^a Fátima Nunes:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, treze.
 Como vota a deputada Graça Pimenta? (Pausa)
 Ausente.
 Como vota o deputado Herbert Barbosa? (Pausa)
 Ausente.
 Como vota a deputada Ivana Bastos?
 A Sr^a Ivana Bastos:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, quatorze.
 Como vota o deputado J. Carlos?
 O Sr. J. Carlos:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, quinze.
 Como vota o deputado João Bonfim?
 O Sr. João Bonfim:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dezesseis.
 Como vota o deputado José de Arimatéia?
 O Sr. José de Arimatéia:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dezessete.
 Como vota o deputado Jurandy Oliveira?
 O Sr. Jurandy Oliveira:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dezoito.
 Como vota o deputado Joseildo Ramos?
 O Sr. Joseildo Ramos:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dezenove.
 Como vota a deputada Kelly Magalhães?
 A Sr^a Kelly Magalhães:- Sim.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, vinte.
 Como vota o deputado Leur Lomanto?
 O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não.
 O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, seis.

Como vota o deputado Luciano Simões?
O Sr. Luciano Simões:- Não.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, sete.
Como vota a deputada Maria Luiza Carneiro? (Pausa)
Ausente.
Como vota o deputado Luiz Augusto?
O Sr. Luiz Augusto:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 21 votos sim.
Como vota a deputada Luiza Maia?
A Sr^a Luiza Maia:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 22 votos sim.
Como vota o deputado Marcelino Galo?
O Sr. Marcelino Galo:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 23 votos sim.
Como vota a deputada Maria del Carmen?
A Sr^a Maria del Carmen:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 24 votos sim.
Como vota a deputada Maria Luiza?
(Pausa)
A deputada Maria Luiza está ausente.
Como vota a deputada Maria Luiza Laudano?
A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 25 votos sim.
Como vota o deputado Mário Negromonte Júnior?
O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 26 votos sim.
Como vota o deputado Maquinho Viana?
(Pausa)
O deputado Maquinho Viana está ausente.
Como vota o deputado Nelson Leal?
O Sr. Nelson Leal:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 27 votos sim.
Como vota a deputada Neusa Cadore?
A Sr^a Neusa Cadore:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 28 votos sim.
Como vota o deputado Pastor Sargento Isidório?
O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 29 votos sim.
Como vota o deputado Paulo Azi?
O Sr. Paulo Azi:- Não.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como vota o deputado Paulo Câmara?
O Sr. Paulo Câmara:- Sim.
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 30 votos sim.

Como vota o deputado Paulo Rangel?

O Sr. Paulo Rangel:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 31 votos sim.

Como vota o deputado Pedro Tavares?

O Sr. Pedro Tavares:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Como vota o deputado Reinaldo Braga?

O Sr. Reinaldo Braga:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 32 votos sim.

Como vota o deputado Roberto Carlos?

O Sr. Roberto Carlos:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 33 votos sim.

Como vota o deputado Rogério Andrade?

(Pausa)

O deputado Rogério Andrade está ausente.

Como vota o deputado Ronaldo Carletto?

O Sr. Ronaldo Carletto:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 34 votos sim.

Como vota o deputado Rosemberg Pinto?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 35 votos sim.

Como vota o deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Como vota o deputado Sidelvan Nóbrega?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 36 votos sim.

Como vota o deputado Targino Machado?

(Pausa)

O deputado Targino Machado está ausente.

Como vota o deputado Temóteo Brito?

O Sr. Temóteo Brito:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 37 votos sim.

Como vota o deputado Tom Araújo?

(Pausa)

O deputado Tom Araújo está ausente.

Como vota o deputado Vando?

O Sr. Vando:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 38 votos sim.

(Há, neste momento, comemoração entre os deputados da base de governo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como vota o deputado Yulo Oiticica?

O Sr. Yulo Oiticica:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 39 votos sim.

Como vota o deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 40 votos sim.

Como vota o deputado Zé Raimundo?

O Sr. Zé Raimundo:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 41 votos sim.

Como vota o deputado João Carlos Bacelar?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto, foi aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional de nº 136/2014, de procedência do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. nº 204 da Constituição do Estado da Bahia.

Aprovada, em primeiro turno, a PEC nº 136/2014.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto, foi aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional de nº 136/2014, de procedência do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. nº 204 da Constituição do Estado da Bahia.

Aprovada, em primeiro turno, a PEC nº 136/2014.

Vamos agora ao projeto de resolução 2.254/14. Designo o deputado Sildevan Nóbrega para relatar a matéria.

O Sr. SILDEVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, o projeto de resolução nº 2.254/14 extingue as funções comissionadas, símbolo FC, dos gabinetes da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

O presente projeto de resolução atende todos os requisitos constitucionais e também do Regimento Interno desta Casa. Este relator é pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nobre deputado Sildevan Nóbrega ao projeto de resolução nº 2.254/14.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora no Plenário. Em votação o projeto de resolução nº 2.254/14, de autoria da Mesa Diretora.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, por unanimidade. **(Publicado no DL em 23/02/2012)**

Não havendo mais nenhuma matéria, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*